

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

STEFANY FERREIRA FENIMAN

Entre mesas e canteiros: Representações sociais sobre a política de Segurança Alimentar e Nutricional em Maringá-PR

Maringá
2015

STEFANY FERREIRA FENIMAN

Entre mesas e canteiros: representações sociais sobre a política de Segurança Alimentar e Nutricional em Maringá-PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Dinâmicas urbanas e políticas públicas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marivânia Conceição de Araujo

Maringá
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

F333e Feniman, Stefany Ferreira
Entre mesas e canteiros : representações sociais sobre a política de segurança alimentar e nutricional em Maringá-PR / Stefany Ferreira Feniman. -- Maringá, 2015.
124 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marivânia Conceição de Araujo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2015.

1. Antropologia - Alimentação. 2. Antropologia - Políticas públicas. 3. Segurança alimentar e nutricional. 4. Restaurante popular - Maringá (PR). 5. Hortas comunitárias - Maringá (PR). 6. Representações sociais e cidadania. I. Araujo, Marivânia Conceição de, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 21.ed. 363.192

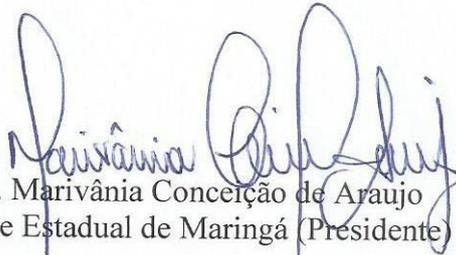
AMMA-003357

STEFANY FERREIRA FENIMAN

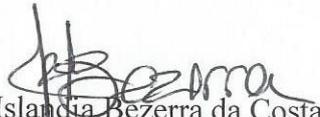
Entre mesas e canteiros: Representações sociais sobre a política de segurança alimentar em Maringá/PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

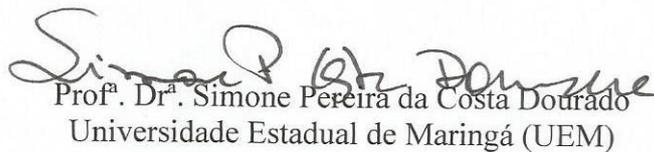
COMISSÃO JULGADORA



Prof.^a. Dr.^a. Marivânia Conceição de Araujo
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof.^a. Dr.^a. Islândia Bezerra da Costa
Universidade Federal do Paraná (UFPR)



Prof.^a. Dr.^a. Simone Pereira da Costa Dourado
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Aprovada em: 23 de junho de 2015

Local de defesa: Bloco H-12, sala 014 *campus* da Universidade Estadual de Maringá

Dedico este trabalho à Iracema, minha mãe, meu anjo!

Sem essa minha tia de força, sabedoria e determinação, que tive o imenso privilégio de ganhar como mãe, eu não seria nem a metade daquilo que sou hoje. Nossas discussões por posturas tão divergentes mostram o quanto nos parecemos, completamo-nos e temos uma à outra. A ela dedico os frutos do meu trabalho, o meu amor, o meu carinho e todo o meu respeito, incondicionais. Ela fez e faz toda a diferença em minha vida, orgulha-me e inspira-me por cumprir com bravura e honra a sua missão. A minha gratidão por todos os valores que me ensinou e por ser quem mais luta e torce por mim, por minha felicidade e sucesso.

AGRADECIMENTOS

Quantas pessoas cruzam nossos caminhos e deixam suas contribuições, seja por um momento ou por uma vida? Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a construção desta pesquisa, direta ou indiretamente. Em especial:

À minha família, minha mãe Iracema Ferminann, minha irmã Marta Cristina Ferminann de Novais, meu cunhado José Ribeiro de Novais Junior e minha sobrinha Maria Valentina Ferminann de Novais e estendo meus agradecimentos à minha tia Neide Feniman. Vocês proporcionaram todas as condições de realização desta conquista. Imensurável gratidão. Sinto-me enobrecida e afortunada por tê-los em minha vida.

À Jaqueline Ferreira Feniman, minha irmã de sangue e de alma. Nossa *Lanterna dos afogados* é reconforto sempre ao meu coração. À Jéssica Pessa Feniman, minha *master* e querida prima. Aos meus irmãos Camila Queiroz Feniman, Beatriz Queiroz Feniman e Gabriel Queiroz Feniman. Nunca é fácil cultivar uma boa relação entre as pessoas, mas com vocês eu escolho me empenhar para que o amor seja a coisa mais preciosa que tenhamos.

A todos os meus amigos, em especial àqueles com que pude partilhar mais de perto este processo: Samuel Douglas Farias Costa, Maria Luzia Silva Mariano, Rafael Pereira Simonetti, Barbara Kauana Rodrigues Pego, Edlaine Teodora Silva Zamora, Alessandro Ribeiro Hafemann, Nayara Beatriz Pereira Cavalheiro, Guilherme Toshihiko Nati, Karenn Andressa de Andrade Ticianel, Bruna Macedo de Moura. O caminho foi mais suave com vocês ao lado.

À Jessica Kurak Ponciano, pelo incentivo, companheirismo, otimismo depositado em mim, pela leitura detida nas revisões do texto e espera paciente aos nossos encontros. Se nesta etapa do mestrado aprendi um pouco além, também foi porque tive você.

Aos meus padrinhos Aulus Erico Pereira das Neves e Darcee Tardelli das Neves e Erica Tardelli das Neves Guelfi – meus respectivos “padri”, “má” e “É”, por terem proporcionado as lembranças mais sublimes da minha infância.

Às colegas Maria Aparecida Alves, Aline Raquel de Oliveira e em nome da Maria Clara Corrêa Tenório a todos do Núcleo/Incubadora Unitrabalho/UEM, por todo o aprendizado que pude adquirir junto dessa equipe e por toda convivência ao longo de anos nos projetos de extensão. Vocês foram partes integrantes das minhas vivências na área de Segurança Alimentar e Nutricional.

À professora Marlene Rodrigues de Novaes, por ter me introduzido no universo da antropologia no primeiro ano de graduação em Ciências Sociais, por partilhar comigo o sonho de transformação da sociedade para um cenário de mais justiça e equidade, no Projeto Rondon, por compor a banca no exame de qualificação da pesquisa. Foram fantásticos todos os seus ensinamentos, confiança, coragem e incentivos.

À professora Islandia Bezerra da Costa, quão afortunada fui por contar sua presença na banca de defesa da pesquisa, por seus incríveis e pertinentes apontamentos ao texto, por um canal de diálogo que abriu a mim, por somar esforços significativos e multiplicadores na área da Segurança Alimentar e Nutricional.

À professora Simone Pereira da Costa Dourado, que compôs as bancas de qualificação e defesa, com sugestões preciosas ao trabalho. Ser sua aluna a cada nova disciplina me serviu de referência e grande inspiração profissional.

À Marivania Conceição de Araujo, minha querida e estimada orientadora desde os tempos de graduação. Conduziu-me neste processo com sua postura sempre alinhada, bem disposta, gentil e encorajadora. Depositou em mim tão plena confiança que foi inadmissível quebrá-la, permitiu meu desenvolvimento e acalmou-me diante de minhas ansiedades. A minha eterna gratidão.

Ao "Grupo de Orientandos da Marivânia", que entre 2013 e 2015 serviram-me de bússola. Sem nossas discussões, leituras, palpites, advertências, recomendações, a artefania da pesquisa teria sido mais árdua.

À Universidade Estadual de Maringá, com carinho especial aos funcionários e aos meus grandes professores do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

A minha gratidão a todos os meus interlocutores de pesquisa que oportunizaram esta dissertação. Lisonjearam-me com suas histórias de vida e compartilharam comigo suas experiências. As palavras de S. Francisco, S. José e Raquel ficarão para sempre registradas em minha memória e coração.

MUDANÇAS

O tempo pôs a mão na tua cabeça e ensinou três coisas.

Primeiro:

Você pode crer em mudanças quando duvida de tudo, quando procura a luz dentro das pilhas, o caroço nas pedras, a causa das coisas, seu sangue bruto.

Segundo:

Você não pode mudar o mundo conforme o coração. Tua pressa não apressa a história. Melhor que teu heroísmo é tua disciplina na multidão.

Terceiro:

É preciso trabalhar todo dia, Toda madrugada para mudar um pedaço de horta, uma paisagem, um homem.

Mas mudam, essa é a verdade.

(DOMINGOS PELLEGRINI JUNIOR)

ntre mesas e canteiros: representações sociais sobre a política de Segurança Alimentar e Nutricional em Maringá-PR

RESUMO

Esta dissertação versa sobre a transposição da Política Pública Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para práticas cotidianas municipais. O objeto de análise desta pesquisa foram as percepções, simbolismos e valores expressos por titulares de direitos em dois programas implementados no município de Maringá/PR: Hortas Comunitárias e Restaurante Popular. A etnografia foi o procedimento que qualificou a pesquisa empírica enquanto metodologia e produção textual. Entre os 20 interlocutores escolhidos para responder a entrevistas semi-estruturadas, 8 foram entrevistados no restaurante popular e 12 nas hortas comunitárias. Depreende-se da pesquisa que as representações sociais formuladas sobre o restaurante popular se concentram na proporcionalidade entre a qualidade da comida oferecida e o preço cobrado, cumprindo as expectativas básicas. Já a representação social formulada sobre as hortas comunitárias é plena de aspectos positivos e faz seus cálculos sobre os negativos, permeada de conflitos. Prevalecem as benesses associadas à melhoria da qualidade de vida na cosmovisão de ambos os interlocutores.

Palavras- Chave: Antropologia. Políticas públicas. Segurança alimentar e Nutricional. Restaurante Popular. Hortas Comunitárias.

Between tables and seedbeds: social representations about food security policy in Maringá- PR

ABSTRACT

This dissertation deals with the implementation of the National Public Policy for Food and Nutrition Security (SAN) to local daily practices. The object of analysis of this research were the perceptions, symbolisms and values expressed by rights holders in two programs implemented in Maringá/PR: Community Vegetable Garden and Popular Restaurant. Ethnography was the procedure that described the empirical research as a methodology and textual production. Among the twenty interlocutors were chosen to answer to the semi-structured interviews, eight were interviewed in the popular restaurant and twelve in the community vegetable gardens. Research It follows that the social representations made about the popular restaurant focus on proportionality between the quality of food offered and the price charged by meeting the basic expectations. Already formulated social representation of community vegetable gardens is full of positive and do your calculations on the negative, riddled with conflicts. Prevail the benefits associated with improved quality of life in the cosmo vision of both interlocutors.

Key-words: Anthropology. Public policy. Food security. Popular Restaurant. Community Vegetable Garden.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEMA	–	Associação Cultural e Esportiva de Maringá
ASP	–	Ação Social do Paraná
CAISAN	–	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CEASA	–	Central de Abastecimento
CEEBJA	–	Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
CERAUP	–	Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana
CMNP	–	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CNA	–	Comissão Nacional de Alimentação
CODEM	–	Conselho de Desenvolvimento de Maringá
CONSEA	–	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CORESAN	–	Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional
CS	–	Comunidade Solidária
CPDA	–	Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
DHAA	–	Direito Humano à Alimentação Adequada
FAO	–	Food And Agriculture Organization
FBSAN	–	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FEMUCIC	–	Festival de Música Cidade Canção
FPM	–	Fundo de Participação dos Municípios
HMM	–	Hospital Municipal de Maringá
HU	–	Hospital Universitário
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	–	Índice de Desenvolvimento Humano
IGC	–	Índice Geral de Cursos

INAN	–	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
IPEA	–	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MD	–	Ministério da Defesa
MDS	–	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	–	Ministério da Educação
LOSAN	–	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
OMS	–	Organização Mundial de Saúde
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PAA	–	Programa de Aquisição de Alimentos
PEG	–	Planejamento Estratégico Governamental
PES	–	Planejamento Estratégico Situacional
PFZ	–	Programa Fome Zero
PIB	–	Produto Interno Bruto
PIDESC	–	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PIQ	–	Padrão de Identidade e Qualidade
PNAE	–	Programa Nacional de Alimentação Escolar
POF	–	Pesquisa de Orçamento Familiar
ProExt	–	Programa Nacional de Extensão Universitária
PRONAN	–	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PNAN	–	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
SAN	–	Segurança Alimentar e Nutricional
SESC	–	Serviço Social do Comércio
SETI	–	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná
SIMSAN-MGÁ	–	Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Maringá
SISAN	–	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN-PR	–	Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná
SISVAN	–	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SOFI	–	Estudo da Insegurança Alimentar e Nutricional (sigla em inglês)
TCLE	–	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEM	–	Universidade Estadual de Maringá
UNITRABALHO	–	Núcleo e Incubadora de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho
URRJ	–	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
USF	–	Universidade Sem Fronteiras

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: FAZENDO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL UM OBJETO ETNOGRÁFICO	16
1.1 As motivações da pesquisa	16
1.2 Panorama geral	19
1.3 Orientações metodológicas	23
1.4 A Teoria das Representações Sociais aliada ao método etnográfico	29
2. CAPÍTULO I – ALGUNS APORTES TEÓRICOS	33
2.1 Trajetória histórica da institucionalização da Política de SAN	33
2.2 A gestão do Estado e o fomento à intersectorialidade	48
2.3 Pobreza, Cidadania e Exclusão – explorando o uso de indicadores sociais	52
2.4 A antropologia no panorama das políticas públicas – uma breve reflexão.....	56
3. CAPÍTULO II – ESPECTRO TERRITORIAL E ESPACIAL DA PESQUISA	60
3.1 Maringá – Cidade Verde	60
3.1.1 Indicadores sócio-econômicos.....	60
3.1.2 Histórico do município	62
3.1.3 Atividades socioeconômicas.....	63
3.2 A Política de SAN em Maringá	65
3.2.1 Programa Leite das Crianças	68
3.2.2 Programa Saúde da Família.....	68
3.2.3 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	69
3.2.4 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	69
3.2.5 Programa Bolsa Família (PBF)	70
3.2.6 Banco de Alimentos.....	70
3.3 Os programas enfocados.....	71
3.3.1 Restaurante Popular.....	71
3.3.2 Hortas Comunitárias.....	73

4. CAPÍTULO III – ANÁLISES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM FLUXO	78
4.1. Representações sociais formuladas por titulares de direitos no Restaurante Popular	78
4.2. Representações sociais entre os produtores dos canteiros sobre as Hortas Comunitárias.....	93
4.2.1 Quem são os participantes envolvidos.....	93
4.2.2 Motivos de insatisfação e conflito	103
4.2.3 Trocas, solidariedade, doação e comprometimento.....	105
4.2.4 A hierarquização das hortas	107
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
APÊNDICE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	119
ANEXOS	120
Anexo 1. Roteiro de entrevista – Hortas Comunitárias	120
Anexo 2. Roteiro de entrevista – Restaurante Popular	122

1. INTRODUÇÃO: FAZENDO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL UM OBJETO ETNOGRÁFICO

1.1 As motivações da pesquisa

Esta dissertação de mestrado lida com a questão da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir da experiência do município de Maringá, no Paraná, Brasil. O interesse em contribuir com o conjunto de estudos sobre as diversas formas de alimentação surgiu em 2011, ocasião em que me encontrava ainda na condição de estudante de graduação, no terceiro ano de ciências sociais, e dei início à participação como bolsista em um projeto de extensão universitária vinculado ao Núcleo e Incubadora Unitrabalho, da Universidade Estadual de Maringá (UNITRABALHO/UEM).

O projeto denominado “Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários: Alimentação e Cultura nas comunidades rurais – ECOALIM” trabalhava em rede por meio do tripé “ensino, pesquisa e extensão” para desenvolver a prática da Economia Solidária entre pequenos produtores de agricultura familiar em comunidades rurais e assentamentos de reforma agrária. Por meio do resgate de receitas culinárias tradicionais na memória dos interlocutores, o projeto tinha como objetivo promover a valorização e o fortalecimento da Identidade Rural, qualificar as populações para novos saberes no que tange à segurança alimentar e nutricional, à antropologia da alimentação e fomentar a retomada de hábitos alimentares tradicionais

A primeira fonte de financiamento das atividades foi o Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação (ProExt/Mec) que renovou o convênio estabelecido com a universidade em 2012. Em 2013, novo termo de cooperação foi firmado para o projeto, desta vez com o Programa Universidade Sem Fronteiras (USF), da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) do Governo do Paraná. Tais desdobramentos permitiram minha atuação em seis comunidades rurais paranaenses distintas e me mantiveram vinculada à equipe multidisciplinar, à temática e à metodologia extensionista até março de 2014.

Durante este período outra experiência corroborou com os rumos desta dissertação: ao quarto e último ano da graduação, em 2012, fui selecionada pela professora Marlene Rodrigues de Novaes para participar de uma expedição do Projeto Rondon, iniciativa de extensão nacional, executada pelo Ministério da Defesa (MD), com a finalidade de proporcionar o envolvimento de estudantes universitários em espaços de fortalecimento da cidadania e desenvolvimento local sustentável.

A expedição, denominada “Operação Açaí” realizou-se no Pará, região da Ilha Marajó, no município de Curalinho, o sétimo com maior Incidência de pobreza¹ no estado, 62,03%, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao período. As 22 ações que foram executadas versaram sobre as áreas de cultura, educação, saúde, direitos humanos e justiça, e estavam fortemente alinhadas aos interesses da população, apesar da pequenez que representavam diante das demandas pungentes que careciam.

Foi-me confiada a tarefa de impulsionar o fortalecimento e a recuperação do patrimônio² alimentar do município de Curalinho, expresso nas dimensões simbólicas e culturais do alimento e da alimentação. O intuito deste trabalho foi fomentar um processo local de educação alimentar e nutricional, à revelia da globalização da alimentação, da produção ao consumo, e a necessidade de boas práticas de manipulação de alimentos, auxiliando na progressão da saúde, na efetivação da soberania alimentar e na proteção da identidade alimentar e cultural marajoara. Dediquei-me ao exercício de oficinas com os temas de “Capacitação para políticas de Segurança Alimentar e Nutricional” e “Estímulo e valorização de alimentos regionais”.

A experiência foi intensa, profícua e crucial: a partir do confronto com a dura realidade, com a marcante situação de miséria e pobreza que os marajoaras dispunham, experienciei que a sociedade brasileira, apesar do cenário positivo na expansão das políticas públicas voltadas para questões sociais e para a alimentação, ainda se caracteriza por extrema desigualdade e exclusão social, registrando a insegurança alimentar e nutricional em altos índices de ocorrência.

De acordo com o minucioso estudo da situação alimentar das nações do mundo, promovido anualmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a Alimentação e Agricultura (FAO – sigla em inglês), e publicado sob o título de *Estudo da Insegurança Alimentar e Nutricional* (cuja sigla em inglês é SOFI), estima-se que ainda há 805 milhões de pessoas vivendo nas situações de fome e extrema pobreza em todo o planeta, tais dados se apresentam como possibilidade de análise dos avanços e esforços dos países para erradicar esta situação. (FAO, 2014). Trata-se de uma violação ao direito humano mais básico, que é o da alimentação adequada para uma vida digna.

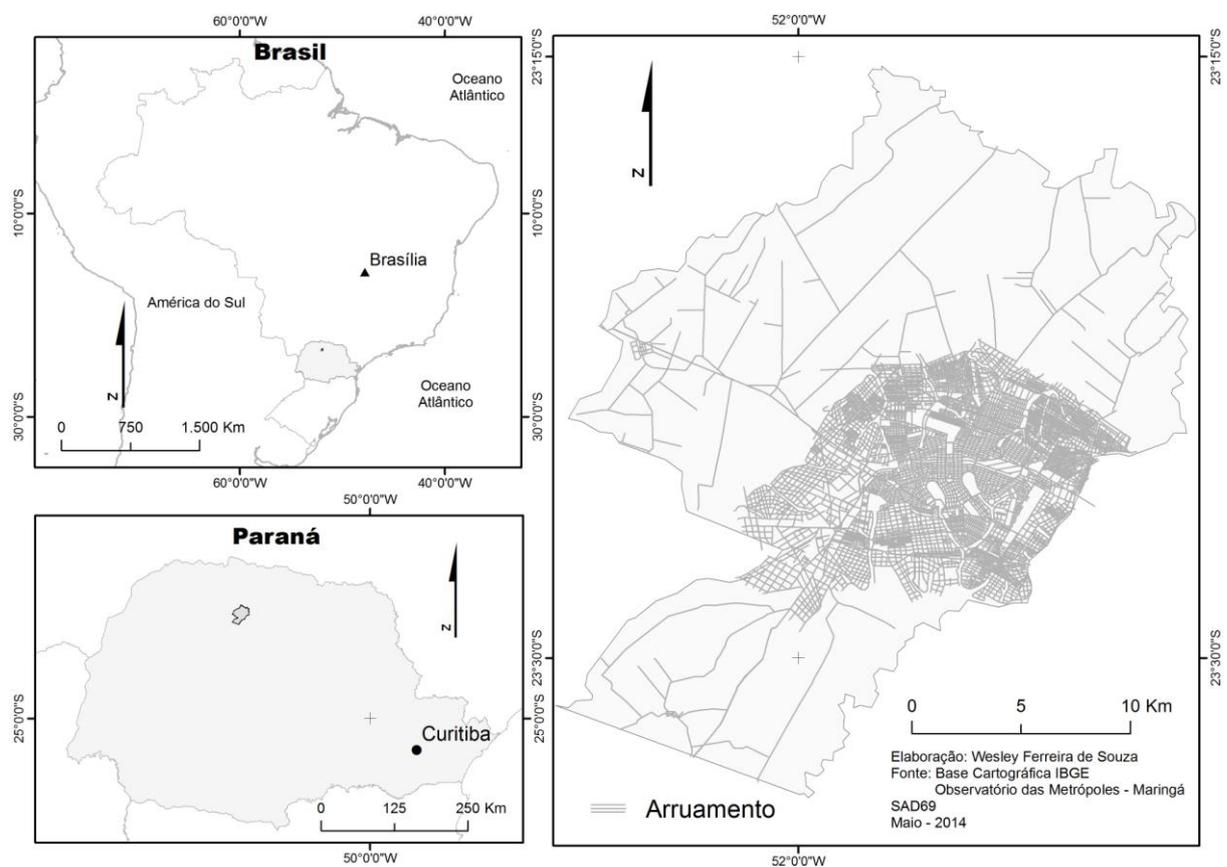
O percurso descrito despertou em mim o interesse de conhecer a realidade que minha

¹ A incidência de pobreza é um indicador que mensura o percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza. É o quociente do número de pobres pelo número de pessoas da comunidade em questão.

² Utilizado como categoria antropológica, não estatal, para se referir ao conjunto de bens culturais, disposição de produtos, práticas e saberes reconhecidos localmente.

própria cidade dispunha quanto à situação da política de SAN. Meus conhecimentos teóricos e empíricos me trouxeram a curiosidade de identificar na cidade onde moro, trabalho e estudo a forma com que meus conterrâneos driblavam a problemática da fome, bem como o anseio de adquirir subsídios teóricos que me capacitassem para a reflexão de ações emancipatórias a esta demanda social.

Meu objetivo foi lançar luz à política pública de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e sua transposição para prática cotidiana municipal de Maringá por meio de uma etnografia. O mapa abaixo situa a localização do município pesquisado em relação ao estado do Paraná, e em relação ao Brasil:



Mapa 1: Localização de Maringá
 Fonte: Base Cartográfica IBGE, Observatório das Metrôpoles Maringá, maio de 2014.
 Elaboração: Wesley Ferreira de Souza.

Esta dissertação de mestrado traz consigo a impossibilidade de esgotar o tema, porém, comprometida a somar enquanto uma contribuição qualitativa ao contemporâneo e franco debate que desenha o panorama das políticas públicas, sobretudo aquelas voltadas à erradicação da fome e da pobreza, desde a implementação até o monitoramento das ações, partindo do princípio sempre de que a lógica local se sobrepõe aos marcos regulatórios.

Busquei valer-me de uma análise crítica que descrevesse a maneira pela qual uma

parcela da população vivencia e também se garante no que diz respeito ao DHAA a duas iniciativas da experiência local: o programa das Hortas Comunitárias e o programa do Restaurante popular. Ambos os espaços foram tomados como cenário para a investigação etnográfica. Diante deste objetivo, após a descrição metodológica e a apresentação/definição do aporte teórico interpretativo, seguem os diferentes eixos analíticos que estruturam este trabalho, voltado às análises sobre a institucionalização local da política de SAN.

A dissertação apresenta: formulações e bases conceituais presentes na trajetória da política de SAN; uma perspectiva sobre a gestão intersetorial inerente a ela; reflexões sobre a pobreza, cidadania e exclusão à serviço da classificação de Fome e Desnutrição; a exploração potencial do uso de indicadores sociais e também suas limitações para a análise de um assunto tão complexo; uma breve reflexão sobre a antropologia no panorama das políticas públicas; o espectro territorial e espacial da pesquisa, enfatizando os dois programas enfocados. Finalmente, evidenciei as análises das representações sociais em fluxo expressas pelos titulares de direitos no restaurante popular e nas hortas comunitárias a respeito de tais serviços e iniciativas.

Esperamos com a realização da pesquisa, compreender um pouco mais e a fundo como funcionam tais programas, em que medida a execução de seus objetivos se articula com a Segurança Alimentar e Nutricional, explorar a maneira como os titulares de direitos vivenciam tais ações e o modo como avaliavam suas experiências, pois, como as discussões sustentam, a partir das experiências vividas, são as representações sociais que eles formulam a respeito dos programas que se materializam sobre o que os programas são na realidade. Mais ainda, na melhor das hipóteses, a pesquisa pretende também contribuir para qualificar ações propositivas sobre as políticas locais de SAN. Enfatizamos que o objetivo da pesquisa não se esgota aqui, este é o exemplo apenas de uma empreitada.

1.2 Panorama geral

A questão da segurança alimentar e nutricional vem se constituindo como um campo de estudos em franco crescimento, ganhando cada vez mais relevância no país e no mundo, refletindo como objeto de pesquisa e análise frequente no universo acadêmico. Trata-se de um assunto de interesse crescente e que vem recebendo grande atenção de gestões em esfera Federal, Estadual e Municipal. Sabe-se que a luta contra a fome é uma bandeira política histórica e antiga que consiste, portanto, em um objeto de peso para reflexão nas ciências

sociais, configurando-se como problemática alimentar e, principalmente, como desafio social e econômico.

Não é possível discutir a tríade fundante do conceito de segurança alimentar e nutricional – qualidade, quantidade e permanência dos alimentos em tempo integral – enquanto um direito humano a todos os cidadãos, sem considerar a parcela de excluídos que não tem acesso à comida. Soma-se a isto a desigual distribuição de renda, a luta pela reforma agrária no país, o exacerbado uso de agrotóxicos, o desamparo da agricultura familiar e a concorrência desleal com produções monopolísticas, o aumento dos transgênicos, a saúde de produtores e de consumidores, o desperdício, a expansão dos *fast-foods*, a embalagem que rotula os alimentos, a propaganda massiva a serviço das grandes indústrias. Estas são apenas algumas das facetas que se imbricam hoje na discussão sobre uma alimentação segura.

As definições de segurança alimentar e nutricional podem ser múltiplas, no entanto, nos objetivos contemporâneos, refletindo os princípios dos direitos humanos, obrigatoriamente elas levam ao campo das iniciativas e políticas de caráter público. Isto ocorre devido ao fato de que o processo de conceituação da SAN no Brasil interliga-se ao mesmo tempo à aplicação empírica desta noção, consequência de uma longa trajetória do poder público e da sociedade civil em busca de uma política que garanta o *Direito Humano à Alimentação Adequada* (DHAA). (COSTA; PASQUAL, 2006).

De acordo com Renato Maluf (2007), a SAN diz respeito aos bens alimentares, que são os alimentos em si, e também sobre a maneira com que são adquiridos pelas famílias e grupos sociais, à alimentação. Nesses termos, todo cidadão possui o direito de estar seguro em suficiência, qualidade e adequação, que significa respectivamente, ter o direito de proteção contra a fome e a desnutrição, estar prevenido de doenças relacionadas em decorrência da alimentação e concomitante, estar incluso à sua sociedade, meio ambiente e cultura.

“Segurança alimentar” foi o termo que consagrou internacionalmente esta perspectiva política intersetorial. No Brasil, porém, ela ganhou a peculiaridade de acrescentar o adjetivo “nutricional”, reunindo dois principais enfoques: o socioeconômico, que diz respeito, principalmente, a disponibilidade de alimentos (*food security*), e o enfoque de saúde e nutrição, que versa sobre a qualidade desses bens e a inocuidade de seu consumo (*food safety*). A dimensão intersetorial poderia inclusive acrescentar outros qualificativos, mas convencionou-se por Segurança Alimentar e Nutricional a fim de não tornar a expressão imanejável. (MALUF, 2007).

Antecipando uma discussão que se segue mais adiante, em síntese, o significado de intersetorialidade reflete uma abordagem de coordenação de políticas públicas que congrega

esforços de diferentes áreas em torno do alcance de objetivos comuns, por isso promete potencializar o êxito dos projetos e suas intervenções.

Ressalta-se que a posição de SAN apenas se consolida quando a aquisição de alimentos não compromete a renda familiar a ponto sacrificar outros aspectos igualmente importantes da dignidade humana, tais como saúde, educação, transporte, lazer. A noção tem vistas, principalmente, a indivíduos e segmentos com maior vulnerabilidade à fome, mas sua consistência versa sobre todo o conjunto da população. Seus objetivos voltam-se para a formação de seres humanos saudáveis e também conscientes de seus direitos e deveres, bem como das responsabilidades a eles atribuídas para com o trato ao meio ambiente e as gerações sucessoras. (MALUF, 2007).

A conceituação e a aplicação da SAN se relacionam, portanto, à idealização, concretização, monitoramento e análise por parte do Estado, dos objetivos das ações de caráter público vinculadas aos alimentos e à alimentação, incluindo a participação da sociedade nos processos. As ações, denominadas também como programas³, da política pública, estratégica e permanente de SAN ficam a cargo do Estado, que é responsável por garantir o acesso aos alimentos de forma permanente, em qualidade e em quantidade suficiente para sua população, incluindo a participação da sociedade por meio de organismos tais como os conselhos, conferências e audiências públicas, que contemplam sua participação no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação da política.

Neste sentido, há uma expectativa crescente por parte dos debatedores no tema da SAN de que sua discussão colabore com a proposição de melhores iniciativas. Isso ocorre porque apesar de o cenário brasileiro aparentar ser profícuo para sua abordagem e intervenção, contabilizando número expressivo de programas de SAN implementados no intuito de amenizar o quadro caótico da situação de fome e carência de nutrientes, dentre os desafios enfrentados o país ainda carece, por exemplo, de ferramentas eficientes na divulgação, monitoramento e análise das ações políticas. (FAO, 2014).

Tomar a alimentação contemporânea como objeto de estudo exige o exercício de uma análise multidisciplinar, implica abordá-la de forma integrada e como um fenômeno complexo, de ordem sociocultural, econômica e política. De acordo com Flávio Luiz Schieck Valente (2002), no âmbito da segurança alimentar e nutricional, a alimentação deve ser

³ Um programa pode ser composto de diversas fases que são executadas e podem apresentar diversos formatos de operação, inclusive ser composto por vários projetos. É por este motivo que diferentes vocábulos foram atribuídos ao longo do trabalho para se referir aos objetos de pesquisa. Ao fazer menção às hortas comunitárias e ao restaurante popular, que são dois programas e possuem caráter permanente, ao longo dos capítulos os vocábulos variam entre “programas”, “políticas”, “ações” e “iniciativas”, para não correr o risco de deixar o texto repetitivo.

integrada em ações setoriais articuladas em um projeto de desenvolvimento que seja voltado aos direitos humanos e sustentável para as nações e que não desvincule a área social das áreas econômicas e políticas.

Valente (2002, p. 53) afirma que “adotar esta abordagem e este contexto para uma proposta de combate à fome exige ousadia” e compreende que o Brasil precisa exatamente disso para interromper com a fome e a desnutrição estruturais que se reproduzem. A ousadia mencionada pelo autor é real diante do atual modelo de gestão setorializado e descoordenado. Os requisitos da SAN se apresentam desafiadores para a busca pelo desenvolvimento da nação pois contemplam concomitantemente o aspecto social, o cultural e o ambiental, passando desde o processo de produção dos alimentos, ao de comercialização, distribuição, até atingir o modo de consumo da população.

Diferente da concepção restrita à produção e disponibilidade de alimentos, o posicionamento adotado nesta pesquisa de mestrado, dialoga com um movimento internacional mais recente, não consensual, que protege a segurança alimentar e nutricional como direito humano básico (*entitlement*) à alimentação e nutrição, ligando-o à cidadania. Nesse movimento, outros quatro eixos são defendidos: sua garantia deve ocorrer por meio de políticas públicas, onde Público compreende agentes públicos e parcerias com agentes privados; o Estado tem o papel de proteger esses direitos e promover a cidadania; deve haver a participação da sociedade civil com organizações próprias; a ruptura com a polarização entre mercado e Estado, pois cada um tem o seu papel, e a sociedade civil deve intermediá-los, pois podem ser complementares e mesmo sinérgicos. (VALENTE, 2002, p. 57).

Apesar de as estratégias institucionais formais do governo Federal brasileiro não serem suficientes para fomentar a intersetorialidade, à luz de Luciene Burlandy (2009) podemos refletir em que medida elas são importantes para induzir o processo. Entende-se, portanto, que não se trata de uma empreitada utópica, ilusória, de perspectiva universal e geral, mas sim, de um potencial de transformação gradativo e processual.

A SAN logrou o caráter de uma política pública, estratégica e permanente submetida aos princípios internacionais da *Soberania alimentar* e do *DHAA*. Com relação ao primeiro, sua conceituação foi expressa em 2001, em Havana, Cuba, por meio do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, cuja composição conta com a presença de seis entidades brasileiras. A definição consagrou-se com o seguinte texto:

Soberania alimentar é o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantem o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e

gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. [...] A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição, e garantir a segurança alimentar duradoura e responsável para todos os povos. (Fórum Mundial de Soberania Alimentar, 2001).

Assim, a soberania alimentar impõe à SAN que a produção e a venda da alimentação deve ser local, com qualidade, de forma adequada, sem a utilização de venenos, em equilíbrio com o meio ambiente, intrínsecos à cultura e ao estilo de vida da população envolvida, deve supor ainda que haja uma diversificação nessas práticas e que invulnerabilize a população aos grandes mercados e à indústria mundial de produção de alimentos.

Já a alimentação saudável, seguindo as diretrizes do DHAA, é “aquela que contribui para a promoção e manutenção da saúde e a prevenção de doenças e, portanto, para um estado nutricional adequado das pessoas em qualquer fase do curso da vida” (BURITY et al, 2010, p. 160). O *Guia alimentar para a população brasileira* (BRASIL, 2014), a definiu a partir dos atributos básicos de acessibilidade física e financeira, do sabor, da variedade, da cor, da harmonia, da segurança sanitária, do respeito e valorização da cultura alimentar e de sua diversidade no contexto étnico, regional e social brasileiro, consenso adotado e utilizado tanto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) quanto pelo Ministério da Saúde (MS).

A expressão *titulares de direito*, embora não tenha sido acionada no trabalho de campo, foi aqui adotada com uma conotação política para se referir aos interlocutores da pesquisa. Esta visão ética se contrapõe à designação *beneficiários*, terminologia que é usualmente utilizada por gestores públicos, como se os serviços ofertados pelo Estado fossem favores prestados à população.

Trata-se aqui de confirmar o movimento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que trata de garantir o princípio internacionalmente consagrado do DHAA, respaldado no Brasil pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Os cidadãos que experienciam os programas em todas as suas esferas não podem ser designados como *beneficiários* de algo que já lhes é próprio por direito, já que o Estado possui a incumbência, o dever fundamental, de assegurar, proteger e facilitar a Segurança Alimentar e Nutricional.

1.3 Orientações metodológicas

A etnografia enquanto metodologia e produção textual foi o procedimento que

qualificou a pesquisa empírica, em uma combinação de trabalho de campo, observação participante, conversas informais, aplicação de entrevistas semi-estruturadas, suas respectivas transcrições e o registro imprescindível em diário de campo. A combinação destas técnicas permitiu a partilha de vivências com as pessoas envolvidas e os lugares onde o fenômeno das representações se organizam.

Na busca pela apreensão da realidade social *in lócus*, a abordagem aos meus interlocutores de pesquisa ocorreu pelo contato direto, acompanhada de um alargamento do sentir, do agir e do refletir. As hortas comunitárias e o restaurante popular foram os únicos espaços de realização dos trabalhos de campo. Fora deles não houve oportunidade de convívio junto aos interlocutores, tendo a análise etnográfica se restringido a partilha de experiências entre as mesas e os canteiros de tais programas.

Lembram Minayo (1991) e Araújo (2008) que a subjetividade emerge em todos os exercícios científicos, sujeitos ao tempo histórico e às correntes de pensamento, desde o processo de gestação dos projetos, a decisão pelo tema, a perspectiva do pesquisador, seus conhecimentos prévios, a bagagem de leituras e discussões teóricas, bem como suas próprias inquietações, dúvidas e anseios.

Muito antes, Weber (1997) já afirmava que a ciência não se empenha em supostas conexões ‘objetivas’ entre ‘coisas’, mas sim nas conexões *conceituais* existentes entre os *problemas*, pois “todo o conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento subordinado a **pontos de vista** especificamente **particulares**.” (WEBER, 1997, p. 97, grifos do autor).

Isso permite reconhecer que o recorte para os dois programas abordados não se deu de forma aleatória. A opção pelo Restaurante Popular ocorreu por ser um programa que, além da unidade existente em Maringá, se repete em outros 72 municípios brasileiros⁴, com cerca de 89 unidades em funcionamento. A recorrência deste programa em tantos municípios, formando um amplo conjunto de titulares de direitos protegidos em todo o país, contribuiu para a sua escolha na investigação.

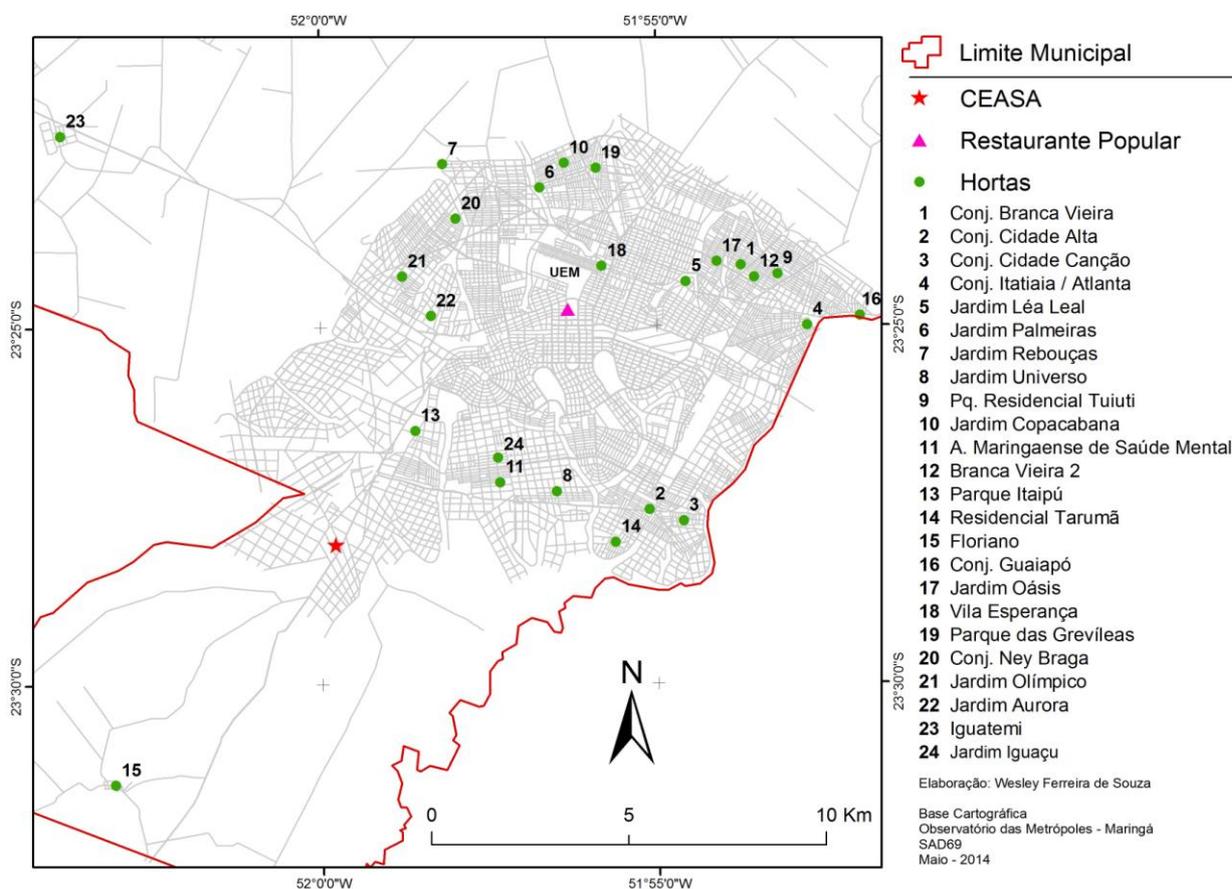
Já a opção pelo programa municipal das Hortas Comunitárias se deu prioritariamente pela grande visibilidade que logrou regional e nacionalmente, tendo conquistado vários prêmios e ganhado diferentes concursos⁵, isto provocou o interesse de conhecer a dinâmica

⁴ Disponível em: <<http://www.portalcomunitario.jor.br/index.php/bloco/3760-brasil-possui-quase-100-restaurantes-populares-em-funcionamento>> Acesso em 23 de maio de 2015.

⁵ Informações obtidas junto à administração municipal. Disponível também em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/////index.php?sessao=c138f8bef655c1&id=18428>> Acesso em: 26 de agosto de 2014.

cotidiana das pessoas envolvidas, ou seja, a forma como vivenciam esse projeto de prestigiado reconhecimento. O município de Maringá dispunha, ao término da pesquisa, o total de 24 unidades de hortas comunitárias, distribuídas por bairros diversos.

O mapa abaixo indica a localização geográfica dos programas no município:



Mapa 2: Localização do restaurante popular e das hortas comunitárias

Fonte: Base Cartográfica IBGE, Observatório das Metrôpoles Maringá, maio de 2014.

Elaboração: Wesley Ferreira de Souza.

O primeiro contato com o restaurante popular antecedeu a situação da pesquisa, de forma que ao início da etnografia eu já dispunha de conhecimento prévio sobre seus frequentadores, localização, estrutura e organização. As hortas comunitárias, por sua vez, ganharam minha primeira visita quando já eram campo de investigação.

Efetivamente, os trabalhos de campo nos locais da pesquisa começaram a ser realizados em 12 de março de 2014 e foram sistematizados até 25 de abril de 2015. A abordagem a todos os interlocutores de pesquisa ocorreu de forma cuidadosa e respeitosa. Inicialmente, nas hortas comunitárias fiz visitas exploratórias, com a motivação de adquirir as hortaliças produzidas nos canteiros e explorar como era a produção nestes locais, horários de funcionamento, quem respondia pela liderança da horta, quantas famílias estavam envolvidas e o que mais pudesse ser útil para delinear os caminhos da pesquisa.

Após a exploração das informações iniciais, estabeleci um cronograma pessoal para realização dos trabalhos de campo onde esquematizei visitas semanais às hortas comunitárias. Entre julho e agosto de 2014 as visitas se intensificaram, realizadas com uma média de três vezes por semana. Nesse momento a abordagem aos produtores se repetiu, pude estreitar os laços junto a eles e informá-los melhor sobre o interesse e os rumos da pesquisa. Ao receber suas anuências, entreguei, li e expliquei os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e solicitei que permitissem a gravação de nossa conversa. Todos autorizaram e os diálogos foram estabelecidos com o registro de áudio.

A abordagem aos interlocutores no restaurante popular assemelhou-se a esta. A estratégia utilizada inicialmente foi a de realização das refeições pessoais no próprio local. Ênfase foi dada a conversas informais, a fim de ganhar informações e detalhes. A estratégia seguinte foi voltada para a realização de entrevistas, e obedeceu a seguinte ordem: aproximação junto aos frequentadores ao final de suas refeições, quando já deixavam o prédio e passavam pela escada de acesso à rua. Neste espaço, ocorreram as apresentações pessoais, informes sobre a pesquisa, solicitação de participação. Ao receber suas anuências, os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram entregues, lidos e explicados, conforme exigência do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Foram solicitados ainda que permitissem a gravação da conversa. Todos autorizaram e os diálogos foram estabelecidos com o registro de áudio.

Com o auxílio do gravador, as conversas puderam se desenrolar de forma mais fluída, sem o rigor de anotar em tempo real as informações e respostas obtidas. As entrevistas semi-estruturadas, foram a técnica escolhida para complementar o exercício do *ouvir todo especial* próprio do antropólogo, visando a “*obtenção de explicações fornecidas pelos próprios membros da comunidade investigada*”, segundo Roberto Cardoso de Oliveira (1998, p. 22).

Os roteiros utilizados⁶ em cada um dos grupos se diferenciaram, mas versaram ambos sobre a representação formulada pelos titulares de direitos a respeito dos programas, suas opiniões, críticas e etc. Foram gerados 20 registros de áudio, que foram posteriormente transcritos para serem manipulados em formato textual. Entre os interlocutores, 8 foram abordados no restaurante popular e 12 foram escolhidos na horta comunitária.

O critério de escolha para os interlocutores no restaurante seguiu ordem aleatória, considerando que todos os grupos etários, de jovens, adultos e idosos, fossem ouvidos. Já nas hortas o critério seguiu julgamento próprio na escolha de um participante por unidade, de

⁶ Os roteiros que orientaram as entrevistas semi-estruturas podem ser conferidos na seção de Anexos.

acordo com a disposição dos interlocutores para falar, ou ainda conforme eles mesmos indicavam entre si. A partir daí foi possível identificar e acerrar a figura de quem fala formalmente em nome da unidade da horta, geralmente o presidente, o tesoureiro, ou mesmo uma liderança integrante do conjunto de participantes na unidade do programa.

O total de entrevistados nas hortas foram 9 homens e 3 mulheres, entre os quais, apenas dois em faixa etária adulta, os demais foram idosos. No restaurante, foram 5 homens e 3 mulheres, dentre os quais, dois jovens, três adultos e três idosos. Nesta pesquisa ao citá-los foi convencionada a utilização de nomes fictícios, a fim de preservar suas identidades e garantir o anonimato, conforme garantia o TCLE entregue e assinado por eles. Nesta prerrogativa, busquei permitir ao campo que se apresentasse a mim em sua complexidade, a fim de apreender as subjetividades presentes nas representações sociais desses interlocutores.

Esta investigação interpretou e traduziu textualmente os significados patentes e ocultos, aqueles que foram ditos, verbalizados, e também aqueles que demandaram acompanhamento, observação e análise das práticas cotidianas, empreendendo zelo, perspicácia e competência científicas. A relevância de tais tarefas repousa em Oliveira (1998) ao afirmar que se o olhar e o ouvir são considerados como as ações cognitivas mais preliminares no trabalho de campo, no ato de escrever é que se encontra a formatação final do produto deste ofício, daí a importância no processo.

Um dos maiores desafios da pesquisa consistiu no estabelecimento de diálogo com diferentes áreas, partindo especificamente da antropologia, teórica e empiricamente, e de modo geral das ciências sociais, para o diálogo com as demais disciplinas: profissionais de gestão, de assistência social, psicologia, agronomia, economia, nutrição, saúde, dentre outros. Ao tratar da segurança alimentar e nutricional como um objeto complexo, a postura antropológica não poderia ter sido outra, pois sua própria conceituação já preconiza a intersetorialidade.

Nesta pesquisa, em consonância à Maria Cecília de Souza Minayo (1991, p. 234), a antropologia “coloca-se à serviço de um processo social mais abrangente, cujo enfoque é dado pelo programa a ser avaliado, e ao qual serve com seus instrumentos peculiares de apreensão da realidade”. Assim, a abordagem antropológica vem à luz para refletir sobre os programas de SAN, os *valores, atitudes e crenças* (MINAYO, 1991) da população enfocada, problematizando-os a partir da realidade local específica.

Encontrando orientação também em Weber (1997, p. 92), ao etnografar as representações sociais em fluxo formuladas pelos titulares de direitos nos programas, pretendeu-se conhecer um dos fenômenos da vida: a implementação de políticas públicas

para alimentação segundo a sua *significação cultural*, pressupondo a relação de tal fenômeno com *ideias de valor* na extensão de toda sua configuração.

É tendência nas avaliações de políticas públicas a nível global e nacional, a prevalência de trabalhos com abordagem quantitativa, por tecerem análises acerca de extensas amostras populacionais. (PIRES, REGO, 2013; ÁVILA, 2013; RODRIGUES, ORTOLAN e GONÇALVES, 2014). Os próprios estudos anuais sobre a insegurança alimentar das nações, delineados pela FAO, são exemplares. (FAO, 2014). Tal abordagem, de forma solitária, compromete a perspectiva de compreensão ampliada dos fenômenos em questão, pois depende também da concomitante correspondência com análises qualitativas para alcançar estudos aprofundados, que contemplem também as subjetividades dos sujeitos envolvidos.

Em conexão com os estudos estatísticos, porém iluminando a realidade social com a tendência qualitativa, este trabalho vislumbrou a análise dos significados envolvidos na política pública municipal de SAN, por meio das representações sociais, e conseqüentemente efeitos, que os titulares de direitos conferem a dois, do total de oito, programas implementados em Maringá: Hortas Comunitárias e Restaurante Popular. Os demais programas serão sucintamente descritos adiante.

O caráter qualitativo da pesquisa repousou na afirmação de Antonio Chizzotti (2003) de que os fenômenos humanos criam e atribuem significados às coisas e às pessoas nas interações sociais. Estas, por sua vez, podem ser descritas e analisadas, prescindindo de quantificações estatísticas:

A pesquisa é uma prática válida e necessária na construção solidária da vida social, e os pesquisadores que optaram pela pesquisa qualitativa, ao se decidirem pela descoberta de novas vias investigativas, não pretenderam, nem pretendem furtar-se ao rigor e à objetividade, mas reconhecem que a experiência humana não pode ser confinada aos métodos nomotéticos de analisa-la e descrevê-la. (CHIZZOTTI, 2003, p. 232).

O presente estudo vem somar às pesquisas que estejam “integradas num projeto maior de transformação, da qual ela faz parte, mas não é dona nem arauto”, postula Minayo (1991, p. 235). No campo das políticas públicas sociais, a antropologia dialoga diretamente devido à sua metodologia experimental, passando de uma disciplina tradicional básica e do contexto da descoberta primária de dados e informações para enfim uma pesquisa estratégica no contexto da verificação. (MINAYO, 1991). Evidentemente, a lógica científica que se operacionalizou possuiu também uma perspectiva política. Do contrário, “*torna-se mera recreação solipsista condenada, por ventura, ao desaparecimento*”, conforme alerta de Seixas (2001, p. 6) para o risco de uma ciência ingênua.

O aporte teórico elencado para interpretação do material coletado trabalhou com a

teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 2007; GUARESCHI, 2000; ARAUJO, 2008), que se apresentam enquanto saberes decorrentes das interações e práticas humanas. A combinação deste aporte com o método etnográfico, esforçou-se por resultar no que Guareschi (2000) indica:

É fundamental prestar atenção ao que as pessoas fazem, como se comportam, quais seus hábitos e costumes; muitas vezes isso é muito mais importante e até mesmo contraditório, do que aquilo que eles nos dizem. A prática revela, verdadeiramente, a representação social dessas populações. Um olhar atento aos usos e costumes vai revelar as crenças, as cosmovisões, os símbolos, os valores que orientam essas pessoas. [...] É importante ver o que nos estão dizendo. Porque essa relação entre a fala e a ação, é fundamental para entender o campo representacional. (GUARESCHI, 2000, p. 255).

Isto significa que os discursos narrativos expressos pelos interlocutores, titulares de direitos enfocados, foram analisados tomando por base o conhecimento que esses mesmos sujeitos dispunham a partir de suas inserções nos programas⁷. Fundamental foi combinar essa escuta com a realização do trabalho de campo, na observação de como suas ideias manifestavam-se empiricamente na experiencição cotidiana da realização dos programas de segurança alimentar e nutricional investigados.

1.4 A Teoria das Representações sociais aliada ao método etnográfico

A concepção de representações coletivas foi elaborada por Émile Durkheim (2009), que a distinguiu abruptamente das chamadas representações individuais. O sociólogo atribuiu a estas o campo da psicologia. Nesta área, Serge Moscovici (2007) reconheceu as contribuições teóricas de Durkheim (2009), mas demonstrou, inclusive com referenciais da sociologia, que os fenômenos sociais, para tornarem-se compreensíveis, devem incluir conceitos psicológicos e sociológicos. A expressão “social”, em substituição à “coletiva” foi adotada por esse autor enfatizando o caráter dinâmico das representações, contra a qualidade mais “fixa” da teoria durkheimiana que era fortemente associada à coesão das sociedades, as forças e estruturas que as preservavam e conservavam versus a desintegração ou divisão. (DUVEEN, 2007).

Moscovici (2007), no campo da psicologia social, orienta-se para o caráter dinâmico da sociedade, onde importam as transformações e os processos de mudança social, por isso as representações não podem ser vistas como variáveis explicativas ou artifícios explanatórios. O

⁷ Na descrição e análise do material de pesquisa, para demarcar a utilização de expressões êmicas convencionou-se citá-las entre os sinais indicadores de aspas (“”).

aporte teórico aqui utilizado para interpretação das opiniões formuladas pelos titulares de direitos na política SAN municipal dialoga com a teoria formulada por esse autor, por ser profícua para reflexão sobre a sociedade contemporânea em sua complexidade, heterogeneidade e flutuação, “com as mudanças que elas [representações sociais] devem sofrer para penetrar a vida cotidiana e se tornar parte da realidade comum”. (MOSCOVICI, 2007, p. 48).

As representações sociais pressupõem interações humanas, seja entre duas pessoas ou entre mais grupos. Tais interações estão psicologicamente representadas em cada um dos participantes envolvidos enquanto acontecimentos. *Aquilo* que é pensado e imaginado são as representações, e apesar de “nada mais que ideias” elas acabam por se constituírem como realidade, concretudes que chegam a conformar e a pressionar as atitudes e as reações do sujeito devido ao seu peso, sua história, seu caráter cumulativo. As informações obtidas das interações, por meio das representações, recebem a atribuição de um significado (MOSCOVICI, 2007, p. 40). Guareschi (2000) ajuda a iluminá-las:

Elas ‘são’, de fato, mas elas não podem ser tocadas. Elas existem, mas não se deixam ver. Elas possuem determinada concretude, mas não podem ser delimitadas. Elas aparecem sem ser vistas; influenciam, sem que as identifiquemos claramente. (GUARESCHI, 2000, p. 249-250).

Reforçando-lhes sua autonomia em relação à consciência do indivíduo ou à consciência do grupo, Moscovici (2007, p. 40) afirma que as representações sociais são “capazes de influenciar o comportamento de um indivíduo participante de uma coletividade”. Isso significa dizer que a autoria das representações não é atribuída ao indivíduo isoladamente, mas a partir do momento em que são criadas, no plano das ideias, e transpostas enquanto realidade, tais representações adquirem autonomia, circulam, encontram-se, chocam-se, ensejam novas representações e aniquilam representações antigas.

Para compreender uma representação, Moscovici (2007) orienta a retomada de sua origem, o ponto de onde ela nasceu. Abordá-la mediante um ou outro aspecto, sejam eles comportamental ou da estrutura social, é insuficiente. Isto porque a representação às vezes condiciona tais aspectos ou responde por si própria. E não tem a ver com o fato de ela ser um objeto coletivo ou por sua origem ser coletiva. O autor afirma e ao mesmo tempo estabelece como missão da psicologia social, que o interesse é o próprio fato de ela se constituir enquanto realidade *sui generis*, que justamente por ser compartilhada pelos grupos e reforçada tradicionalmente, ela gradualmente se materializa e tem a sua natureza esquecida e a sua natureza convencional ignorada. Com isso, a representação deixa de ser flexível e vulnerável e se torna estável, constante, permanente.

Moscovici (2007) afirma que os humanos são moldados de acordo com as formas com que o meio ambiente e social foram fixados em representações e o canal para isso ocorre por meio da comunicação. Mas permanentemente os sujeitos e grupos trocam informações e energia com o mundo externo e refletem sobre ele. Assim, o autor acrescenta:

À luz da história e da antropologia, podemos afirmar que essas representações são entidades sociais, com uma vida própria, comunicando-se entre elas, opondo-se mutuamente e mudando em harmonia com o curso da vida; esvaindo-se, apenas para emergir novamente sob novas aparências. Geralmente, em civilizações tão divididas e mutáveis como a nossa, elas coexistem e circulam através de várias esferas de atividade, onde uma delas terá precedência, como resposta à nossa necessidade de certa coerência, quando nos referimos a pessoas ou coisas. (MOSCOVICI, 2007, p. 38).

A tarefa das representações sociais decorrentes é o estudo de seu modo de ser, o seu impacto, as suas propriedades e as suas origens. (MOSCOVICI, 2007). A teoria das representações sociais vem avançando em suas explicações e conceitos, extrapolando a fronteira da psicologia social e inclusive buscando diálogo com outros campos de conhecimentos para a reflexão de problemas sociais cotidianos, “Ao buscar compreender os significados criados pelos homens acerca do mundo e de si mesmos e os processos neles imbricados, tal abordagem tem sido profícua, nos últimos anos, na antropologia”. (ALMEIDA, SANTOS E TRINDADE, 2000, p. 258).

É neste ponto que elas se articulam com os sujeitos envolvidos nesta pesquisa. Baseando-se na teoria descrita até aqui, as seguintes indagações são propostas: a partir das interações sociais estabelecidas entre os titulares de direitos nos programas de SAN, hortas comunitárias e restaurante popular, quais são as representações sociais engendradas por eles sobre os programas? Qual o panorama de formulação dessas representações sociais? Que impacto elas expressam no cotidiano desses sujeitos?

Guareschi (2000) constrói um quadro referencial metodológico que encontra magnitude e alcance. As representações sociais são reveladoras das interações e práticas humanas, ajudam também a problematizar e a buscar soluções para situações de injustiça ou assimetrias, contribuindo para o fomento e a concretização de novas modalidades do saber. Neste sentido, o uso das representações sociais nas investigações científicas ajuda a melhor compreender diferentes contextos sociais, na medida em que oferece subsídios para compreensão da realidade subjetiva.

O potencial analítico das representações sociais nos espaços de pesquisa percorridos pelo autor revela-se análogo ao exercício aqui empreendido, utilizando-se delas para problematizar as ações da política de SAN. Guareschi (2000) alerta porém que a pesquisas que se utilizam de seus preceitos devem carregar consigo humildade na pretensão científica,

uma vez que os fenômenos sociais são dinâmicos e inapreensíveis em sua totalidade.

2. CAPÍTULO I – ALGUNS APORTES TEÓRICOS

2.1. Trajetória histórica da institucionalização da Política de SAN

A trajetória histórica da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e no mundo já foi descrita detalhadamente por muitos pesquisadores. Dentre eles Galeazzi (1996), Pessanha (1998), Valente (2002), Belik (2003), Hirai, Anjos (2007), Maluf (2007), Pinheiro (2008), Burlandy (2009), Macedo et al (2009), Burity (2010). A fim de contextualizar o panorama político estudado, compreender a forma como atualmente a política de SAN estrutura-se e posteriormente se efetiva localmente no município de Maringá, o presente capítulo tem como propósito apresentar uma revisão de múltiplas fontes bibliográficas e documentais acerca desta trajetória.

A história da fome e desnutrição no Brasil, de acordo com Valente (2002), começou com o período de colonização portuguesa, em 1500, quando os primeiros relatos narram a morte de nativos, presos em cativeiro na condição de escravos, que se recusando a comer, morriam de fome. Ao longo do período colonial e durante o Império, o problema continuou e a fome também atingiu os negros e agregados das grandes oligarquias rurais. Durante todo o período de Velha República e no Estado Novo a história se repetiu.

Ao final do século XIX e começo do século XX a situação apenas se agravou, devido ao acelerado processo de industrialização nacional tardia, a intensificação da migração urbana, a modernização da agricultura de forma conservadora, que restringiu o crescimento aos grandes centros urbanos, causando acentuada disparidade regional e a inserção desordenada do país em um mercado globalizado. Essa conjuntura histórica de mudanças levou a uma maior concentração da fome na região nordeste, nas áreas rurais e também nas periferias de todas as grandes cidades. (VALENTE, 2002).

O pioneirismo de ações governamentais voltadas para a área da alimentação foi marcado pela responsabilidade de balanceamento dos estoques e estipulação dos valores dos alimentos básicos, conforme menciona Burlandy (2009) sobre a existência de uma comitativa denominada Comissariado de Alimentação Pública, em 1918, destinada para tal. A ênfase dada era no armazenamento e na estocagem diante da preocupação com a suficiência de produção.

Na primeira metade do século XX Josué de Castro, médico brasileiro, se destaca como um dos precursores ao discutir o tema da fome no Brasil, e principalmente por problematizá-lo em sua relação com os aspectos político e social manifestos. Sua publicação *Geografia da*

Fome, de 1946, tornou-se um clássico por denunciar a temática no país e enfatizá-la para além do aspecto meramente biológico, mas sobretudo como um flagelo econômico, social, político, geográfico e cultural, decorrente dos próprios homens, um grande ônus, na leitura do autor, que seria resultante do processo de subdesenvolvimento. (CASTRO, 1968; 1984).

Em 1945, entre os mecanismos institucionais de coordenação nacionais criados e voltados para a alimentação, registra-se a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), uma instituição pertencente ao Conselho Federal de Comércio Exterior, posteriormente regulamentada e em 1951 transferida para o Ministério da Saúde. (BURLANDY, 2009).

À nível internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, votada e aprovada em 10 de dezembro de 1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, e posteriormente reafirmada no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), de 1966, instituiu em seu artigo 11, que a alimentação e a nutrição realizam-se como o canal que possibilita o completo crescimento e desenvolvimento humano, concomitante à qualidade de vida e ao exercício da cidadania. (BRASIL, 1992).

O conceito “segurança alimentar” foi lançado na Europa, na conjuntura da 1ª guerra mundial, com significado associado à competência de cada país produzir seu próprio alimento de forma independente e invulnerável à estratégias bélicas ou políticas, ou seja, a centralidade em jogo era a autossuficiência produtiva dos Estados nacionais. (VALENTE, 2002; BURLANDY, 2009).

Essa conceituação ganha destaque com a crise aguda de abastecimento ocorrida entre 1972-1974 e também com a Conferência Mundial de Alimentação, em 1974. Este evento definiu o abastecimento como “uma oferta de alimentos segura e adequada com base em critérios de necessidade fisicamente estabelecidos”. (BURLANDY, BOCCA, MATTOS, 2012, p. 12). Devido à crise, a preocupação referente à segurança alimentar era voltada ao problema de estocagem e armazenamento.

Ao final da década de 1970, com o aumento da produção e a queda dos preços, reanimaram-se os argumentos, centrando a preocupação com a causa da fome no problema de acesso aos alimentos, superando a antiga argumentação da década de 50 de que o mundo não teria capacidade de produzir alimentos a toda população. (VALENTE, 2002).

Em 1983, a ONU definiu o conceito de segurança alimentar envolvendo a oferta adequada de alimentos, a estabilidade da oferta e dos mercados, e a segurança no acesso aos alimentos disponibilizados. Isso ensejou o Banco Mundial⁸, em 1986, a postular a segurança

⁸ Instituição financeira internacional responsável, a partir de sua criação, por financiar a reconstrução dos países destruídos pela 2ª Guerra Mundial. Posteriormente logrou a missão de fomentar o desenvolvimento

alimentar como “*o acesso por parte de todos, todo o tempo, a quantidades suficientes de alimentos para levar uma vida ativa e saudável*”. (VALENTE, 2002: 55).

Já a década de 90 ofereceu um conceito marcado pela introdução internacional da noção sanitaria de alimento seguro (não contaminado biológica ou quimicamente), de qualidade (tecnológica, sanitária, biológica e nutricional), com dieta balanceada, contendo informações e por fim, englobando as opções culturais dos hábitos alimentares dos seres humanos. Importantes modificações no entendimento do conceito também versam sobre a incorporação das noções de equidade, justiça e sustentabilidade dos recursos naturais, do meio ambiente e do modelo de desenvolvimento.

Desta forma, o direito à alimentação foi inserido no mesmo patamar de outros direitos sociais como o direito à vida, à dignidade, à autodeterminação e satisfação de outras necessidades básicas. Esta determinação foi fortalecida sobremaneira na Conferência Internacional de Nutrição, em 1992, promovida pela FAO e Organização Mundial de Saúde (OMS), agregando ainda a assistência básica à saúde e o cuidado no lar aos membros da família. (VALENTE, 2002).

Walter Belik (2003) demarca que a partir da segunda metade do século XX, o Brasil e o mundo deslocam o enfoque na resolução dos problemas com a alimentação da população. Esta mudança é convertida em políticas públicas por parte dos governantes, sob a influência também dos movimentos sociais contra a falta de alimentos. As políticas que existiam até então, apesar de abrangerem itens diversos da produção e do consumo, eram pontuais. (BELIK, 2003).

No cenário brasileiro, a primeira proposta nacional efetiva de elaboração de uma política pública alimentar surgiu em 1952, com o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, que reunia diversas instituições e ministérios. Seu conteúdo versava sobre a produção, a comercialização, o abastecimento, o acesso e o consumo, o que permitia a intersectorialidade como um potencial estratégico. A proposta, porém foi frustrado, pois os ministérios envolvidos empregavam os recursos de forma setorial. (BURLANDY, 2009).

Até a década de 1960 as ações nacionais nesta área se limitaram a doações emergenciais e distribuição de alimentos, por parte do governo e organizações filantrópicas. (COSTA, PASQUAL, 2006). A chamada “política da fome” existia dessa forma, dissociada da condição mínima de dignidade humana, destituída da noção de qualidade, e do direito de adquirir esse alimento por meio de empenho próprio. (VALENTE, 2002, p. 53).

A década de 1970 mudou isso institucional e academicamente. Houve a criação de institutos responsáveis pelo planejamento alimentar e nutricional em diversos países, sob a influência do movimento internacional conduzido pelo Banco Mundial. Os efeitos foram sentidos também no Brasil. Ana Maria Canesqui (2005) resgata a tradição de pensar o problema da fome no Brasil na antropologia a partir dos anos 1970, quando houve maior impulso e ampliação dos cursos de pós-graduação, transformações ocasionadas por novos pensamentos e reflexões críticas, fazendo com que o problema passasse a ser abordado sob a perspectiva etnográfica:

Naquele momento [década de 70], a questão da desnutrição estava posta entre os efeitos adversos do ‘milagre econômico’ brasileiro e despertou o maior interesse das políticas governamentais de nutrição e alimentação, levando à ampliação dos financiamentos para as pesquisas nessa área, que resultou no envolvimento de antropólogos no tema da alimentação, sem que pudesse ser identificada a antropologia especializada no assunto, embora ela se voltasse para as questões urbanas, sensibilizando-se com a dramaticidade dos problemas sociais. (CANESQUI, 2005:26).

Em 1972, período de ditadura militar governada pelo general Ernesto Geisel, o Ministério da Saúde criou o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN. Tratava-se de uma autarquia federal ligada ao gabinete da saúde, pois esta passava, progressivamente, a ser compreendida como decorrência de uma série de condições, dentre elas, a alimentação - ao lado também da habitação, renda, educação, trabalho, meio ambiente, transporte, lazer. Por isso, essa iniciativa impôs a integração de um complexo de políticas públicas sociais e econômicas, executadas por diferentes setores do governo, em uma perspectiva posteriormente institucionalizada com a Constituição de 1988. (BURLANDY, 2009: 852).

O INAN possuía a incumbência de centralizar as ações referentes à alimentação e à nutrição no Brasil, coube-lhe acompanhar o governo federal na implementação de uma política nacional de alimentação e foi o órgão responsável por elaborar e gerir o “Programa Nacional de Alimentação e Nutrição” (I PRONAN [1973-1974], II PRONAN [1976-1979]⁹). (SILVA, A. 1995).

Muitos dos programas formalizados pelo Estado e acompanhados pelo PRONAN, paralelamente à sua tarefa de realizar suplementação alimentar, fizeram as bases de programas de segurança alimentar e nutricional existentes atualmente. Eles eram: 1) Programa de Nutrição em Saúde; 2) Programa de Alimentos Básicos em Área de Baixa renda; 3) Programa de Compra Direta do Pequeno Produtor; 4) Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento

⁹ Houve o planejamento da versão Pronan III, previsto para o período de 1982-1985, com inovadoras medidas de criação de um Fundo Nacional de Alimentação e Nutrição e de transformação do Inan em empresa pública. Porém, esta versão não chegou a ser implementada, uma vez que a versão do Pronan II foi estendida até 1990, e depois suprimida (SILVA, 1995).

Materno; 5) Programa de Combate às Carências específicas; 6) Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional; 7) Programa Nacional de Alimentação Escolar; 8) Programa de Alimentação do Trabalhador; 9) Programa de Alimentação Popular.

Desde esse período já havia o reconhecimento sobre a necessidade de articular as ações sociais com medidas econômicas, por isso, entre os programas que o II PRONAN apresentava, alguns deles apontavam forte perspectiva intersetorial, na medida em que versavam concomitantemente sobre a produção, a comercialização e o consumo. Suas estratégias, no entanto, foram limitadas por conta dos obstáculos de gestão do próprio INAN, e a fragilidade entre as políticas e a escassez de recursos.

Como os programas pertenciam a ministérios distintos, entre esses obstáculos houve dificuldade em articulá-los e conduzi-los, devido ao baixo peso institucional que recebeu, o seu Conselho não conseguiu promover a articulação intersetorial necessária, não atuou sobre programas elaborados em outros Ministérios, possuía um baixo e restrito quadro de pessoal, além da limitação de recursos orçamentários. Sua abrangência foi limitada, fazendo com que suas investidas não ultrapassassem o caráter de projetos pilotos. O INAN persistiu ainda até 1997 e o resultado foi a sua extinção a partir de então. (COSTA, PASQUAL, 2006; BURLANDY, 2009).

A partir da década de 1980, o orçamento público destinado às políticas sociais bem como o alcance populacional das mesmas foram alargados, o que não significou maior eficácia das intervenções, pois de acordo com Burlandy (2009) esta mudança ocorreu de forma desordenada, culminando na superposição de clientela, no acirramento da disputa ministerial por recursos e dificultando sobremaneira a articulação entre os setores. Sua indagação, “Seria necessária uma instância supraministerial?” (BURLANDY, 2009, p. 854), expressa o empenho dos agentes sociais para continuarem refletindo, naquele momento, qual seria o caminho institucional a ser percorrido para efetivar uma política de alimentação e nutrição. Alia-se a este esforço a forte mobilização da sociedade, após vivenciar o período ferrenho de ditadura militar.

Com a Nova República a segurança alimentar e nutricional ganha importância na agenda política governamental, abrangendo, além da autossuficiência produtiva, também o atendimento das demandas alimentares da população. Sobretudo em 1985, com a ascensão de José Sarney ao cargo de presidente do Brasil, houve pela primeira vez a criação de um projeto, em documento do Ministério da Agricultura, que propunha uma “Política Nacional de Segurança Alimentar”. Sua finalidade era atender as necessidades alimentares da população, alcançando além da autossuficiência na produção de alimentos, a estipulação de um Conselho

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, composto pelo Presidente da República, Ministros de Estado, representantes de sindicatos patronais e também de trabalhadores. (BURLANDY, 2009).

Mesmo após pouca repercussão, o plano foi retomado em 1986, no desdobramento da VIII Conferência Nacional de Saúde, que deu origem à I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição. Com este evento, o Brasil consagrou a alimentação como um direito de cidadania e assim, o direito à alimentação propriamente passou a ser gradativamente introduzido às pautas institucionais, até que, mais tarde, em 1996, foi contemplado pelo Plano Nacional de Direitos Humanos. (BURLANDY, 2009).

A Conferência foi profícua em seus desdobramentos: promoveu a dimensão nutricional em seu conceito; propôs a criação de um Sistema Nacional de SAN, formado por uma estrutura de conselhos e subsistemas que se equiparassem em níveis Federal, estaduais e municipais, para garantir o acesso à quantidade e qualidade dos alimentos; e ainda a criação de um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN), responsável pela elaboração de uma Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que viria a ser instituída em 1999, pelo Ministério da Saúde. (MALUF, 2007; VALENTE, 2002; COSTA, PASQUAL, 2006: 99; BURLANDY, 2009; PESSANHA, 1998).

A Constituição Federal de 1988 restabeleceu a democracia e garantiu o direito à alimentação adequada para todos os habitantes enquanto um direito humano básico. No mesmo ano, a concretização da Segurança Alimentar e Nutricional no país recebeu a contribuição da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), oriundo de ampla base de discussões entre governo e organizações sociais. O SUS foi responsável por introduzir uma reformulação nos modelos existentes até então, de cuidado à saúde e à alimentação no país, com vistas a uma gestão integrada de atuação (BURLANDY, 2009: 852). Seus objetivos versavam “a integralidade das ações de promoção, proteção e recuperação e as inter-relações entre as dimensões biopsicossociais do processo saúde-doença”, conforme afirma Burlandy. (2009: 852).

Na década de 1990, um esgotamento técnico e político das instituições de políticas sociais acometeu o país. No governo do presidente Fernando Collor, a temática da SAN sofreu um retrocesso, diversos programas de alimentação e nutrição foram desestabilizados e extintos. O caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar foi emblemático, em 200 dias letivos do ano de 1992, funcionou em apenas 38 dias, alcançando a marca de pior desempenho da história do país. (MALUF, 2007; VALENTE, 2002; COSTA, PASQUAL, 2006).

O Governo Paralelo¹⁰ foi uma experiência que se consolidou como uma ferramenta de ação política de oposição ao governo Collor e como tentativa de manter unidas as forças políticas que deram apoio à candidatura derrotada de Luis Inácio Lula da Silva. O Partido dos Trabalhadores foi o responsável por sua coordenação, sob a presidência de Lula. Em 1991 sugeriu à Collor uma proposta de “Política Nacional de Segurança Alimentar”, incorporando os debates que haviam sido realizados até então.

A proposição anunciava a introdução “conjunta, interdependente e coordenada” de vários programas setoriais, em consonância com avanços em suas gestões, com vistas à otimização dos recursos. Apesar de o presidente Collor ter reagido com apatia diante da proposta, o impacto que esta proposição atingiu foi maior do que o impacto das propostas anteriores (MALUF, 2007; VALENTE, 2002; COSTA, PASQUAL, 2006).

Em 24 de janeiro de 1992, o Brasil ratifica os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do PIDESC, incorporando os seus princípios à legislação nacional brasileira. Com isto, o Estado¹¹ ganhou o papel fundamental de respeitar, proteger e facilitar a ação de indivíduos e comunidades na busca pelo alimentar-se e, principalmente, na tarefa de viabilizar o acesso à alimentação e nutrição de forma digna aos sujeitos em situação de vulnerabilidade¹². (BRASIL, 2007a).

No mesmo ano, nesse intenso cenário de mobilização social, a luta contra a fome havia sido colocada como prioridade do “Movimento pela Ética na Política”, articulação social responsável por impulsionar o *impeachment* de Collor, e que posteriormente, em 1993, transformou-se na “Ação Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”. Ao ser reapresentada a proposta do Governo Paralelo ao então presidente da situação, Itamar Franco, ela foi aceita e tomada como referência em seu governo, essa atitude foi contundente para a implementação do primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em abril de 1993. (MALUF, 2007; VALENTE, 2002; COSTA, PASQUAL, 2006).

O Consea foi criado como o órgão máximo de consulta e assessoria ao Presidente da República, presidido por este e integrado por outros 9 ministros de Estado e 21 representantes

¹⁰ A experiência do Governo Paralelo passou a chamar Instituto Cidadania, após o *impeachment* do presidente Fernando Collor e atualmente é recebe a denominação de Instituto Lula. Disponível em: <<http://www.institutolula.org/historia>> Acesso em 22 de junho de 2015.

¹¹ O Estado é aqui compreendido de forma sintética como a organização política da sociedade, expressa por meio de um governo, composto por presidente, senadores, deputados, ministros e demais componentes, instituições políticas, sistema jurídico.

¹² A expressão “vulnerabilidade” é utilizada aqui em conformidade com a terminologia apresentada no documento da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, cujo significado: “*trata de fatores biológicos, ocupacionais ou sociais que aumentam os riscos aos agravos nutricionais*”. (BRASIL, Ministério da Saúde, 2007)

da sociedade civil, por meio do Decreto 807, de 24 de abril de 1993. Apesar de sua curta duração e de não ter interrompido a fragmentação e incongruência das políticas públicas, o conselho elevou o tema da segurança nacional à agenda pública, mobilizou a sociedade civil, ampliou os espaços de participação cidadã, conciliando setores de governo e sociedade civil, e desenvolveu outras importantes iniciativas. Dentre essas, a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em julho de 1994, em Brasília, com parceria da Ação Cidadania. (BURLANDY, 2009: 855).

Como um projeto integrador das ações setoriais, a conferência logrou à SAN um status estratégico no governo e, para este, apresentou um projeto de desenvolvimento nacional. Em seu texto a segurança alimentar e nutricional passou a ser compreendida como:

um conjunto de princípios, políticas, medidas e instrumentos que assegurem permanentemente o acesso de todos os habitantes em território brasileiro aos alimentos, a preços adequados, em quantidade e qualidade necessárias para satisfazer as exigências nutricionais para uma vida digna e saudável bem como os demais direitos da cidadania. (CONSEA, 1994).

Apesar de tal avanço em direção à realização da alimentação enquanto princípio básico dos direitos humanos, a dificuldade de estabelecimento de diálogo entre as áreas social e econômica, com objetivos consensuais e integrados, a capacidade de intervenção da SAN na agenda política e econômica foi reduzida. (BURLANDY, 2009).

Com o novo governo, presidido por Fernando Henrique Cardoso, o Consea foi extinto e em seu lugar foi criado o conselho da Comunidade Solidária (CS), que vigorou pelas duas gestões de FHC (1995-1998; 1999-2002). A estrutura da CS era semelhante ao antigo Consea, também composta por uma secretaria executiva e um conselho. Seu caráter e seus objetivos, porém, diferiam, tratava-se de um organismo governamental consultivo. Sua presidência era indicada pelo Presidente da República, e a designação dada por FHC foi alçada pela antropóloga Ruth Cardoso. (MALUF, 2007; VALENTE, 2002; COSTA, PASQUAL, 2006).

A missão do CS era combater a pobreza, promovendo a confluência de programas setoriais direcionados à população mais pobre. A secretaria executiva do CS, na primeira gestão, fomentou a melhoria e o enfoque de programas ministeriais específicos, alavancando a coordenação governamental. O tema da segurança alimentar e nutricional foi pontuado em “rodadas de interlocução” com a população, que deveriam ser direcionadas por um comitê técnico, mas que não chegou a se consolidar institucionalmente. (BURLANDY, 2009, p. 856).

A partir da segunda gestão de FHC, passou a ser prioridade da CS a proposição e o apoio à iniciativas inovadoras de parcerias locais, entre governo e organizações da sociedade

civil, o que dificultou o planejamento territorial integrado. (BURLANDY, 2009; BURLANDY, 2003). Duas marcas que a CS deixou ao tema da SAN foram a de diluição de seu significado à processos de exclusão econômica e social, e também a de insatisfação quanto à articulação que o órgão deveria apresentar com relação aos demais setores do governo presentes no conselho, sobretudo aqueles vinculados à área da saúde.

A secretaria executiva sofreu uma pressão constante da sociedade civil, por meio do Fórum Nacional da Ação da Cidadania, originado de um encontro realizado em 1998, reunindo cerca de cem entidades distribuídas por todo o país, com papel de mobilização estadual e municipal. Valente (2002) acrescenta e contextualiza ainda que este fórum realizou suas intervenções em consonância ao Fórum Nacional da Ação da Cidadania, e posteriormente, em novembro de 1998, serviu como alicerce para a fundação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN). (MALUF, 2007; VALENTE, 2002; COSTA, PASQUAL, 2006).

Um avanço que pode ser contabilizado para a área da segurança alimentar e nutricional no período foi a base de preparação nacional para a Cúpula Mundial de Alimentação, realizada em Roma, em 1996. O governo Federal constituiu uma comissão tripartite paritária, igualmente formada por governo, sociedade civil organizada e setor empresarial, para a elaboração do Relatório Nacional Brasileiro a ser enviado para a Cúpula.

O Relatório do Brasil para a Cúpula Mundial de Alimentação em 1994 assevera, em um de seus trechos, que “o acesso à alimentação é um direito humano em si mesmo, na medida em que a alimentação constitui-se no próprio direito à vida... negar este direito é, antes de mais nada, negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida.” (Brasil, 1996). O relator deste processo foi o representante da sociedade civil Renato Maluf, professor do CPDA/URRJ. Essa construção foi acompanhada de ampla mobilização popular, projetando que o Brasil contribuísse proficuamente com o encontro. (VALENTE, 2002; COSTA, PASQUAL, 2006).

Os governantes de mais de uma centena de países reunidos em Roma por ocasião do encontro, firmaram o compromisso com a redução do número de famintos pela metade até 2015. (BELIK, 2003). Além disso, por meio do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, fizeram a emissão do Comentário Geral 12, sobre o Direito à Alimentação Adequada. Esse documento versa sobre a demanda e a obrigatoriedade que todos os Estados nacionais passaram a ter de respeitar, proteger e efetivar tal direito (DHAA), incumbindo-os da obrigação de provê-lo sempre que um indivíduo ou grupo estiver incapaz de usufruí-lo. (VALENTE, 2002).

De forma crescente, o Brasil vem dando importância especial à garantia do direito humano universal à alimentação adequada. Em 1999 foi aprovada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que apresenta como uma de suas prerrogativas diretivas a intersetorialidade. Sob gerência do Ministério da Saúde, a PNAN demonstrou empenho em problematizar as questões de escassez alimentar e da pobreza, focando principalmente a tônica da desnutrição, mas houve também a preocupação em revelar o quadro de excessos, devido aos elevados índices de sobrepeso e obesidade¹³.

De forma concisa, as investigações epidemiológicas definem a obesidade como o acúmulo excessivo de gordura no organismo, causada por um consumo exagerado de calorias na alimentação. A obesidade guarda relação com fatores genéticos, ambientais, e um estilo de vida inadequado, que pode estar associado com a falta de atividade física. Trata-se de um problema crescente que atinge crianças, jovens e adultos a nível mundial, e recai gravemente sobre a saúde pública pelo fato de vincular-se a outras desordens prejudiciais à saúde, tais como doenças metabólicas, por exemplo a intolerância à glicose, endócrinas, complicações cardiovasculares, pulmonares, gastrointestinais, psiquiátricas e hematológicas. (FREITAS, 2014).

Por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) realizada em 2008-2009 (POF 2008-2009) junto a mais de 188 mil pessoas de todas as idades, apontou que a partir dos 5 anos de idade, o excesso de peso e a obesidade são encontrados com grande frequência em todos os grupos de renda e em todas as regiões do país. (IBGE, 2010).

Até o final da década de 1980, a frequência do excesso de peso vinha aumentando modestamente entre crianças de 5 a 9 anos de idade, mas nos últimos 20 anos, esta proporção triplicou, atingindo cerca de um quinto a um terço dos jovens. Nos adultos, desde a década de 1970, o excesso de peso também vinha aumentando paulatinamente, até alcançar hoje, com os dados da POF 2008-2009, cerca de metade dos brasileiros. Uma comparação com a POF anterior, realizada entre 2002-2003, aponta que em seis anos esta frequência subiu em mais de um por cento ao ano. Tal proporção aponta que em dez anos, o excesso de peso poderia alcançar dois terços dos adultos brasileiros, resultado equivalente ao encontrado junto à população norte-americana. (IBGE, 2010).

Dados subsidiados pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), vinculados ao Ministério da Saúde, em 2004, e explorados por Silva (2011), apontam que

¹³ Mais detalhes podem ser obtidos em FERREIRA (2014).

entre titulares de direitos no Programa Bolsa Família, - uma das mais relevantes políticas de proteção social e de transferência de renda (BRASIL, 2004b; BRASIL, 2004c) - há mais obesos do que subnutridos.

Desta forma, a luta pela SAN é uma busca complexa, aborda o desenho de uma política que visa combater o antigo e ainda atual problema da fome, como um dos vieses, no que diz respeito às dificuldades de acesso aos alimentos e às carências nutricionais específicas, e também contempla a problemática do sobrepeso e da obesidade, problemas de ordem inversa, decorrentes da má qualidade da alimentação.

Os anos 2000 chegam com números de 57 milhões de brasileiros em situação de *insegurança alimentar*, definição atribuída à sujeitos que não tem assegurado o seu *Direito Humano à Alimentação Adequada* (DHAA). (VALENTE, 2002: 52). Essa insegurança pode se manifestar de diferentes formas e em vários momentos, conforme observado ao longo de mais de quinhentos anos de história brasileira, sob diversas carências específicas e nutricionais.

Em 2000, surgiu a iniciativa do Programa *Fome Zero* (PFZ), um documento de 118 páginas, proposto pelo Instituto Cidadania. Esta instituição era composta por uma equipe de pesquisadores de políticas sociais, especialistas e colaboradores, sob coordenação do professor e engenheiro agrônomo José Graziano da Silva e que contava, no corpo de conselheiros, com a figura do ex-presidente Luíz Inácio Lula da Silva.

Maria Carmelita Yazbek (2003) discorre que, apoiando-se na compreensão da alimentação como direito humano básico e que deve ser assegurado pelo Estado, o Programa Fome Zero recebeu vultosos investimentos estatais, com o propósito de formular uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional para a população brasileira com saídas contundentes ao problema da fome. O documento do programa aborda o tema da fome como um direito humano básico a ser assegurado pelo Estado, fruto de mobilização social histórica, também discute o problema com apresentação de dados estatísticos e pesquisas sobre sua amplitude, avalia os programas existentes até então, define o público que será garantido e por fim, fornece propostas para uma política de SAN. (PROJETO Fome Zero, 2002; YAZBEK, 2003).

Durante a disputa eleitoral presidencial de 2002, Lula assumiu o programa Fome Zero como mote de campanha política e, depois de eleito, em seu discurso de posse, selou o comprometimento com a problemática proferindo as seguintes palavras: “... *se ao final do meu mandato todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar terei cumprido a missão da minha vida*”. (LAMEIRAS, 2006: 124).

Com o governo de Lula, o CONSEA foi reestabelecido com legitimidade política

enquanto um órgão de assessoramento ao Presidente da República, composto por 1/3 de setores governamentais e 2/3 pela sociedade civil (BRASIL, 2003; BRASIL, 2004a). A SAN ganhou prioridade do governo e as proposições do conselho foram efetivadas. Entre os êxitos atribuídos a este Consea, está a articulação negociada entre Ministérios e organizações sociais, e ainda modificações no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com aumento dos recursos per capita repassado aos municípios e ampliação dos estudantes atendidos pelo programa - houve também a inclusão, em 2010, da alimentação como um direito social afirmado pelo Artigo 6º da Constituição Federal. (BURLANDY, 2009).

Como desafios enfrentados nesta gestão do conselho, menciona-se a baixa interferência na alocação de recursos, sobretudo no que tange ao plano plurianual e orçamentário de 2004, além das limitações em promover a intersetorialidade devido à fraca mobilização dos altos escalões dos ministérios na participação da política e ainda a dificuldade de consolidar um sistema de monitoramento integrado das ações que mensurassem sua efetividade. (BURLANDY, 2009: 856).

A definição para Segurança Alimentar e Nutricional foi aprovada desde a realização da II Conferência Nacional de SAN, em Olinda, em 2004. Na estipulação da Lei Nacional n.11.346, de 15 de setembro de 2006, denominada “Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional” (LOSAN), ela é compreendida sob a seguinte formatação:

[...] na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006a).

O debate sobre o DHAA encontrou cenário garantido no país com a aprovação desta lei, a responsável por sistematizar nacionalmente a Segurança Alimentar e Nutricional ao patamar de uma política pública, por meio do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Tal sistema possui como componentes obrigatórios: a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a realização das Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional. O sistema possui essa denominação porque deve estar presente em todos os níveis de governo, reproduzindo sua estrutura organizacional também nas esferas estadual e municipal. O SISAN enquanto uma política supra-setorial, apenas se efetiva com a integração entre os setores, e é isto que embasa os objetivos de criação da CAISAN voltada à aproximação entre produção, abastecimento, comercialização e consumo de alimentos,

ponderando por suas inter-relações.

A CAISAN foi instituída sob a coordenação da Casa Civil, porém vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (BRASIL, 2007b), formada por ministros de Estado e secretarias federais, a fim de potencializar a participação desses primeiros escalões de governo e comprometê-los com a composição de uma agenda própria de negociação. Vislumbra-se que sua vinculação ao MDS foi menos contundente para a promoção da intersetorialidade do que se fosse vinculada diretamente à Casa Civil tal como o Consea. (BURLANDY, 2009: 856).

Em 2007, realiza-se também a III Conferência Nacional de SAN em Fortaleza, que reconhece os avanços da consolidação da política de SAN no projeto de desenvolvimento para o país e reitera o seu avanço em direção à intersetorialidade com a integração de ações. Esta conferência também dá destaque a alguns programas já existentes, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que constitui concomitantemente uma política agrícola e de acesso à alimentação adequada e saudável; e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que qualifica a alimentação escolar e fomenta a produção e comercialização da agricultura familiar. Tais programas ganham ênfase durante o evento por serem iniciativas com potencial crescente de atender à prerrogativa da SAN de forma satisfatória.

O CONSEA trouxe à luz a diversidade de posições e conflitos internos ao próprio governo no que tange à certos temas, como a produção e comercialização de alimentos transgênicos e as distintas demandas da agricultura familiar e do agronegócio, inclusive representadas pela existência de dois ministérios distintos, o de Desenvolvimento Agrário e o da Agricultura. (BURLANDY, 2009: 856).

O fato de a SAN apresentar-se como um alvo de políticas públicas faz com que ela seja passível de variadas interpretações e modos de executá-la. Esta circunstância transforma-a em um campo suscetível à conflitos internos quanto ao seu uso, pois há elementos em disputa quando sua prerrogativa é acionada, afim de que ela justifique projetos e legitime determinadas pretensões por parte do Estado. Daí o fato de os espaços de debate entre poder público e sociedade civil serem democraticamente valorizados para a condução das ações de SAN. (MALUF, 2007).

A visibilidade que o conselho dá à diversidade de posições complexifica o processo de decisão, interfere na fixação de grandes pactos nacionais, trazendo à tona discussões sobre os possíveis ganhos e perdas de cada uma das partes interessadas nos acordos. Ou seja, o conselho aumenta a capacidade de vocalização das demandas setoriais e pode auxiliar a adesão e o debate entre elas. (BURLANDY, 2009).

A fome não tem diminuído ao redor do globo e suas causas não estão associadas ao aumento da população, nem à escassez de alimentos. No Brasil, a expansão da capacidade produtiva não obteve como resultados uma diminuição no preço dos alimentos ou uma maior capacidade de aquisição desses alimentos pelas frações mais pobres da população. As explicações centrais para o problema assentam-se na pobreza e no desemprego, o que faz com que a fome não se concentre apenas na região Nordeste, mas esteja alastrada por todas as demais regiões do país como um problema estrutural, cujas forças econômicas por si só vêm demonstrando sua ineficácia para dar conta da resolução. (YAZBEK, 2003: 44; PROJETO Fome Zero, 2002).

O baixo nível de renda da população vem sendo afirmado sobremaneira neste início do século XXI como o principal motivo da dificuldade de acesso aos alimentos. Porém, a ele somam-se outras importantes causas na explicação do problema, tais como: as barreiras na intermediação de alimentos, entre a distribuição e a comercialização; as estatísticas de desemprego e subemprego que acarretam no baixo poder aquisitivo da população; na carência de recursos e insumos da agricultura; os salários insuficientes dos trabalhadores; os índices de crescimento econômico que ficam aquém dos desejados. (PROJETO Fome Zero, 2002; YAZBEK, 2003: 45).

Estas causas se combinam e se reproduzem concomitantes ao plano econômico corrente, ocasionando a forte problemática alimentar. Para a proposição de seu equacionamento, considerando tanto o quadro de carências quanto o quadro de excessos, a SAN demanda a conjugação de múltiplas ações. Dentre elas a mais radical e desafiadora perpassa a necessidade de alteração do projeto econômico para o respectivo desafio de combinar crescimento e desenvolvimento do país. Esta alteração deve ser empreendida com ações destinadas a alcançar a geração de renda, ampliação da demanda por alimentos, barateamento do preço dos mesmos, atendimento às populações exclusas do mercado com programas emergenciais, etc. (YAZBEK, 2003; MALUF, 2007).

Políticas emergenciais na segurança alimentar e nutricional, que sejam concomitantemente educativas, organizativas e emancipatórias, são imprescindíveis, devem versar sobre a educação alimentar, a conscientização e defesa de direitos, acompanhadas da criação de condições de autonomia para os indivíduos, ponderando inclusive pela criação de conselhos e a participação dos titulares de direitos. Por tais características, a prerrogativa da SAN se converte em proposições basilares para os projetos de desenvolvimento de um país. (YAZBEK, 2003).

As políticas implementadas hoje são frequentemente classificadas em três categorias:

políticas estruturais, políticas específicas e políticas locais. (BELIK, 2003; YAZBEK, 2003). As primeiras, assim se agrupam por agir nos alicerces econômicos, sociais e culturais da população. As segundas, qualificam-se por versar imediatamente sobre a problemática alimentar. Já as últimas, políticas locais, são:

aquelas que estão ao alcance das organizações civis, prefeituras e consórcios de municípios. [...] Essas ações podem ser facilitadas pelos poderes público e civil local, através de cessão em comodato de áreas, crédito e abertura de sistemas de comercialização. (BELIK, 2003, p. 19).

Esta última categoria é enfatizada por abarcar os dois programas investigados neste trabalho. Belik (2003) e Yasbek (2003) descrevem que sua dimensão engloba também as responsabilidades estadual e municipal, públicas e também civil, por meio de organizações e consórcios. Belik exemplifica com os programas de Restaurante Popular e os programas de Agricultura urbana, realizada "nas áreas urbanas não aproveitadas e terrenos baldios, para a plantação de hortaliças por parte de associações ou cooperativas de desempregados" (BELIK, 2003, p. 19), que em Maringá se realiza sob a denominação de Horta Comunitária.

O desafio que permanece diz respeito a elaboração de mecanismos de monitoramento de gestão integrada, que deem conta de avaliar a articulação entre o orçamento, no que diz respeito ao emprego e utilização dos recursos, e a gestão, de acordo com as decisões políticas tomadas pelo governo (BURLANDY, 2009; FAO, 2014), e ainda à capacidade de diálogo entre os diferentes níveis de governo nos estados e municípios.

Para Burlandy (2009):

A análise de estratégias de promoção da intersetorialidade implementadas pelo governo federal indica que fatores como o locus institucional, o peso político dos espaços de coordenação e o grau de inserção do próprio tema na agenda governamental favorecem este processo. Num sistema presidencialista, ou os objetivos integradores são incorporados pela presidência e os primeiros escalões de governo, como prioridade política e não apenas técnico-administrativa (de melhor gerenciamento de programas), ou dificilmente se realizam. (BURLANDY, 2009: 857).

Esta lógica é a mesma para refletir a dinâmica municipal. Em âmbito local, para o sucesso e o êxito das ações serem alcançados, é necessário que os objetivos integradores sejam assumidos pelo gestor municipal e seus secretários como carro-chefe de governo e projeto de desenvolvimento local, caso contrário, suas ações permanecem soltas, incompletas e muito aquém de promover os resultados esperados pela segurança alimentar e nutricional. A mobilização da sociedade civil ajuda a dinamizar este processo.

2.2. A gestão do Estado e o fomento à intersectorialidade

O autor Renato Peixoto Dagnino (2012) afirma que as condições atuais da gestão pública brasileira se enquadram em um modelo de “Estado Herdado”, um modelo que não é capaz de incluir as demandas sociais o que resultaria em uma sociedade mais justa, economicamente mais igualitária e com desenvolvimento sustentável. Segundo o autor, os gestores ainda possuem o desafio de realizar a transição para um modelo de gestão chamado “Estado Necessário”. Neste, as demandas sociais seriam incorporadas às pautas públicas e as decisões do governo teriam de ser tomadas tendo em vista as necessidades sociais.

Dagnino (2012) aciona teóricos sobretudo latino-americanos, que apresentam novos modelos de gestão e falam de um panorama que é mais próximo ao vivenciado no Brasil, do que em relação a conhecimentos teóricos formulados nos países anglo-saxões. Entre os autores destacados estão as ideias de Luis Aguilar Villanueva (1996), Guillermo O’Donnell (2004 e 2008), Jorge Mora-Alfaro (2009), Mabel Thwaites (2008), Quim Brugué (2004), dentre outros.

Ao discorrer sobre os conhecimentos instituídos no campo da gestão pública, Renato Peixoto Dagnino (2012) afirma que em um passado relativamente recente, os gestores públicos embasavam suas decisões em praticamente apenas duas matrizes disciplinares: a Ciência Política e a Administração Pública. Durante muito tempo estas disciplinas foram as únicas responsáveis por fornecer os subsídios teóricos do denominado “Estado Herdado”, quadro que perdurou até recentemente inclusive, mantendo-as com o monopólio do saber cognitivo para a reflexão e entendimento de problemas de governo.

A Ciência Política foi a responsável por refletir a interface das relações entre Estado e Sociedade. Seus principais teóricos tratavam as decisões de governo como sendo tomadas sob a interferência de elementos externos a ele, e não na condição de formulação de políticas públicas por ele responsabilizadas. Já a Administração Pública possuía como foco a separação entre a esfera política e a técnica, sendo a primeira o ponto cego da segunda. Apresentava como objetivo somente executar da maneira mais exitosa possível as decisões do governo. Isso implicava que apenas o executar era importante, ou seja, aquilo que foi decidido, o “o que”, o “porquê” e o “como foi decidido” não ganhavam a pauta dos gestores. (DAGNINO, 2012)

Devido ao avanço histórico pelo qual passou a sociedade, mudanças políticas, econômicas, sociais inerentes, houve uma crescente complexificação da vida social e seus

desdobramentos. Novas perspectivas precisaram ser incorporadas, pois à medida que as questões de Estado se dificultavam, os problemas acompanhavam essas mudanças. Novas ferramentas, conceitos e teorias políticas e econômicas precisaram ser incorporados para explicar as ações do Estado, as relações com a sociedade, as decisões tomadas, e também para qualificar a formação dos gestores que atuavam no estabelecimento de políticas públicas. Fica para trás a antiga perspectiva purista e simplista que reduzia as situações à polarização entre causas ou consequências e ganha destaque a demanda por estudos mais aprofundados acerca das necessidades sociais, das carências e anseios da população. (DAGNINO, 2012).

Atualmente, a Ciência Política e a Administração Pública permanecem sólidas no panorama científico e também nos modelos de gestão, continuando a fornecer elementos para refletir a interação entre Estado e Sociedade. Porém, as características e as limitações dessas disciplinas, trouxeram a necessidade de acrescentar novas matrizes disciplinares, como exemplifica Dagnino (2012) com o Planejamento Estratégico Governamental (PEG), a Análise de políticas e o Planejamento Estratégico Situacional (PES).¹⁴

O desafio que Dagnino (2012) apresenta consiste em refletir maneiras possíveis de sonhar com a transição do “Estado Herdado” para o “Estado Necessário”, onde a gestão funcione em consonância com os anseios e as demandas populares. O autor aposta no investimento de uma formação profissional e ética do gestor comprometida as demandas populacionais.

Os atores envolvidos no planejamento das políticas possuem suas subjetividades, particularidades e mesmo condicionantes, que não são neutralizados de suas atuações. As decisões tomadas ocorrem a partir de interesses e convicções particulares, sem que exista uma verdade única, uma certeza universal, geral, comum a todos. Neste processo, há fatores que também não são fixos, inertes, mas podem se flexibilizar e mudar de situação para situação, sem que os atores tenham total domínio sobre eles.

Tais fatores podem ser de ordem orçamentária, financeira, patrimonial de poder, de conhecimento e principalmente de capacidade de organização e de gestão pública. (DAGNINO, 2012). Na medida em que o gestor se apropria de sua responsabilidade pela transformação da realidade social, pode direcionar todas as suas etapas para formulação de um Plano de Ação, comprometidas e coerentes com o projeto ideal de desenvolvimento da nação.

A discussão proporcionada por Dagnino (2012) permite a análise do Estado como se

¹⁴ Para mais detalhes sobre cada uma dessas matrizes disciplinares, ver Dagnino (2012).

estivesse preso a uma transição, prezando ainda excessivamente pela emissão de variáveis apenas quantitativas, reduzidas a valores numéricos, típicas da natureza econômica. O que perde a especificidade das situações, as subjetividades e os demais elementos envolvidos que devem ser considerados na situação social.

O Brasil possui suas particularidades enquanto nação: a sociedade vive em um sistema ainda em ascensão, em expansão, em crescimento, que precisa descobrir suas próprias técnicas de expansão da democracia e ao mesmo tempo de êxito do Estado e gestões governamentais. No passado, para Dagnino (2012) o panorama foi pior. Com isso restariam dois caminhos, ou o pessimismo, ao constatar que a sociedade ainda hoje apresenta problemas estruturais graves, ou o otimismo, a via que os novos campos disciplinares parecem potencializar em termos de ação e também de reflexão sobre o Estado.

Constata-se o papel fundamental dos gestores na condução das políticas públicas e a necessidade de que tomem para si esta tarefa e compromisso com a transformação da sociedade, a fim de propor medidas resolutivas eficientes por meio de políticas de cunho social. Não se trata apenas de quantificar as ações em indicadores estatísticos artificiais pelas prestações de contas das gestões, mas que sejam acompanhadas também de melhorias significativas, apontadas a partir das percepções dos próprios usuários, acompanhadas com monitoramento e avaliação qualitativos que mensuram o impacto dessas ações¹⁵.

Burlandy (2009) discorre sobre a intersetorialidade e vai ao encontro do que considera Dagnino (2012), e afirma:

O planejamento integrado possibilita a identificação de intervenções-chave de alto impacto sobre um problema ou que tenham efeito simultâneo em diferentes dimensões determinantes (...) Neste contexto complexo, novas estratégias de planejamento e gestão são fundamentais. A orquestração desta dinâmica pelo Estado (que atua como um “intermediário multilateral”) impõe que as tradicionais estruturas decisórias tornem-se mais descentralizadas e flexíveis e que os sistemas de informação possibilitem que os atores tenham uma compreensão compartilhada dos problemas. (BURLANDY, 2009, p. 823).

Até a década de 80, os campos econômico, legislativo, científico, educacional e mesmo político desenvolveram formas de pensar muito específicas, “racionalidades e dinâmicas próprias, relativamente fechadas e auto-referenciadas em subsistemas funcionais”. (BURLANDY, 2009, p. 852). Esta estrutura aprofundou a fragmentação da política em setores, a chamada “setorialização” e contribuiu para a independência de cada subsistema, gerando maior autonomia entre eles e fragmentando a vida social. Isso entrou o papel

¹⁵ Um exemplo interessante está em Rego e Pinzani (2013).

tradicionalmente delegado ao Estado como um centro coordenador. (BURLANDY, 2009).

Além da diferenciação interna do aparato estatal, a setorialização também culminou na multiplicação do número de atores envolvidos, com a necessidade de suas cooperações no processo político. Aprofundou a exigência de intervenção do Estado com as demandas por delegação de funções, corresponsabilização, coordenação de múltiplas tarefas e o compartilhamento de recursos. (BURLANDY, 2009).

A autora sintetiza que o sistema de proteção social brasileiro seguiu à tal perspectiva, até meados da década de 90, estruturava-se fragmentado institucionalmente e com objetivos setorializados, em detrimento de estratégias que pudessem remodelar a distribuição horizontal e vertical de poder, entre os setores e entre os diferentes escalões de governo. Em decorrência disto, a designação de recursos se caracterizou por sua baixa eficácia, superpôs ações e suas clientelas e, principalmente, restringiu o potencial de acordos nacionais de largo alcance para a resolução de fenômenos complexos, como a segurança alimentar e nutricional.

Subsequentemente, no Brasil e em outros países, a organização centralizada de poder e de tomada de decisões cedeu espaço progressivamente a estruturas de gestão híbridas, que combinavam distintos segmentos do governo e da sociedade, com as chamadas “redes de articulação de políticas”. (BURLANDY, 2009, p. 852).

Desde então, propondo-se a vencer o antigo quadro, o país vem fomentando perspectivas interdisciplinares e efetivando proposições embasadas na intersetorialidade. Esta outra forma de organização, voltada sobre um determinado problema, ou um programa político, articula variados centros decisórios, de forma não hierárquica, proporcionando uma inter-relação entre os atores. A interdependência dos setores é o princípio em voga para o êxito desta estratégia. (BURLANDY, 2009)

As políticas públicas de natureza integrada versam por objetivos que são estratégicos para os projetos de desenvolvimento do país, e é por este motivo, que elas não podem estar restritas aos espaços setoriais de decisão. Por isso, a perspectiva buscada é a de intersetorialidade, de forma a ordenar essa corrida em prol do desenvolvimento. (BURLANDY, 2009).

A definição de intersetorialidade pode ser concebida como “A articulação de saberes e experiências no planejamento, a realização e a avaliação de ações com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando a um sinérgico no desenvolvimento social”. (INOJOSA; JUNQUEIRA; KOMATSU, 1997, p. 24).

A intersetorialidade constitui uma abordagem para a coordenação de políticas públicas que apresenta fortes potencialidades, mas também desafios em sua implementação.

Considerando que os problemas não se restringem ao alcance de uma única área, entre os vultosos desafios estão: a promoção do equilíbrio entre a diferenciação e a integração de cada um dos setores, rompendo com o processo em curso até então de autonomia de subsistemas próprios e robustos; a resolução dos impasses sobre a alocação dos recursos públicos, envolvendo acordos e consensos em distintas esferas; a coordenação das ações, com a formação de novas solidariedades políticas e compromissos; a adesão dos atores envolvidos para além de seus ganhos específicos. (BURLANDY, 2009).

A conclusão a qual Burlandy (2009) chega, é a de que mesmo que a institucionalidade formal em âmbito nacional não seja satisfatória para engendrar a intersetorialidade, ela pode apresentar a sua importância para impulsioná-la, ao mesmo tempo em que são descobertas as suas potencialidades e os seus desafios.

O estímulo e o reforço à SAN promovido pela Lei Orgânica Nacional de SAN, com a política e o Sistema de SAN, vêm favorecendo a promoção da intersetorialidade. Apesar de este princípio já estar embutido nas primeiras ações políticas, precursoras de alimentação e nutrição, dificilmente ele foi alcançado enquanto as estratégias utilizadas eram setorializadas. A SAN foi a responsável por fortalecer a abordagem supra-setorial desta institucionalidade. (BURLANDY, 2009).

No âmbito dos conselhos, a intersetorialidade é favorecida com a combinação de diversos aportes e ferramentas institucionais, tais como a legislação, a implantação de grupos de gestão interministeriais ligados aos programas, impulsionando um diálogo entre a esfera técnica e a política, a câmara interministerial que conecta os altos escalões de governo. Tais mecanismos auxiliam na superação de desafios históricos e ainda latentes, como a cisão entre a área econômica e a área social. (BURLANDY, 2009).

Interessa à Luciene Burlandy discorrer sobre os mecanismos implementados pelo governo Federal a fim de fomentar a articulação entre os diferentes setores, aspecto interessante e pertinente a integrar também o corpus desta dissertação de mestrado, tendo em vista que a política de SAN é construída por atores governamentais presente nas três instâncias de governo, Federal, estadual e municipal.

2.3. Pobreza, Cidadania e Exclusão – explorando o uso de indicadores sociais

Indicadores socioeconômicos são ferramentas de medição utilizadas para indicar, informar, estimar, demarcar, comparar, prever, em termos manejáveis, aspectos da realidade

social, determinados por recortes teóricos ou políticos traçados previamente. Eles servem para operacionalizar conceitos abstratos ou demandas de interesse programático da realidade social, tais como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Renda per capita, Coeficiente de Gini, Proporção de pobres, Taxa de analfabetismo, e tantos outros. Paulo de Martino Jannuzzi (2012) exemplifica que os indicadores atuam como se tirassem uma fotografia da realidade, captam uma imagem e, de forma simples, representam ou um aspecto de interesse, ou as condições de vida da população. Entre suas utilidades, Januzzi (2012) descreve:

Eles se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. (Jannuzzi, 2012, p. 20).

A situação de pobreza vem sendo definida pela gestão pública por meio de indicadores de insuficiência de renda, tais como o *PIB per capita*, *Índice de Gini* e o *percentual da renda média/mediana dos habitantes de um país e/ou região*, por exemplo. Esses instrumentos servem para a reflexão sobre economias amplamente baseadas em trocas monetárias, conforme afirma Maria Paula Gomes dos Santos (2012), pois o atendimento às diversas necessidades é obtido por meio do dinheiro.

Há, no entanto, a existência de outros contextos socioeconômicos, onde as trocas ou a obtenção do bem-estar não se dão apenas por intermédio do dinheiro. Por esse motivo, indicadores vinculados à renda não servem como variáveis para mensurar o nível de insegurança alimentar de uma população. Ainda assim tais indicadores vem sendo amplamente utilizados em programas de combate à fome e à miséria, pretendendo-se racionais e universais.

Eles vêm sendo utilizados também para a construção do critério de *pobreza absoluta*, um indicador socioeconômico construído para informar a situação na qual a renda dos indivíduos ou famílias está abaixo do valor considerado mínimo para a satisfação de necessidades essenciais, tais como alimentação, habitação, etc. Seu índice é estimado a partir do custo monetário da obtenção de bens e serviços, demarcando, portanto, quem são os pobres e os indigentes em um sociedade, na medida em que delinea uma *linha de pobreza* entre aqueles capazes de assegurar a satisfação de suas necessidades básicas e aqueles que não o conseguem - estes, os pobres. Já aqueles que não alcançam sequer a renda mínima suficiente para adquirir alimentos necessários à síntese alimentar, são denominados indigentes. Porém a obtenção dessa *linha de pobreza* por meio dessas ferramentas se

apresenta como uma tarefa complexa e permeada de critérios relativos na tentativa de convencionar quais são as necessidades básicas não alimentares e quais as suas medidas.

No ímpeto de equacionar tal imprecisão, outros pesquisadores e teóricos valem-se do conceito de *pobreza relativa*, para medir o padrão de vida de cada sociedade. Desta forma, para a construção das linhas de pobreza relativas, os indicadores levados em conta são a renda média ou mediana de toda uma população, apontando como se distribuem os recursos econômicos e sociais entre os diversos grupos do conjunto em foco. A utilidade do conceito será apontar o quanto certos grupos sociais estão distantes do padrão de vida médio de uma sociedade específica. Significa que ele pode ser acionado também na identificação e análise dos bolsões de pobreza em contextos socioeconômicos já mais desenvolvidos.

A limitação deste critério é que a renda não contabiliza outras necessidades de bem-estar para além da renda, que podem ser obtidas com investimentos públicos, por exemplo. Por isso a abordagem chamada de "necessidades básicas" se sobrepôs à renda. Nela, a pobreza é trabalhada como uma situação de privação, por falta de acesso à serviços essenciais e até direitos.

Buscando mensurar a multiplicidade dos fatores determinantes, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD - desenvolveu o *Índice de Desenvolvimento Humano - IDH*, composto por indicadores de renda, taxa de alfabetização e expectativa de vida. Esta combinação vem sendo largamente utilizada para classificar a população segundo seu nível de bem-estar. Mas assim como todos os indicadores que visam tirar um "retrato" da realidade socioeconômica, o IDH também apresenta seus limites, mesmo assim vem recebendo atenção dos pesquisadores para fazê-lo dialogar com as múltiplas dimensões e contextos da pobreza.

Santos (2012) aborda que o uso do conceito de *desigualdades sociais* vem sendo fortemente atrelado ao uso do conceito de *pobreza* todavia, o significado desta está relacionado com mudanças no enfoque de seu próprio entendimento, por reconhecer que a persistência de certos grupos nesta situação é o resultado de grandes desigualdades de renda e de acesso a serviços em uma sociedade específica. O caso brasileiro ajuda a compreender pois não se trata de um país pobre mas sim, extremamente desigual. Mesmo com uma evolução do PIB e melhoria das condições de vida de alguns setores, o contingente de pobres permanece e não apresenta perspectivas de mobilidade social ascendente.

Exercitando a compreensão da problemática dentro do processo histórico brasileiro, é possível analisar que o quadro de nosso país resulta de um processo de industrialização e modernização social desde 1930 que não contemplou parcelas da população, acentuando uma

sociedade segmentada, composta de indivíduos detentores de direitos sociais - os cidadãos - por um lado, e pessoas despossuídas de benefícios e serviços - os excluídos - por outro. Neste mesmo quadro, as conquistas sociais obtidas foram consagradas aos trabalhadores urbanos e formais, implicando em acesso desigual à renda e aos serviços sociais ofertados pelo Estado ao restante da população.

Exclusão e Cidadania são os outros dois conceitos recorrentemente mencionados quando se trata de políticas sociais, e conforme explana Santos (2012), também classificam ao indivíduo, ou grupo de indivíduos, em uma dada população. O primeiro conceito deles, em sua semântica original, não constitui necessariamente uma problemática, por tratar do não pertencimento a determinado grupo ou condição. Estudos da Antropologia social se valem desta abordagem para tratar do processo de construções identitárias. (ZALUAR, 1997). Valendo-se do substantivo “exclusão” no panorama da dinâmica social no mundo capitalista contemporâneo, no entanto, a referência é sobre as barreiras impostas a alguns indivíduos no acesso a benefícios garantidos pelo Estado, ou mesmo adquiridos pelo indivíduo através do mercado. Os indivíduos excluídos não integram a comunidade Estado-Sociedade-Mercado.

As crises econômicas pelas quais o país passou vieram aprofundar e agravar este fenômeno da exclusão original do processo de industrialização. Apesar de os direitos sociais terem sido estendidos ao conjunto da população desde os anos 1970 e especialmente com a Constituição de 1988, poucos são os que usufruem deles.

Retomando, porém o processo de formação da sociedade nacional brasileira, respaldado por pesquisas sociológicas e antropológicas, vemos que o fenômeno da exclusão, em Santos (2012) mencionado como decorrente do processo de desenvolvimento desigual resultante da industrialização, é, na realidade, mais antigo e mais complexo. Envolve os processos de expansão marítima da Europa e o tipo de colonização adotada no Brasil, os modelos de exploração econômica adotados pelo coroa portuguesa nesse período, a formação do povo brasileiro como uma sociedade miscigenada, oriunda das contribuições étnico-raciais de brancos, índios e negros, e os efeitos determinantes que a desigualdade racial, o racismo e o preconceito implicam para o fenômeno de exclusão. Não é à toa que entre esses poucos que usufruem dos direitos sociais consolidados com a Constituição de 1988, haja predominância de brancos.

Já o conceito de *cidadania*, tornou-se consagrado pelo sociólogo Thomas Humphrey Marshall (1967a, 1967b), sendo utilizado para designar o indivíduo que goza dos direitos consignados pelo Estado, a possibilidade de acesso a uma renda adequada para gozar de um padrão de vida comum aos seus concidadãos. Ele implica também um pertencimento e

lealdade a uma civilização, partindo dos deveres de cada indivíduo para com o Estado e dos direitos que o Estado, por sua vez, lhe garante: direitos civis, direitos políticos, direitos sociais.

De acordo com Marshall (1967a) haveria uma sucessão histórica na conquista desses direitos. Já outros analistas apontam que essa sucessão só teria acontecido na Inglaterra, pois mesmo no caso brasileiro, direitos sociais começaram a existir em plena ditadura Vargas, na ausência de direitos políticos. A concepção marshalliana porém, ajuda a entender como a concessão desses direitos acabou contribuindo para a emergência de uma *sociedade partida*, pois eles foram atribuídos de forma *discriminatória* e também *excludente*, afirma Santos (2012, p. 23), não dando abertura para que os segmentos excluídos pudessem reivindicar sua parcela.

Há um desafio na definição do público de políticas sociais e de combate à fome. Os indicadores são criados na tentativa não apenas mensurar a realidade social como também equacionar as demandas populacionais. Porém sua proposta, conforme supracitado, apresenta limitações. A situação de insegurança alimentar é um exemplo desse desafio.

2.4. A antropologia no panorama das políticas públicas – uma breve reflexão

No panorama das políticas públicas, a antropologia se encaixa ao encontro do que preconiza Paulo Castro Seixas (2001, p.1) ao defender uma “teoria dos modelos antropológicos orientada para a resolução dos problemas práticos de ordem social, econômica, médica e tecnológica contemporâneos”. Por eminência, a antropologia responde justamente como uma área central na resolução de demandas tão prementes, por exemplo, no desafio de refletir o problema da fome e da garantia do DHAA. A questão central conclamada é o papel social e político do antropólogo, um papel pré-determinado decorrente da tradição dessa área disciplinar, na importância do conhecimento em função da sua utilidade, como um instrumento de ação social.

É preciso responsabilizar o antropólogo acerca da abrangência que sua atuação pode adquirir para se debruçar e responder à grandes desafios contemporâneos, sobretudo no que tange ao “planejamento de políticas públicas, quer no agendamento de prioridades, quer mesmo na coordenação da execução e avaliação das mesmas nos mais diversos setores”. (SEIXAS, 2001, p. 1).

A antropologia do desenvolvimento exposta por Stephen Grant Baines (2004), em defesa das populações indígenas ante aos grandes projetos, coloca o antropólogo como

contraponto ao sistema capitalista de exploração, expansão e suas obras altamente nocivas. Baines (2004) e Ribeiro (1990) são referenciais de antropólogos do desenvolvimento que voltam os olhos para a desagregação, os potenciais ou virtuais desastres, ou seja, para os riscos envolvidos em projetos que ameaçam favorecer a concentração econômica e não a sua diminuição.

Mas Baines (2004) e Ribeiro (1990) também lançam luz sobre outros campos quando reafirmam que o estudo e a avaliação de impacto são um campo em expansão, que contempla e recolhe a atuação dos antropólogos, a fim de que os profissionais se envolvam nesta tarefa, avaliando o impacto de políticas e programas sociais, de forma inteirada e não apenas a assistir ou a permitir manipulação de seu público interlocutor.

Do contrário, abrem-se lacunas aos processos passíveis de se incorporar falsos ideais de Estado e promover ideologias nocivas ou que tendem a ficar estanques. Daí a necessidade de atuação e engajamento do antropólogo, seu parecer, ciência, potencialidades e valências, analisando, mensurando projetos e ações desenvolvimentistas.

Cruzar o panorama desta pesquisa de mestrado, usando as contribuições de Baines (2004) e sua chamada para atuação na “*antropologia criativa de interpretação inventiva*”, onde o papel do antropólogo também pode homologar o desenho das ações do Estado, é situar-se de que, em diálogo com este, o antropólogo deve debruçar seus esforços de pesquisa para a ampliação e melhoria de projetos de políticas públicas, travando discussões consonantes à manutenção, melhoria e ampliação das ações.

Delineando caminhos para a busca por posturas e respostas, a proposta de Bruce Kapferer (2003) apud Baines (2004, p. 8) parece interessante, “que o antropólogo faça uma crítica radical que ao mesmo tempo envolva um engajamento pragmático”, ainda que com cautela e ressalvas, pois tal postura é vista como paradigmática e as instituições responsáveis pelo desenvolvimento das políticas públicas podem entravar a atuação do antropólogo.

Kapferer (2003), Baines (2004) e Ingold¹⁶ teorizam sobre o teor da postura antropológica diante dos seus desafios de pesquisa e atuação, pois o objetivo e o compromisso da antropologia do desenvolvimento consistem em estar implicada, mais do que ser cúmplice ou promotora das ações do Estado.

O campo da antropologia e as políticas públicas suscita, há cerca de duas décadas, a reflexão crítica do antropólogo sobre sua responsabilidade na implantação de projetos de desenvolvimento que desrespeitam os direitos humanos. (RODRIGUES, ORTOLAN e

¹⁶ Em “A antropologia em crise. Entrevista com Tim Ingold”, publicada no jornal argentino Clarín, em 08 de janeiro de 2013, realizada por Vivian Scheinsohn.

GONÇALVES, 2014). As autoras traçam essa perspectiva histórica, que versava sobre um conjunto de questões iniciais envolvendo embates fundiários e socioambientais decorrentes de lutas pela terra e a relação com povos indígenas, camponeses e populações tradicionais, e colocam em diálogo ferramentas teóricas e metodológicas dessa antropologia.

A partir deste panorama, surge o conceito de *etnodesenvolvimento*, desenvolvido por Rodolfo Stavenhagen (1988), para se referir ao modelo de desenvolvimento que preserva as características socioculturais da sociedade ou das populações envolvida. As potencialidades da utilização de tal conceito envolvem a diluição dos dilemas éticos referentes à prática antropológica e à relação entre as noções de progresso e desenvolvimento; contesta também o modelo corrente de desenvolvimento, implicando o envolvimento ativo de todos os que serão comprometidos com a política, nas etapas de planejamento, execução e análise. (RODRIGUES, ORTOLAN e GONÇALVES, 2014).

Roberto Cardoso de Oliveira (2000) menciona que o conceito de *etnodesenvolvimento* exige o início de uma ‘comunidade de comunicação e de argumentação’, diante do processo de ‘planejamento, execução e avaliação’ na possibilidade de organização do campo político indígena. (OLIVEIRA, 1998, 2000).

A antropologia mantém em discussão ainda hoje as antigas preocupações de seu enfoque inicial, com a elaboração de problemas antropológicos voltados à desigualdade social, à pobreza e à renda, mas ela sofre mudanças que a faz ampliar-se e dedicar-se a uma gama maior de investigações temáticas, enfatizando como exemplo, o exercício da política, das relações de poder, a atividade do Estado, das entidades jurídicas, as estruturas conceituais e as ferramentas institucionais que guiam as políticas. (RODRIGUES, ORTOLAN e GONÇALVES, 2014).

As autoras Rodrigues, Ortolan e Gonçalves (2014, p. 222) identificam a relação entre antropologia e as políticas públicas como “um campo de discussões, polêmicas e posições no campo acadêmico que recolocam questões sobre o 'objeto' da antropologia e o fazer antropológico”. As autoras querem dizer que este campo apresenta dilemas éticos quanto à conduta profissional do antropólogo, que convergem para o mesmo que Francisco Moonen (1988, p. 56) levanta: “para quem e para que deve servir a antropologia?”

As primeiras autoras respondem que etnografar políticas públicas é trabalhar com “um campo de **ações interconectadas**, ainda que **expressão de forças e interesses díspares**, de sistemas socioculturais e cosmológicos distintos, mas **em permanente comunicação**”. (RODRIGUES, ORTOLAN e GONÇALVES, 2014, p. 222, grifos nosso). Isso abrange/contempla não apenas o campo clássico da antropologia indígena, de sociedades

rurais ou afrodescendentes, como também “uma infinidade de temas, situações e coletividades hoje estudados”. (RODRIGUES, ORTOLAN e GONÇALVES, 2014, p. 222).

A concepção proposta por elas é estendida para refletir também sobre os titulares de direitos da política municipal de SAN no restaurante popular e nas hortas comunitárias, as suas dinâmicas socioculturais particulares, os seus sistemas simbólicos a sabedoria que lhes é própria, totalizar a multiplicidade de relações e interações no locus da pesquisa. (RODRIGUES, ORTOLAN e GONÇALVES, 2014, p. 222). Isto porque:

Esta verdadeira rede comunicativa comporta os sujeitos da pesquisa em suas interações sociais, políticas, econômicas e culturais com uma multiplicidade de agentes, desde as lideranças locais no campo associativo, político e religioso, até aqueles que formam parte das instituições governamentais na execução de políticas públicas nas áreas da saúde, da educação, do direcionamento de recursos às atividades produtivas, da efetivação de políticas sociais, do controle do meio ambiente, das instâncias jurídicas, etc. (RODRIGUES, ORTOLAN e GONÇALVES, 2014, p. 223).

Moonen (1988) é catedrático na resposta do “para quem”, e afirma que a tarefa da pesquisa antropológica deve estar à serviço das populações investigadas, cabe ao antropólogo elaborar dados de interesse científico consonantes aos povos que estuda, e diante de conflitos de interesse o “para quê” é fazer zelar para o bem-estar da comunidade pesquisada e a solução de suas questões. Sem perder de vista este requisito é que a compreensão das políticas públicas de SAN é exercitada: a partir das percepções dos próprios titulares de direitos.

Os riscos de uma militância vazia foram afastados por meio do exercício de fazer dialogar uma reflexão ampla sobre a conjuntura nacional, e mesmo internacional, de segurança alimentar e nutricional, com duas experiências locais empreendidas para não cair na crítica apontada por Moonen (1988), quando levanta que certos antropólogos conservadores pesquisavam questões locais, com os valores, atitudes, crenças, ideias envolvidas, resistências ou insatisfações, porém, o mesmo empenho não era dedicado às causas do problema em nível nacional e internacional, reflexo também das limitações propostas, restritas sempre apenas ao nível local, deixando de encarar proposições de mudanças estruturais.

3. CAPÍTULO II – ESPECTRO TERRITORIAL E ESPACIAL DA PESQUISA

A fim de melhor referenciar o universo da pesquisa e subsidiar a compreensão sobre o modo como são vivenciados pelos sujeitos o programa das hortas comunitárias e o restaurante popular, segue-se uma descrição sucinta de características relacionadas ao município de Maringá: parte de seu processo histórico, indicadores socioeconômicos e a institucionalização das ações implementadas com relação à política municipal de segurança alimentar e nutricional.

3.1. Maringá – Cidade Verde

O município de Maringá figura como a terceira cidade mais expressiva do estado do Paraná em termos de desenvolvimento econômico, atrás da capital, Curitiba, e de Londrina¹⁷. Possui uma população da ordem de 357.077 habitantes, de acordo com o Censo IBGE 2010, e área municipal total mede 487.052km¹⁸, o que faz com que a densidade demográfica é de 733,14 hab/km²¹⁹. Divididos neste espaço, 350.653 moradores vivem na Zona Urbana e 6.424 vivem na Zona Rural²⁰. Da população total hoje, 171.724 são homens e 185.353 são mulheres²¹. A população estimada pelo IBGE para 2014 em Maringá é de 391.698 pessoas²².

3.1.1 Indicadores Socioeconômicos

O “Índice de Desenvolvimento Humano” (IDH) mais recente que Maringá registra é 0,808, numa escala que pode variar de 0 à 1, com referência de 2010, de acordo com o

¹⁷ IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1> Acesso em 17 de junho de 2015.

¹⁸ IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411520>> Acesso em 01 de maio de 2015.

¹⁹ IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411520>> Acesso em 01 de maio de 2015.

²⁰ IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411520&idtema=1&search=parana|maringa|censo-demografico-2010:-sinopse->>> Acesso em 01 de maio de 2015.

²¹ IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411520&idtema=1&search=parana|maringa|censo-demografico-2010:-sinopse->>> Acesso em 01 de maio de 2015.

²² IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411520&idtema=130&search=parana|maringa|estimativa-da-populacao-2014->>> Acesso em 01 de maio de 2015.

IBGE²³. Isso a coloca como um município de nível de desenvolvimento humano. O “PIB a preços correntes” foi de R\$ 10.246.122 mil reais, com referência no ano de 2012 registrado pelo IBGE²⁴. As “despesas orçamentárias empenhadas” no município, foram em R\$ 540.937.188,19 reais, de acordo com dados do IBGE que tomaram 2009 como o ano de referência mais recente.

Já as “receitas orçamentárias realizadas” somaram R\$ 536.718.942,80 reais. E o “valor do Fundo de Participação dos Municípios” (FPM) que Maringá recebeu em 2009, alcançou R\$ 38.121.299,04 reais, de acordo com a mesma fonte²⁵. O “Índice de Gini” foi de 0,42 referente ao ano de 2003, de acordo com o IBGE²⁶. O último indicador de “Incidência da Pobreza” de Maringá pontua 33,85% referente ao ano de 2003, de acordo com o IBGE²⁷.

Dados mais recentes do Censo 2010 sobre o município informam que o percentual da população urbana em estado de extrema pobreza é de 0,56%. Já o percentual da população rural em extrema pobreza é de 1,06%, no mesmo Censo²⁸. O “valor médio do rendimento mensal domiciliar per capita nominal total” da cidade é de R\$ 1.033 reais, segundo o IBGE (2014)²⁹.

De acordo com o Observatório das Metrôpoles do Rio de Janeiro em dados sobre Maringá³⁰, o número de eleitores é de 233.015; a taxa de alfabetização que o município apresenta é de 95,1%, um percentual altamente expressivo; a distribuição da população residente em Maringá por cor acompanha o seguinte percentual: brancos contabilizam 76,5%; negros/Pardos 19,6%; a presença de amarelos, Indígenas e outros, registra 3,9%.

²³ IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411520&idtema=118&search=parana|maringa|%C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm->>> Acesso em 01 de maio de 2015.

²⁴ IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411520&idtema=134&search=parana|maringa|produto-interno-bruto-dos-municipios-2012->>> Acesso em 01 de maio de 2015.

²⁵ IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411520&idtema=71&search=parana|maringa|financas-publicas-2009->>> Acesso em 01 de maio de 2015.

²⁶ IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2002/2003. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411520&idtema=19&search=parana|maringa|mapa-de-pobreza-e-desigualdade-municipios-brasileiros-2003->>> Acesso em 01 de maio de 2015.

²⁷ IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2002/2003. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411520&idtema=19&search=parana|maringa|mapa-de-pobreza-e-desigualdade-municipios-brasileiros-2003->>> Acesso em 01 de maio de 2015.

²⁸ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Relatórios de Informações Sociais. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#->>> Acesso em 06 de maio de 2015.

²⁹ IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411520&idtema=1&search=parana|maringa|censo-demografico-2010:-sinopse->>> Acesso em 01 de maio de 2015.

³⁰ Observatório das Metrôpoles – RJ. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrolopes.net/>>> Acesso em 16 de novembro de 2014.

No tocante à religião, Maringá é uma cidade de maioria católica (73,72%)³¹, que abriga, porém, outras denominações religiosas, como batistas, presbiterianos, evangélicos, metodistas, muçulmanos, budistas, espíritas, umbandistas e etc. Esses indicadores contabilizam e dimensionam um retrato de Maringá, mas é preciso complementar esses dados e preencher a delimitação com cores e profundidade.

3.1.2 Histórico do município

O histórico do município de Maringá³² remonta à 1938, quando um povoamento começou a crescer na região, mas só a partir da década de 1940 que a área começou a receber as primeiras edificações eminentemente urbanas, onde posteriormente seria reconhecida como Maringá Velho. As construções iniciais foram escassas e modestas, feitas de madeira provisória. O objetivo foi organizar um polo minimamente adequado para o recebimento dos migrantes que afluíam para a nova terra. Com suas caravanas, os primeiros povoadores chegaram de vários estados do país, principalmente de São Paulo, Minas Gerais e dos estados do nordeste, com ênfase entre os anos de 1947 e 1949, mobilizados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP.

Foram limitadas as atividades que se desenvolveram no pequeno núcleo em formação urbana, concentraram-se em: compra e venda de terras; negociações entre proprietários; hospedagem de colonos recém-chegados; abrigo para os aventureiros que exploravam a mata rústica nas quebradas do Rio Ivaí; e eventuais práticas de comércio miúdo. Por trás da organização da venda das terras e distribuição dos lotes sempre esteve como responsável a CMNP, cuidando também da construção de estradas e implantação de outros núcleos urbanos nas proximidades.

Originalmente, o pequeno núcleo refletiu os elementos de sua provisoriedade por meio do traçado urbanístico, os logradouros eram disformes, não havia infraestrutura, escoamento, iluminação ou água corrente. As grosseiras condições da realidade, não foram porém, impedimento para expansão e crescimento. Vislumbrou-se que aquele povoamento central pioneiro passou a complexificar suas funções na medida em que a companhia mais avançou e ocupou a região.

O “Maringá Velho” passou de um ponto de encontro para o desbravamento e se tornou

³¹ IBGE. Disponível em: <lang=&codmun=411520&search=parana|maringa|infograficos:-historico> Acesso em 16 de novembro de 2014.

³² Maringá. Prefeitura Municipal de Maringá (PR): <<http://www2.maringa.pr.gov.br>>. Acesso em: 16 de novembro de 2014.

uma área de referência central, para onde os colonos se remeteram quando quiseram se colocar em evidência, receber notícias, correspondências, fazer compras e planejar investimentos, como uma rede de comunicações local.

Urge registrar, porém, que essa historiografia oficialmente apregoado pela CMNP e confirmada pela versão que os colonizadores pioneiros retrataram, é embutida no mito do vazio demográfico, segundo o qual no município de Maringá e na região norte do Paraná, havia apenas uma mata virgem e um imenso vazio populacional, um espaço à espera da chegada da civilização. Em revelia a essa versão, referências bibliográficas registram a trajetória secular de etnias indígenas, como Guarani, Kaingang e Xetá, que já eram presentes antes do referido período e forçosamente foram afastados a localidades menos visadas do estado. (MOTA, NOELLI, 1999).

Posteriormente, a região de Maringá recebeu também a influência de imigrantes japoneses, imigrantes italianos e alemães, e ainda de outros grupos de imigrantes que foram chegando, como os portugueses, poloneses, espanhóis, ucranianos, árabes, judeus, resultando na formação atual de sua população. A atual divisão territorial do município remonta a 1968 com registro em 2007, constituída pelos distritos de Maringá, Floriano e Iguatemi.

3.1.3 Atividades socioeconômicas

A agricultura, apesar de ter sua importância diminuída nos últimos anos, continua a ser tradicionalmente prestigiada, pois a atividade agrícola se diversificou, e além do café, são plantados outros cultivos, com destaque para a soja e a cana de açúcar. A produção e a disponibilidade de alimentos do município concentram-se no expressivo plantio de milho, seguido dos cultivos de trigo, arroz e feijão, de acordo com referência de 2012, do Relatório de informações sobre Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social.

O setor industrial é maior que a agricultura, mas não é tão expressivo como a ela em termos de valorização cultural, apesar de que seu prestígio vem crescendo e soma para o desenvolvimento e expansão da cidade. Dentre os vários segmentos, destacam-se os da metal mecânica, a agroindústria, o vestuário, a prestação de serviços e o turismo. Há um parque crescente que lida com a tecelagem e a agroindústria, mas principalmente confecções, e também a presença de importantes indústrias que impulsionam a geração de empregos no município e até de outras cidades próximas. As indústrias metal mecânica por exemplo

oferecem variedade de produtos, atendem a todo o território nacional e chegam a exportar também para países da América Latina. Maringá é ainda reconhecida nacionalmente como o polo da moda no sul do país, e conta com o maior shopping atacadista da América Latina³³.

O setor em que a economia maringaense se destaca é o de comércio e prestação de serviços predominantemente. No que tange à prestação de serviços na área da saúde, o município destaca-se como um importante polo microrregional, contando com hospitais públicos e privados, entre eles: Hospital Universitário – HU, integrado à Universidade Estadual de Maringá, Hospital Municipal de Maringá - HMM - Emergência Psiquiátrica, Santa Casa de Misericórdia, Hospital Psiquiátrico de Maringá HPM, Hospital Santa Rita, Hospital Maringá e Hospital Paraná. A cidade também está inserida no desenvolvimento econômico regional por meio do fomento ao turismo de eventos.³⁴

Planejada pelo urbanista Jorge Macedo de Viera ainda no seu povoamento, com projeto urbanístico, paisagístico, reservas florestais, canteiro central, traçado viário de avenidas largas, Maringá é uma cidade de cenário arborizado, apelidada de “cidade-jardim”, ou “cidade verde”, com ampla flora e considerada uma das cidades mais verdes do mundo. Indicador que confirma esta sua imagem é a taxa de concentração de área verde, de 26,65m²/habitante, com 90 alqueires de vegetação nativa distribuídos por 17 bosques.³⁵

Apesar da fama de cidade verde, alguns pontos da cidade denunciam aquela que é uma das maiores frotas de veículos do Paraná e um importante entroncamento rodoviário, pois apresentam altos índices de poluição sonora e atmosférica, concentrados nas avenidas Duque de Caxias e Colombo. O trânsito de Maringá é moderado para uma cidade de porte médio-grande, principalmente nos dias úteis nos horários de almoço e do fim de expediente, nos chamados “horários de pico”. A frota registrada pelo IBGE tomando 2014 como ano de referência é de 305.426 veículos³⁶.

O município conta com o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (CODEM), ampliado para Conselho de Desenvolvimento Econômico Metropolitano, órgão criado pela Lei Municipal nº 4275, de 11 de Setembro de 1996, com caráter deliberativo e consultivo, com a finalidade de propor e executar a política de desenvolvimento econômico. Entre suas funções, está a de gerir o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

³³ IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411520&idtema=139&search=parana|maringa|f-rota-2014>> Acesso em 01 de maio de 2015.

³⁴ Ibidem

³⁵ Ibidem

³⁶ Ibidem.

(FMD), instituído pela Lei Municipal nº 4274, de 11 de setembro de 1996, fruto da parceria com entidades da sociedade civil e poder público, o CODEM reflete o lema: *Comunidade e Governo, juntos determinando nosso futuro.* (Fonte em nota!)

Em termos culturais, Maringá apresenta o “Festival de Música Cidade Canção” (FEMUCIC), com apresentação de músicos de diversas regiões do país. Nos teatros a Secretaria de Cultura organiza semanalmente concertos e espetáculos de dança sem custo para ingresso. As opções para assistir filmes em salas de cinema totalizam dezoito. Anualmente ocorre o Festival de Cinema de Maringá, exibindo dezenas de longas e curtas para divulgação e premiação. Em maio de cada ano, a cidade comemora as festividades de seu aniversário municipal, por meio da organização da Feira agroindustrial Expoingá. Também anualmente em agosto ocorre o “Festival Nipo Brasileiro” que na sede de sua associação própria reúne a colônia oriental do município. Além destas distrações, um dos principais pontos turísticos da cidade é a Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Glória, com 124 metros de altura em forma de cone, famosa por ser o segundo monumento mais alto da América do Sul e o décimo do mundo.

Maringá é reconhecida ainda por contar com uma instituição pública de ensino superior, a Universidade Estadual de Maringá (UEM), considerada a melhor instituição de ensino superior do Paraná, em 2010, segundo o Índice Geral de Cursos (IGC) do MEC. Seu campus sede possui aproximadamente 100 hectares, localizado no centro de Maringá, com população universitária estimada em mais de 18 mil pessoas, entre alunos de graduação, pós-graduação, cursos livres, professores e servidores. Há *campi* regionais da UEM também nos municípios de Umuarama, Cianorte, Goioerê, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte e Porto Rico.

Como instituições privadas de ensino superior maringaenses são o Centro Universitário de Maringá - Unicesumar (Colégio Objetivo), PUC-Maringá, Faculdade Tecnológica América do Sul (Colégio Anglo Maringá), Uningá, Unifamma, Faculdade Maringá Faculdade Cidade Verde (FCV) e Faculdade Alvorada. Em somatório de público e privado no ensino superior, o município conta com mais de 45 mil universitários.

3.2 A Política de SAN em Maringá

No que tange especificamente à política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, é preciso antes constar que a Política Estadual de SAN no Paraná foi fundada em 2008, pela Lei nº 15.791. Posteriormente, em 2010, a Lei nº 16.565 criou no Paraná o

Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN-PR.

Em Maringá, foi conquistado em maio de 2010, com a Lei número 11.594/2010, de autoria do vereador Flávio Vicente³⁷, o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Maringá – SIMSAN-MGÁ. Além do benefício de realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a vantagem de Maringá aderir ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), conforme os termos de seus procedimentos e conteúdo, é que diversos auxílios são concedidos ao município, como exemplo, o recebimento de recursos em cofinanciamento para finalidades relacionadas à SAN, conforme determina nacionalmente a Resolução n.º 9 da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)³⁸.

Em julho de 2011, a assessoria de comunicação da Prefeitura Municipal noticiou a realização da I Conferência Municipal de SAN, tendo em vista a promoção de debate sobre o tema no município, com vistas a criar e fortalecer comprometerimentos para a alimentação adequada e saudável voltada a população do município e elegendo ainda a comissão delegada para participar da Conferência Regional sobre o tema³⁹.

Durante o período de realização da pesquisa, o município de Maringá não dispunha, porém, de uma Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), órgão para articular as ações governamentais dos gestores, exercendo a intersetorialidade que o plano regulatório da política postula. Em contrapartida, o município compunha a Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional (CORESAN), criada para que os municípios de grande porte animassem o processo de desenvolvimento e implementação da política de SAN nos demais municípios com a criação dos conselhos. Sua composição era por setores governamentais e não-governamentais de quatro municípios mobilizados com maior intensidade, que se reúnem mensalmente: Maringá, Sarandi, Paiçandu e Astorga⁴⁰.

A realização da II Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional era ainda mais recente, data de 14 de novembro de 2014, promovida pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC), durante o desenvolvimento da pesquisa. O evento

³⁷ Fonte: < http://www.maringamais.com.br/?pag=noticias_maislidas&id=7479>. Acesso em 18 de outubro de 2012.

³⁸ Caisan. Resolução n.º 09, de 13 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos e conteúdo dos termos para adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (Republicada por ter saído, no DOU n.º 240, de 15-12-2011, Seção 1, págs. 111 e 112, com incorreção no original).

³⁹ Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=345cdcffd35534&id=13898>> Acesso em 18 de outubro de 2012.

⁴⁰ Informações obtidas por meio de entrevista realizada com o Coordenador da CORESAN, representante do Conselho Regional de Psicologia, Enio Gonçalves de Moraes.

reuniu cerca de 600 participantes da sociedade civil e representantes de entidades, entre eles Isac Baril, chefe do Departamento de Educação Alimentar e Nutricional da Secretaria de Abastecimento de Curitiba, convidado para proferir a palestra de abertura,⁴¹.

O tema dado à conferência chamou “Construindo uma Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional”, concentrou as discussões dos participantes em quatro diferentes eixos temáticos, “Segurança Alimentar e Intersetorialidade”, “Rede de equipamentos públicos da Segurança Alimentar”, “Fortalecimento da Agricultura Familiar”, e “Reaproveitamento e desperdício de alimentos”, e referendou a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional para gestão entre 2014/2016.

A primeira reunião do conselho ocorreu em dezembro de 2014, com a posse dos conselheiros e a escolha da mesa diretora, composta na presidência pela nutricionista gestora do Restaurante Popular no município, Erica Maeda, na Secretária Geral, por Maria de Fátima Viana Pereira, da Companhia Beneficência Guaiapó, e na Secretaria Executivo, por Jesiel Carrara, de Equipamentos Públicos⁴².

Dentre as iniciativas públicas que são vinculadas à política de SAN, o município de Maringá contabiliza durante a realização da pesquisa estão: o Restaurante Popular; o Banco de Alimentos; as Hortas Comunitárias; o Programa Leite das Crianças; o Programa Saúde da Família (PSF), que tem em um de seus eixos desdobramentos na SAN com o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e o Programa Bolsa Família (PBF).

Outra iniciativa relacionada à SAN em Maringá, existente desde 2010, é o “Mesa Brasil”, que analogamente ao programa “Banco de Alimentos”, enfatiza a redistribuição de alimentos excedentes e não mais comercializáveis, para serem consumidos nas entidades assistenciais. Este programa porém, não é de prerrogativa pública, ele é realizado pelo Serviço Social do Comércio (SESC), entidade privada, mantido pelos empresários do comércio de bens e serviços, que objetiva proporcionar o bem-estar e a qualidade de vida do comerciante e sua família e da sociedade⁴³.

Seguem sucintamente descritos os programas que Maringá contabiliza:

⁴¹ Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/////index.php?sessao=bba7dbeb1c55bb&id=24615>> Acesso em 28 de abril de 2015.

⁴² Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/////index.php?sessao=3d188f4188553d&id=24791>> Acesso em 28 de abril de 2015.

⁴³ Serviço Social do Comércio (SESC). Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/mesabrasil/>> Acesso em 28 de abril de 2015.

3.2.1 Programa Leite das crianças

Programa sob a responsabilidade do Governo do Paraná, por meio da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). Objetiva fornecer atendimento às famílias cuja renda *per capita* é inferior a meio salário mínimo regional, oportunizando distribuição gratuita de um litro de leite por dia para crianças que possuem de 6 à 36 meses de vida, como alternativa de combate à desnutrição infantil. O programa se articula com o estímulo à agricultura familiar, uma vez que a produção de leite apresenta o potencial de gerar emprego e renda ao homem do campo, incentivando-o na busca pela inovação da produção e qualidade dos produtos⁴⁴.

3.2.2 Programa Saúde da Família

O programa Saúde da Família foi criado para ordenar os serviços de saúde de Atenção Básica e reorganizar os profissionais que atuam no nível da assistência primária e reorganizar os profissionais que atuam no nível da assistência primária com a assistência, promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação⁴⁵. Apresenta-se como uma estratégia operacionalizada, envolvendo multiprofissionais em saúde (auxiliares dentários e dentistas, agentes comunitários de saúde, auxiliares de enfermagem, enfermeiros, médicos e psicólogos) responsáveis por assistir, na unidade de saúde ou nos lares, a um número restrito de famílias, agrupadas por localização geográfica limitada⁴⁶. As ações são de promoção e manutenção da saúde, reabilitação de doenças e agravos, recuperação e prevenção. Nesta estratégia, o papel dos agentes comunitários de saúde são compreendidos com primordial relevância, pela tarefa de disseminar conhecimentos sobre hábitos alimentares saudáveis e por atuarem como difusores de saberes referentes às questões de saúde.

⁴⁴ Governo do estado do Paraná. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) Disponível em: <<http://www.leitedascrianças.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>> Acesso em 23 de junho de 2015.

⁴⁵

Portal Brasil. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/sobre/saude/programas-e-campanhas/saude-da-familia>>. Acesso em 22 de junho de 2015.

⁴⁶

Guia Prático do Programa Saúde da Família. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/partes/guia_psf1.pdf> Acesso em 22 de junho de 2015.

3.2.3 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Consiste em uma forte iniciativa do Programa Fome Zero, desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Por meio do PAA, a prefeitura municipal adquire alimentos da agricultura familiar com isenção do processo licitatório, por um custo de referência, nem superior nem inferior aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) ao ano, por unidade familiar, para agricultores individuais via Termo de Adesão, que estejam devidamente cadastrados pelo Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar –PRONAF⁴⁷, ou, ainda, R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para agricultores que participarem por meio de organizações da agricultura familiar (via Conab).

Esta iniciativa possui o potencial de garantir acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade suficientes às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional no município e concomitantemente promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

3.2.4 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Implementado no país em 1955, com a responsabilidade de cumprir a demanda nutricional de alunos matriculados em toda a rede de educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas⁴⁸.

O canal da merenda escolar possui destaque no campo da Segurança Alimentar e Nutricional porque é durante a permanência desses alunos na escola, que a alimentação adequada poderá contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento dos estudantes, além de estimular a aquisição de hábitos alimentares saudáveis.

Em consonância ao PAA e ao PNAE, o município de Maringá dispõe da Diretoria de Agricultura e Abastecimento, que desenvolve ações a fim de garantir que os agricultores

⁴⁷ Governo do estado do Paraná. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) Disponível em: <<http://www.ceasa.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=13>>. Acesso em 23 de junho de 2015.

⁴⁸ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Cartilha Nacional da Alimentação Escolar. 2015. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/116-alimentacao-escolar?download=9572:pnae-cartilha-2015>> Acesso em 25 de agosto de 2015.

familiares que fornecem os alimentos aos programas possam ser estimulados com os devidos incentivos fiscais e de crédito oferecidos pela consolidação da SAN. A prefeitura, por sua vez, serve como merenda escolar nos estabelecimentos educacionais da cidade, alimentos provenientes desses programas de aquisição. Em parceria firmada com a Secretaria Municipal de Educação, tal programa estimula a compra direta, sem intermédio de licitação para adquirir os alimentos, protegendo o DHAA de um total de 28 mil alunos matriculados entre as 48 escolas municipais e os 56 centros de Educação Infantil⁴⁹.

3.2.5 Programa Bolsa Família (PBF)

Este é um programa que opera pela lógica da transferência de renda a nível nacional, impondo condicionalidades aos titulares de direitos, de acordo com a Lei 10.836/2004 e o Decreto nº 5.749/2006. O programa visa garantir o direito humano à alimentação adequada, estimulando a segurança alimentar e nutricional, auxiliar a erradicação da pobreza e da extrema pobreza, assegurar a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome, e melhorar a qualidade de vida das famílias⁵⁰.

Até 2011 Maringá possuía 5633 famílias cadastradas no Programa Bolsa Família⁵¹. Após chamados para realização de recadastramentos e o corte de famílias irregulares, o total de famílias que recebem o programa com referência no mês de novembro de 2014 é de 5,491⁵².

3.2.6 Banco de Alimentos

Para somar na concretização da Segurança Alimentar e Nutricional esta iniciativa de abastecimento permanece sob a direção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate

⁴⁹ Prefeitura de Maringá. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=14ade505c65514&id=17325>>. Acesso em 22 de junho de 2015.

⁵⁰ Secretaria de Atenção à Saúde (SAS). Departamento de Atenção Básica (DAB). Disponível em: <<http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>> Acesso em 22 de junho de 2015.

⁵¹ Prefeitura de Maringá. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/sasc/?cod=bolsa-familia>> Acesso em 22 de junho de 2015.

⁵² Prefeitura de Maringá. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=2646d832985526&id=24567>>. Acesso em 22 de junho de 2015.

à Fome (MDS), que firma parcerias com municípios de população superior a 100 mil habitantes para coletar produtos doados pelo setor alimentício, atacadistas, produtores rurais, indústrias, supermercados, varejões, feiras e centrais de abastecimento (CEASAs), alimentos excedentes e reaproveitáveis devido ao valor nutricional, mas já não comercializáveis⁵³.

Cabe às equipes vinculadas ao Banco de Alimentos de cada município receberem as doações, selecioná-las e distribuí-las em porções gratuitas para as entidades assistenciais parceiras, a fim de subsidiar e complementar as refeições diárias servidas às populações vulneráveis atendidas. As entidades por sua vez, sejam elas relacionadas à igreja, tais como pastorais, ou aos movimentos sociais, na forma de associações de bairros, recebem o apoio e devem participar de atividades de capacitação em educação alimentar, multiplicando agentes de disseminação de conhecimentos a serem repassados para a comunidade.

No município de Maringá o banco existe desde dezembro de 2010, por meio de um convênio estabelecido entre o MDS e a Ceasa, resultante de um investimento no valor de R\$ 139,9 mil, dos quais R\$ 53,7 mil foram oriundos do governo estadual do Paraná. O espaço físico destinado ao banco de alimentos do município possui 200m², dispõe também de equipamentos para aumentar a produtividade diversificada das doações, sob a forma de geleias, polpas e sucos pré processados, além de servir ainda como um espaço útil aos cursos e oficinas de conhecimento e prática destinadas aos agentes envolvidos. Aproximadamente 63 toneladas de alimentos são doadas mensalmente para as 63 instituições sociais cadastradas pela prefeitura, e o atendimento ao público contabiliza 14 mil pessoas protegidas com refeições mais ricas e saudáveis⁵⁴.

3.3. Os programas enfocados

3.3.1. Restaurante Popular

Um dos programas da política de SAN, integrado à rede de ações Federais do *Fome Zero*. É administrado pelo poder público local mas se mantém sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Esta iniciativa objetiva a

⁵³ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/rede-de-equipamentos/banco-de-alimentos>> Acesso em 22 de junho de 2015.

⁵⁴ Gazeta do Povo. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/maringa/ministra-entrega-em-maringa-obras-do-banco-de-alimentos-da-ceasa-li70gxdazocw7nyed6j33rbri>> Acesso em: 28 de abril de 2015.

proteção alimentar por meio da preparação e venda de refeições saudáveis e nutritivas, com a responsabilidade de profissionais de nutrição, respondendo a demanda de oferta alimentar de amplo acesso para pessoas que fazem suas refeições fora de casa⁵⁵.

As vantagens das refeições comercializadas nos restaurantes populares são múltiplas. O fato de visar, principalmente, o acesso à pessoas de menor poder aquisitivo, faz com que, a preços baixos, sejam servidas refeições cujo cardápio é variado, com equilíbrio entre os nutrientes, reduzindo vulnerabilidade a doenças advindas de alimentação inadequada, mediante a promoção da saúde alimentar. O projeto prevê atendimento aos trabalhadores urbanos e à população em situação de vulnerabilidade social. De acordo com dados oficiais do MDS, são refeições preparadas por processos seguros, utilizando-se de itens alimentares da região, servidas em estabelecimento apropriado e confortável, de forma a proporcionar dignidade ao ato de se alimentar⁵⁶.

O projeto dos Restaurantes Populares prevê atendimento aos princípios de:

- Boas práticas para serviços de Alimentação
- Procedimentos Operacionais e Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos
- Requisitos de Higiene e de Boas Práticas para Alimentos Produzidos/Fabricados para o Consumo Humano
- Inspeção Sanitária, Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços e Padrão de Identidade e Qualidade (PIQs) para Serviços e Produtos na Área de Alimentos
- Normatizar e Padronizar o Transporte de Alimentos para Consumo Humano (Vigilância Sanitária Estadual).

No município de Maringá a construção da unidade do restaurante popular foi possível com o repasse liberado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) no valor de 1,2 milhão, em 30 de novembro de 2007⁵⁷. O restaurante só passou a funcionar, porém, em 13 de agosto de 2010⁵⁸. Sua administração é coordenada por uma parceria entre a Ação Social do PR (ASP)⁵⁹, a prefeitura, e o governo Federal, por meio do MDS e da

⁵⁵ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/rede-de-equipamentos/restaurante-popular>> Acesso em 22 de junho de 2015.

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ O Diário. Disponível em: <<http://maringa.odiario.com/maringa/2010/02/prefeitura-tem-tres-meses-para-entregar-1o-restaurante-popular/236396/>>. Acesso em 22 de junho de 2015.

⁵⁸ Prefeitura de Maringá. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=b3602f1aa355b3&id=26876>> Acesso em 29 agosto de 2015.

⁵⁹ De acordo com o página virtual da organização sem fins lucrativos, ela é uma entidade membra da Cáritas e atuante nas áreas da Assistência Social, Educação e Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em:

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional⁶⁰.

Apresentando cardápio balanceado, o restaurante tem capacidade de oferecer até mil refeições diárias, de segunda à sexta-feira, no período das 11 até as 14 horas. O preço inicialmente cobrado da população por cada refeição foi de R\$ 1,50, que durou até dezembro de 2012, quando passou a custar R\$ 2,00, e se manteve durante o período de realização da pesquisa. O aumento foi solicitado pela ASP, que recebe também subsídio da prefeitura municipal de cerca de R\$ 2,55 por cada refeição preparada⁶¹.

Por ter sido um dos programas enfocados, o espaço do restaurante popular, ao lado do espaço das hortas comunitárias, compôs o circuito etnográfico desenvolvido na pesquisa. Como supracitado na descrição metodológica, além das conversas travadas e da observação participante durante as refeições realizadas no estabelecimento, foram entrevistados oito interlocutores, com recorte geracional, escolhidos de forma aleatória e ambos os sexos, de forma mista.

3.3.2. Hortas Comunitárias

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), apresenta-se como responsável por repasses destinados ao programa das Hortas Comunitárias, que possuem o objetivo de aumentar a oferta de alimentos de alto poder nutritivo e *melhorar as condições de vida de grupos sociais em situação de insegurança alimentar, por intermédio da implantação de hortas, viveiros, lavouras e pomares comunitários* (MDS)⁶², em terrenos férteis, cedidos pela prefeitura do município ou em parceria com terrenos cedidos por outras organizações.

Em Maringá, o projeto das hortas foi introduzido em 2007, como resultado de parcerias entre diferentes agentes: a administração municipal, com o programa “Maringá Saudável”, que tem por objetivo melhorar a qualidade de vida da população; o Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (CERAUP), da Universidade Estadual de Maringá (UEM); as famílias interessadas, especialmente de baixo poder aquisitivo, que se

<http://www.aspr.org.br/siteasp/?page_id=8> Acesso em 28 de abril de 2015.

⁶⁰ Op. Cit.

⁶¹ Disponível em: <[http://maringa.odiario.com/maringa/2012/12/refeicao-do-restaurante-popular-de-maringa-custa-r\\$-2-a-partir-desta-segunda-feira/708753/](http://maringa.odiario.com/maringa/2012/12/refeicao-do-restaurante-popular-de-maringa-custa-r$-2-a-partir-desta-segunda-feira/708753/)> Acesso em 28 de abril de 2015.

⁶² MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/regiao-metropolitana/gestor/hortas-comunitarias>> Acesso em: 02 de maio de 2015.

ocupam nas atividades de plantio nas hortas instaladas próximas de suas residências; e com as centrais de abastecimento de energia elétrica, cujos terrenos férteis situados em pontos de transmissão de alta tensão foram doados, e também auxiliam na manutenção das unidades.

A oficialização do projeto enquanto Programa de Hortas Comunitárias, de caráter permanente, no município de Maringá foi proposta em 2011 pelo Projeto de Lei nº 11,975, e sancionada e promulgada pelo Prefeito Municipal, por meio da Lei nº 8.981 do mesmo ano. O objetivo da horta, de acordo com esta legislação, é:

promover a qualidade de vida e prevenir doenças da população; estimular o consumo alimentar de verduras e legumes nos participantes do Programa; aproveitar áreas devolutas, utilizando de forma produtiva e criativa espaços ociosos; contribuir para melhoria nutricional de famílias; promover a geração de renda da comunidade com a venda dos produtos produzidos nas hortas; estimular a concepção de economia solidária; estimular a cidadania através da relação entre a comunidade e o poder público; estimular práticas alternativas para uso de resíduos sólidos, provenientes de podas de parques e jardins; e estimular a cessão de uso de imóveis públicos para desenvolvimento do programa. (MARINGÁ, *online*, 2011)

Dados oficiais da administração municipal informam que as unidades pioneiras do projeto de hortas comunitárias, que começou em 2007, foram implantadas no Conjunto Residencial Hermann Moraes de Barros, uma das menores, com potencial de envolver 4 famílias no projeto, seguida das inaugurações em outubro do mesmo ano no Conjunto Tuiuti, com capacidade de envolver 26 famílias, e no Conjunto Itatiaia/Atlanta, com o potencial total de 28 famílias assistidas pelo projeto. (MESSIAS *et al*, 2009). Concomitantemente houve inaugurações no colégio Olavo Bilac, na Creche Menino Jesus, no Clube do vovô, no Jardim Aliança, no Jardim Nova Aliança, e no CAPS42.

Em março de 2014, no início da investigação etnográfica, Maringá contabilizava 23 unidades das hortas comunitárias, com produção média anual de 200 toneladas de alimentos. No período de conclusão da pesquisa o número total era de 24, incluindo aquelas duas unidades localizadas nos distritos vizinhos de Iguatemi e Floriano, com produção média total de 240 toneladas de alimentos por ano, de acordo com dados oficiais da administração municipal⁶³.

Calcula-se que apenas entre palanques, escoras, cantos, esticadores e alambrados para o começo de uma horta comunitária com 4.500m² de área, que envolva 50 famílias participantes, os custos iniciais girem em torno de R\$ 8.565,80⁶⁴. Considerando gastos totais, referentes ao cercamento da área, sementes, mudas, irrigação com o poço artesiano, adubos e

⁶³ Informação disponível em: <<http://tnonline.com.br/noticias/maringa/66,325948,24,03,prefeitura-entrega-mais-uma-horta-comunitaria-amanha-em-maringa.shtml?refresh=true>> Acesso em 22 de abril de 2015.

⁶⁴ Disponível em: <[http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/uploadAddress/Horta_Comunitaria_de_Maringa_Inclusao_Social_e_Produtiva\[40003\].pdf](http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/uploadAddress/Horta_Comunitaria_de_Maringa_Inclusao_Social_e_Produtiva[40003].pdf)> Acesso em 06 de maio de 2015.

defensivos naturais, o valor fique próximo de R\$ 32.419,20⁶⁵.

Os trâmites necessários para implementação de uma horta comunitária iniciam com um documento de requerimento por parte da associação de bairro, ou organizações não-governamentais, direcionado ao poder Executivo, apontando já possibilidades de terreno acessível. Na sequência, uma vistoria técnica sob a responsabilidade da administração pública é realizada no local, averiguando a categoria do solo e o recurso da água. Nesta etapa, a preparação do terreno é executada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SEMUSP) com equipamentos mecânicos agrícolas e tarefas de infraestrutura, como a tração da terra, a divisão desta em leiras – retangulares pedaços de terra também chamados comumente de “canteiros” – sistema de irrigação, etc.

As famílias interessadas em trabalhar nos canteiros preenchem um formulário de cadastro, participam de reuniões de formação com técnicos gestores do programa no início dos trabalhos, a horta é inaugurada e um técnico funcionário da prefeitura permanece responsável por percorrer cada uma das hortas, periodicamente, acompanhando os ciclos das culturas produzidas e auxiliando na manutenção dos plantios. No começo do funcionamento de cada uma das unidades das hortas, a prefeitura acompanha mais de perto e sistematicamente.

A manutenção fica à cargo da administração municipal, responsável por encaminhar contribuições sob a forma de sementes, mudas, adubos, zelar por detalhes de infraestrutura, sobretudo na fase de implementação, realizar reuniões mensais com as famílias que participam, e ainda disponibilizar um representante técnico para assessorar os trabalhos desenvolvidos periodicamente⁶⁶. A tarefa de manutenção das hortas é compartilhada e reforçada também com a supracitada equipe multidisciplinar de universitários do CERAUP/UEM. Depois de estabelecidas as hortas há algum tempo, o intuito é que os próprios produtores envolvidos no projeto passem a se auto-gerir.

Apesar de as etapas necessárias para que uma horta comunitária tenha início serem as mesmas para todas as unidades, que devem obedecer ao mesmo procedimento, é possível compreender que elas apresentam variações entre si: conforme a procedência do terreno, se foi doado pela prefeitura ou fruto de parceria estabelecida com a central de energia elétrica; conforme a característica do solo, como sua produtividade, declividade; conforme a organização e a disposição dada em cada horta para o plantio dos diferentes tipos de cultura

⁶⁵ Palácios, *et al.* Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/d76dff2000c1.pdf>> Acesso em 06 de maio de 2015.

⁶⁶ Durante a realização da pesquisa, esse representante foi o engenheiro agrônomo José Oliveira Albuquerque.

alimentar; conforme o tamanho e a respectiva capacidade de comportar as famílias; conforme o entrosamento ou a desagregação das pessoas envolvidas em consonância ao êxito ou entrave da proposta comunitária; conforme o acúmulo, ou bagagem, de experiências antigas que os integrantes, sobretudo aqueles que se destacam como liderança, trazem de outros trabalhos coletivos; também conforme questões políticas, os produtores apontam que há predileções por parte da gestão municipal do programa; dentre outros fatores.

Depois de implementadas as hortas, na dinâmica cotidiana os sujeitos envolvidos seguem sua própria organização e rotina. Definidos os moradores do bairro e o respectivo espaço com os canteiros que lhes compete, cada um "se vira para cuidar", expressão êmica utilizada pelos produtores dos canteiros para indicar que eles mesmos devem adquirir as mudas caso a prefeitura não ofereça, estipular o horário de dedicação aos plantios, à colheita, devem obter adubo se necessário, encarregar-se da venda das hortaliças⁶⁷, etc.

O horário de funcionamento das hortas não obedece a mesma rigidez dos horários comerciais, foi preciso perder algumas viagens e dispor de alguma persistência no início dos trabalhos de campo para compreender o tempo de trabalho nas hortas. De forma flexível os produtores estabelecem suas escalas de conforme suas disposições, vão chegando a partir das nove horas, de um em um, e é quando se aproxima do horário de almoço que se fazem presentes, coincidindo também com maior recebimento do público externo, que se desloca até eles com o objetivo de adquirir hortaliças para as refeições. Cessado o movimento, os produtores se dispersam para suas casas e o trabalho nos canteiros só é retomado com maior fôlego a partir das 16 horas, prolongando-se até o escurecer do dia, quando recebem novo movimento de visitantes interessados em comprar as verduras, legumes e raízes para o seu jantar. No sábado e no domingo a dinâmica também se repete, e o fluxo de compradores também é grande, apontados como os dias da semana em que mais os produtores dos canteiros podem faturar com a venda das hortaliças.

Como o próprio nome do programa sugere, a horta é comunitária, a administração do espaço fica à cargo da comunidade envolvida, regida por um estatuto próprio. Internamente, de acordo com o tamanho, o terreno foi dividido em canteiros, que em reunião foram sorteados entre as famílias participantes, cada qual fica responsável pelo cuidado de canteiros especificamente determinados. Ao longo dos trabalhos, a disposição e ordenamento das famílias por esses canteiros ganha desdobramentos e implicações.

⁶⁷ O termo hortaliça é utilizado aqui em consonância à Resolução da ANVISA n.º 12 de 1978, para definir a planta herbácea da qual uma ou mais partes são utilizadas como alimento na sua forma natural, e pode classificar-se sob três distintas formas: a) verdura; b) legume; c) raízes, tubérculos e rizomas.

Eles recebem instruções e cursos básicos de formação sobre o modo de produção orgânica, há restrição quanto a utilização de venenos, fertilizantes e adubos químicos, proibidos pelo regimento das hortas. Todavia, não possuem uma cartilha que dite as regras de trabalho nos canteiros, muito menos alguém que fiscalize profundamente suas ações. Isso lhes confere liberdade de trabalho, que experimentem, inventem, alternem, decidam, por si próprios o que, o modo e onde melhor trabalhar em seus pedaços de canteiros. O que no cotidiano de trabalho permite que uma série de desdobramentos, atravessamentos entre os produtores se desenrolem. Trocam informações entre si e também opinam sobre o que é feito nos canteiros vizinhos.

Entre as múltiplas formas de organização do terreno e do espaço, uma delas consiste em dividir a horta em parte alta, destinada ao plantio de hortaliças que crescem significativamente em pés, e a parte baixa, destinada ao plantio de hortaliças mais próximas do solo, ou rasteiras. Em ambos os espaços de plantio segundo a narrativa dos produtores, eles se distraem, entretêm-se, passam as horas, o dia passa, e eles nem se dão conta. Este modelo foi adotado na unidade do Parque Itaipu, por exemplo, onde além do espaço originalmente planejado com 31 canteiros, durante a pesquisa foi possível presenciar também a inserção de novos produtores sendo integrados ao projeto com a expansão do terreno e ampliação do número de canteiros.

Os produtores de algumas hortas criaram estufas e passaram a desenvolver as próprias mudas utilizadas na produção de hortaliças, deixando de depender exclusivamente das doações que a administração pública ou a central de energia elétrica realizam. Produtores das demais unidades passaram inclusive a comprar suas mudas nas estufas dessas hortas.

4. CAPÍTULO III – ANÁLISES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM FLUXO

Este capítulo apresenta análises a respeito do trabalho de campo subdivididas em tópicos, a fim de organizar o texto. Contudo, a perspectiva adotada para a realização etnográfica e interpretação da cosmologia dos interlocutores com os diálogos foram estabelecidos, foi exercitada sob uma compreensão holística, em que só é possível compreender os programas de segurança alimentar e nutricional a partir do todo complexo que ele envolve para os seus titulares de direitos, como “fatos sociais totais”. (MAUSS, 2003) As categorias de análise que os interlocutores acionam em suas representações sociais decompõem o sistema e concomitantemente o reafirmam.

4.1. Representações sociais formuladas por titulares de direitos no Restaurante Popular

Um primeiro e imediato imagem sobre o Restaurante Popular de Maringá, pode imprimir sobre o local e todo o seu público frequentador, um ritmo de objetividade, simplicidade e homogeneidade. Ainda que por motivações diversas, as pessoas se dirigem ao “pop” – como é chamado vulgarmente por alguns maringaenses – com o objetivo imediato de realizarem uma refeição. Porém, o olhar mais detido revela que o espaço é pleno de aspectos simbólicos e diversos.

Em alguma medida, a proposta do programa homogeneiza os titulares de direitos frequentadores, impessoalizando-os de forma que ao chegar no recinto, a logística do restaurante encaminha o indivíduo à mesma dinâmica que os demais. Após subir as escadarias que dão acesso à entrada do Pop, logo há uma guarita, localizada antes da porta de entrada no refeitório. Nessa guarita há um funcionário responsável por vender o *ticket* individual que dá direito ao almoço. Após realizada a compra do ticket pelo valor de R\$ 2,00, logo ao lado é possível entrar no refeitório.

Da porta de acesso ao interior do refeitório, nota-se uma faixa divisória que organiza os frequentadores que chegam em uma fila, pela lateral do salão, e os levam em direção ao fundo do estabelecimento, onde estão posicionadas a equipe de funcionárias do restaurante e são servidas as refeições. Esta faixa divisória inibe que o indivíduo que está na fila lateral, passe para a grande área do refeitório, onde estão dispostas as mesas coletivas. Após caminhar no sentido da fila, ao chegar ao fundo do estabelecimento, primeiro se entrega o *ticket* que

vale a refeição a uma das funcionárias, posicionada exatamente para este fim. Em seguida, o indivíduo pega uma das bandejas das pilhas organizadas em cima da mesa, bandejas estas que são feitas de aço, com divisórias que formam os compartimentos das comidas. Ainda em fila, o indivíduo passa segurando e apresentando sua bandeja diante das guarnições onde as comidas estão servidas lado a lado. Funcionárias dispostas para servir as porções colocam dentro dos compartimentos. Depois disso, já servidos, as filas são desfeitas e os frequentadores estão livres para escolherem onde almoçar, em qual das mesas e acentos padronizados disponíveis ao longo de todo o recinto.

Esta sequência ritualizada a qual todos os titulares de direitos usuários do “pop” são submetidos é carregada de aspectos simbólicos, subjetivos e plenos, propícios à análise do que vem a ser o programa do Restaurante Popular em Maringá como um “fato social total”, uma forma inteira da realidade empírica, cuja inspiração remete a Marcel Mauss (1991). As representações sociais formuladas pelos titulares de direitos no restaurante popular acerca do programa que frequentam são engendradas nessa totalidade do fato social, e ao considerar o seu conjunto total, é possível apreender a sua essência

Não é preciso muito tempo de observação, para identificar sutilezas e algumas diferenças entre o público que o frequenta. São jovens, adultos, idosos, homens, mulheres, ocasionalmente crianças acompanhadas dos responsáveis, trabalhadores facilmente identificáveis por seus uniformes e em menor número há também aqueles que se vestem com trajes mais sociais.

Na experienciação do restaurante pelos sujeitos, as ideias que eles pensam e imaginam constituem a própria realidade do que vem a ser este programa no município. A dimensão desta perspectiva foi compreendida ao longo do trabalho de campo e também com as narrativas de oito interlocutores de pesquisa, descritas caso a caso a seguir.

O primeiro interlocutor foi Basílio, um jovem de 22 anos, estudante do ensino superior, trabalhador no bairro Cidade Verde e de estilo e aparência correspondente aos padrões estéticos. Ao ser indagado sobre o que achava da iniciativa do programa do Restaurante Popular em Maringá, declarou que apesar de fazer pouco tempo que o frequentava, menos de uma semana, achava a iniciativa “bacana” e “legal”.

O jovem contou que conheceu o restaurante por recomendação de seu avô, que o indicou sobre qualidade da comida e ao preço acessível. A ideia pareceu-lhe razoável e foi reforçada porque seu trabalho era às imediações da unidade. Ao indagá-lo sobre a frequência do avô ao restaurante, ele respondeu desconhecer, pois o avô mora no Mato Grosso e nunca frequentou o local. Basílio, no pouco tempo que conheceu, passou a frequentá-lo diariamente.

As representações sociais formuladas pelo rapaz sobre o programa foram expressas rasamente. Declarou confiar na comida por ter uma profissional da área de nutrição acompanhando todas as etapas das refeições servidas, o que dá credibilidade ao trabalho. Julgou o cardápio “bom” e “bacana” por incentivar o consumo de frutas como sobremesa e por “não ser permitido” o consumo de refrigerante, “apenas água, mais saudável”⁶⁸.

A localização do restaurante popular pelo interlocutor foi julgada da mesma forma, como “boa” e “bacana”, por estar entre a universidade e o centro, o principal eixo de estudantes e trabalhadores, segundo suas palavras. Perguntado quanto ao preço foi mais enfático: "Bom, muito bom. Muito barato. É uma comida boa e muito barato, compensa". Sobre o ambiente em que são servidas as refeições o rapaz declarou ser "bom, um lugar bem humilde, né, bem simples e isso é bacana, eu acho isso legal". Por fim, pensando em como a população de Maringá, no geral considera o restaurante, ele supôs que todos devem gostar, pois ele pode observar que frequentam o programa pessoas de todo canto, e julgou isso positivo.

A última indagação aos interlocutores do restaurante foi sobre como eles achavam que a população externa no geral, e que não possui contato direto com o programa, considerava a realização do mesmo. Esta pergunta foi a tentativa de apreender a representação social formulada pelos interlocutores por meio da projeção de suas próprias ideias e opiniões, transferidas para outrem, como se fossem genuinamente extrínsecas, a fim de comparar com as respostas oferecidas inicialmente na conversa, quando a pergunta foi direcionada para a opinião pessoal e particular de cada um sobre a realização do programa.

O segundo interlocutor foi Rogério, um simpático senhor com 57 anos, com pós-graduação, bem receptivo e franco no tom de suas falas. Contou sua história de vida, atuação na coordenação do polo de extensão de uma faculdade privada na cidade, divorciado, pai de dois filhos, um em Minas Gerais e outro no Maranhão, e julga possuir uma história solitária de dois anos em Maringá. Contou que se tornou frequentador assíduo do restaurante popular, por isso durante o tempo de realização da pesquisa de campo tivemos também outros reencontros.

A conversa se desenvolveu perguntando ao interlocutor se ele já havia escutado falar de SAN e depois demonstrou articulação e precisão em suas respostas. Associou sua compreensão com a higienização dos alimentos para consumo e também o “Manual das Boas

⁶⁸ Nos diálogos estabelecidos com outros interlocutores este mesmo ponto – a ausência de uma bebida acompanhando a refeição - foi espontaneamente compreendido de maneiras distintas, como será possível contrastar adiante nos relatos das entrevistas seguintes.

Práticas de Manipulação dos Alimentos”⁶⁹. Seu conhecimento também se expressou ao ponderar o que poderia ser feito para que as pessoas comessem melhor, afirmou a necessidade de adequar os hábitos alimentares à realidade, que, em sua opinião, deveria ser uma prerrogativa educacional orientada a quem está à frente da cadeia de produção de alimentos.

Suas opiniões foram entusiasmadas, acionou argumentos de crítica econômica ao governo e incorporou a perspectiva de respeito às opções culturais dos hábitos alimentares, ilustrando que aquilo que se come em Minas Gerais, sua terra de origem, difere daquilo que se come na Bahia e do que se come no Paraná.

Para Rogério, o restaurante popular representava a possibilidade de equilibrar suas calorias, porque em sua casa, declarou que não teria tempo e paciência para preparar sua refeição. Expressão sua opinião sobre o Pop, "eu não tenho muito luxo de comida, então, pago dois reais, acho que a comida aqui excelente" também é representativa para pensar que o público frequentador assíduo do restaurante popular não coloca grandes exigências sobre a refeição e o estabelecimento, julgando-os simples. O fator econômico persiste como o grande atrativo da proposta, e a qualidade da comida servida faz jus ao preço, cumpre com o esperado.

De acordo com a fala do interlocutor, seria mesmo possível defender que a unidade do programa em Maringá fosse mais atrativa em comparação com outras unidades, tais como de São Paulo e Minas Gerais. Isto se deve, argumentou, à abrangência do público-alvo. Nesses dois outros estados, devido a demanda ser maior, perde em qualidade para Maringá, que por sua vez ganha na edificação e no atendimento, por atender até o limite de mil usuários por dia.

A crítica de Rogério foi expressa quando analisou que o restaurante popular deixa a desejar em sua "assepsia", e caso a unidade já cumprisse plenamente este requisito, que pudesse transparecê-la mais. A parte arquitetônica, em sua opinião, também foi mal projetada quando deixou as pias dos lavabos interligadas ao bebedouro.

Quanto à iniciativa de ter um restaurante popular na cidade, o interlocutor considerou indiscutível. Afirmou não ser um favorecimento da administração municipal voltado à população, mas sim, obrigação, que todo o país que deseja adotar um projeto de

⁶⁹ O “Manual das Boas Práticas de Manipulação dos Alimentos” consiste em um regulamento técnico que estipula os critérios e parâmetros essenciais de boas práticas na produção de alimentos. Estabelece requisitos de higiene, as boas práticas na fabricação e prestação de serviços operacionais padronizados para alimentos e bebidas. O objetivo é prevenir e proteger a saúde do consumidor, do trabalhador e, ainda, preservar o meio ambiente. Mais detalhes disponíveis em: <http://www.paulinia.sp.gov.br/downloads/Cartilha_manual_de_boas_praticas_maipulacao_alimentos_final.pdf> Acesso em 25 de setembro de 2015.

desenvolvimento deve investir e prezar por esse tipo de política, no sentido de cumprir o seu dever mínimo, e “não tirar onda de favorecimento ao povo”, incrementou.

O interlocutor reitera a perspectiva da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de que se trata de garantir o princípio internacionalmente consagrado do DHAA, respaldado pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e converge com a opinião expressa pelo interlocutor de que saúde, educação e alimentação não são itens para que os gestores façam suas “políticas”, no sentido eleitoreiro, mas sim, no sentido de dever e responsabilidade para com a população.

Sobre a confiança na comida, Rogério asseverou que os cardápios eram dentro do que se esperava regionalmente e apesar de alguns deles terem nomes mais bonitos do que a correspondência à realidade, estavam “bons demais”. A localização também foi aprovada por ele, e considerou que assim como em Belo Horizonte, deveria haver mais duas unidades em Maringá, para atender, além da população em geral da unidade já existente, também os trabalhadores industriais, em uma região industrial e outra de prestação de serviços.

Outro ponto que o interlocutor esboçou foi uma crítica à associação que administra o restaurante popular em Maringá, que segundo ele, deveria passar por um ajustamento, não porque estivesse ruim, mas porque poderia melhorar e se superar. Mesmo porque, ressaltou ele, os frequentadores pagam dois reais, o valor mais alto com relação ao cobrado em outras cidades. Mas fez questão de deixar claro que suas críticas não eram por insatisfação, mas por vontade de ver a estrutura melhorar. Reforçou o desejo de que o restaurante universitário⁷⁰, vinculado à Universidade Estadual de Maringá, voltasse logo a funcionar, para que os alunos fizessem lá suas refeições e desafogassem a demanda do restaurante popular.

Indagado sobre como ele achava que a população via o restaurante popular, assegurou que as pessoas viam com o maior carinho, com verdadeiro respeito pela iniciativa, pois ele frequentava diariamente e a cada dia se sentava com uma pessoa diferente, conversava com diversos frequentadores, de trajetórias singulares, inclusive aqueles que vinham de outros municípios, e em todas essas ocasiões, ele só escutava as pessoas falando bem, nunca mal, por isso sua resposta foi incisiva sobre a qualidade do programa.

Catarina e Thiago foram outra dupla de interlocutores durante a pesquisa. Um jovem

⁷⁰ O restaurante popular de Maringá possui uma localização central, vizinha ao *campus* da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Durante o período de realização da pesquisa o Restaurante Universitário (RU) estava fechado para reformas já há no mínimo três anos, o que levava os universitários a realizarem suas refeições no “pop”. No recorte para delimitar os interlocutores da pesquisa, esses estudantes universitários não foram contemplados, tendo em vista que a justificativa para realização das refeições no “pop” poderia ser dada apenas em virtude da ausência da prestação do serviço na universidade, conforme conversas informais indicaram. Isso contrariaria o interesse da pesquisa de investigação de programas públicos de administração local.

casal, bastante solícitos e dispostos a falar. O encontro ocorreu em um dia de muita chuva que fez com que a conversa no restaurante popular se estendesse até o fim da tempestade chegar para irem embora.

Perguntados sobre o que entendiam por segurança alimentar e nutricional, falaram aleatoriamente sobre o controle, a higienização e a qualidade dos alimentos, de acordo com o modo como enxergavam tais questões. Esta pergunta introdutória logo oportunizou eles falassem sobre possíveis ideias para que as pessoas comessem melhor, e as propostas emitidas por ambos os jovens foram de criatividade e emancipação, com ênfase dada à investimentos em formação para a conscientização da população, a partir do poder que julgavam ter os meios de comunicação para isso.

Explanaram também sobre a importância de estabelecer parcerias com diferentes agentes interessados em promover tais avanços, dispostos a aderir aos projetos, fossem eles parceiros oriundos de instituições, restaurantes ou pequenos agricultores. Sobre estes últimos, falaram em especialmente que recebessem mais investimentos e atenção, para que novas iniciativas fossem promovidas. Como exemplo, a Feira do Produtor⁷¹, realizada duas vezes por semana, ou que ela fosse circulante, passando por diferentes bairros da cidade, para facilitar o acesso da população e inclusive subsidiar a instrução da população para as escolhas entre o que é um alimento de qualidade e o que não é, expondo a diferença entre alimentos saudáveis e aqueles "industrializados".

Ao entrar no assunto sobre a forma com que se alimentavam no dia a dia, declararam que quanto mais saudável é a comida, acreditavam também que mais caro seria o seu preço. Consideraram que o valor cobrado pelo alimento é proporcional a sua credibilidade. Isto dificulta, em suas opiniões, que a população em massa possa aderir à hábitos alimentares saudáveis, porque a lógica adotada ao constatar este fato diante das gondolas no supermercado responde ao imperativo de pagar sempre e apenas por aquilo que for mais barato. Apesar disso, eles afirmaram que fazem um controle de gastos em sua casa, e planejam o cardápio em função da filha, estimulando-a a crescer comendo verduras e legumes.

A pergunta sobre o que pensavam da iniciativa do restaurante popular foi respondida com bastante ânimo por Thiago. Ele afirmou que por ser autônomo já viajou por várias

⁷¹ A Feira do Produtor é realizada tradicionalmente no município três vezes por semana, às segundas-feiras, quartas-feiras e aos sábados. Acontece na região central da cidade, no estacionamento do estádio de esportes, com cerca de 150 barracas. Maringá conta com 43 feiras-livres por semana, realizadas em distintos bairros do município, de acordo com a gerência de controle de feiras-livres, vinculada à diretoria de agricultura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDE).

cidades brasileiras e por onde foi sempre perguntou da existência de restaurante popular. O fato de o trabalho no “pop” ser coordenado por uma nutricionista passa muita credibilidade à população, o que ele ressaltou como um benefício qualitativo, além do quantitativo, pela economia de dinheiro, já que o custo das refeições servidas é “reduzido”.

Em sua opinião, também afirmou que "deveria ser obrigatório por lei que a prefeitura criasse restaurantes populares pra cidade, por ser tão boa iniciativa e ajudar à tanta gente". Em Maringá, o restaurante “ajuda” ainda os estudantes⁷², além da população no geral, nas demais cidades que pôde conhecer, Thiago conta que viu a própria população sendo atendida, saindo com satisfação, sem ter do que reclamar. Julga que o “benefício” é excelente e o valor super econômico, com potencial de incluir também “uma pessoa mais humilde”, que pode almoçar, poupar dinheiro e ao final do mês consegue calcular um benefício enorme, em suas palavras.

Thiago afirmou enxergar o espaço do restaurante popular também como um possível espaço para exercitar a prática profissional dos jovens que estão se formando, onde podem colocar em ação a teoria aprendida a fim de ajudar “as pessoas que se beneficiam do programa”. Finaliza julgando uma “iniciativa excelente”.

Catarina, por sua vez, compreende que para ela, o restaurante popular é uma facilidade, pois ela sai de seu turno de estudos no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA), depois ela cursa uma capacitação profissional no Senac, ambos em Maringá, localizados no mesmo bairro, e no intervalo de um e outro ela pode ir até o restaurante popular para almoçar, junto com outros colegas, por apenas dois reais. Ela compara que fora dali, para realizar uma refeição não pagaria menos de R\$ 7,90, e multiplicado por todos os dias úteis, ficaria pesado no final do mês. O restaurante popular oferece uma refeição balanceada, eles saem de lá satisfeitos e por isso é uma opção viável, e a melhor para ela, pois está, em sua opinião, à altura de qualquer outro lugar em que tivesse que pagar mais caro para se alimentar. É interessante notar que a comparação realizada pela interlocutora toma como parâmetro primordialmente o preço pago para a refeição.

O casal compartilha que o modo como tomaram conhecimento da existência do restaurante popular foi de boca em boca, nunca viram investimento em publicidade para divulgação. Especulam que de repente, o motivo disso seria para não prejudicar outras empresas alimentícias da região, mas é possível ponderar pela limitada capacidade de atendimento à população, restrita à apenas mil refeições diárias. Eles testemunham a confiança na comida indicando que comeram. Complementam que não há nada de

⁷² Aqui uma distinção é tecida pelo interlocutor com relação ao público do restaurante popular, composto por diferentes perfis de frequentadores.

surpreendente nela, para esperar o comum de uma comida caseira, eventualmente, sem o tempero forte que eles estão acostumados.

O casal demonstrou-se constrangido por pensar que poderia haver pessoas que não comessem no restaurante popular por vergonha. Thiago considerou que por ser um trabalho social, as pessoas envolvidas dedicavam amor à prestação de serviço que faziam, doando seu tempo. Ao contrário do interlocutor anteriormente descrito (Rogério), o jovem demonstrou em sua narrativa uma percepção distinta com relação à existência do programa. Suas opiniões sugeriram até mesmo um nível de idealização sobre o funcionamento do serviço. Catarina reafirmou gostar do programa, porque tem fruta, aprecia bastante a salada, e o básico que é arroz e feijão, por isso não tinha do que reclamar. Aprovava a variedade servida, com exceção da laranja, recorrentemente servida como sobremesa.

Ambos estranhavam o fato de o restaurante servir em um dos dias de seu cardápio o frango empanado como mistura, que por ser um produto ultraprocessado, provoca desconfiança da procedência e qualidade do alimento. O casal avaliava que quanto mais saudável e natural fossem as refeições, melhor seria, advertindo que essa opinião não significava uma restrição ao frango, mesmo por se acreditavam se tratar de um alimento que geralmente agrada o paladar da maioria da população, mas preferiram que o frango fosse preparado de outra forma, mais próxima do natural e menos processado.

Thiago sugeriu que o espaço do restaurante popular pudesse ser mais bem aproveitado em parceria com a universidade, que está ao lado. Poderiam expor *stands*, informar a população, conscientizar para a alimentação, aproveitando a oportunidade do aglomerado e fila de pessoas para instruí-los um pouco mais, promover a qualidade de vida, inclusive por ser um centro popular, poderia “ajudar” ainda mais a sociedade, segundo ele.

Indagados sobre a localização, o casal expressou o mesmo consenso de aprovação de todos os interlocutores. Disseram que a localização é perfeita, pois o mínimo que se espera de um restaurante popular quanto a sua localização na cidade é que ele esteja no centro, para facilitar o acesso de diferentes segmentos populacionais, trabalhadores, estudantes, quem corre pelo centro a negócios e serviços. O jovem desejou que a depender da densidade populacional da cidade, deveria ter inclusive mais de uma unidade, implementada em locais mais distantes ou carentes, o que “beneficiaria” ainda mais pessoas, e ponderaram que Maringá já teria capacidade para tal.

No que diz respeito às insatisfações com o programa, Thiago objetou que o restaurante popular de Maringá foi o primeiro que ele conheceu a não oferecer suco, todos os demais que teve oportunidade de conhecer serviam, ou um copo, ou tinham uma máquina à

disposição do público frequentador para que se servissem a vontade.

Esse ponto deixa a desejar para ele, inclusive porque a unidade local é a que conheceu com o preço mais alto, no valor de dois reais, os demais cobravam entre cinquenta centavos e até o máximo de um real e cinquenta centavos.

Ponderou que o valor cobrado em Maringá ainda pode ser pago pelos público frequentadores, porém, já está fora do padrão de restaurantes populares de outros municípios. Especulando sobre as possíveis causas desta discrepância, o jovem afirmou não conseguir entender, mas associou o valor cobrado no restaurante com a “carestia do custo de vista da cidade”, no geral, como justificativa.

Como vendedor autônomo de cosméticos, Thiago reafirmou a importância de um programa como o restaurante popular em sua vida, como uma prioridade. Afirmou que por viajar bastante, passar por diferentes cidades, aonde ele chega, procura se informar sobre a existência do programa. Entende que o valor que ele gastaria consumindo “besteira”, ele economiza e come bem em um restaurante popular, retomando que esse é o seu entendimento sobre o que significa segurança alimentar. Saber que está comendo uma comida já se sobrepõe a um “lanche industrializado”, que não vai tão bem para a saúde e é mais caro, afirmou. Afirmando-se agraciado, ele disse:

Thiago: O pessoal que tá todo dia na batalha, eu acho que o melhor seria um alimento balanceado, equilibrado, e a comida proporciona isso. Isso então eu conheci vários lugares, uns menores, outros maiores, com pessoas mais humildes, devido a população, outros com pessoas mais bem vestidas, também, com estudantes, empresas, a gente vê uma diversificação dentro desses lugares, é bastante interessante... Aí você vê através disso, a confiança do povo também... E poxa, aí você vê o benefício realmente, quantos milhões de pessoas esses programas ajudam, no final das contas... É bem legal. Pra mim é um projeto que dá certo. Tem que ter parceria de restaurante com outras empresas, de mais faculdades, de equipes de nutrição, que seja, entendeu? Acho que é um modo aí de ajudar todo mundo, tanto na experiência como no serviço e no benefício de quem precisa. É legal!

Concordamos com a narrativa do interlocutor. A proteção a alimentação que o programa de restaurante popular implantado na cidade oferece aos cidadãos é garantida. A existência desse programa poderia ser assegurada por decreto legislativo, onde cidades acima de cem mil habitantes fossem determinadas a apresentar uma unidade. Com os devidos cuidados sendo respeitados em sua estrutura física, com a logística, a assepsia, a acessibilidade, fossem respeitados. E uma vez implantado, com a devida manutenção do serviço prestado. No que tange ao preço cobrado de seis frequentadores, se faz necessário salvaguardar sempre o princípio de funcionamento do programa: ser popular. Fazer jus ao que a população em situação de vulnerabilidade consegue ter acesso. E uma vez estabelecido esse valor, que ele contemple não apenas a refeição de qualidade, como contemple também a fruta

servida e a bebida acompanhadas.

Sobre a estrutura física do prédio, o jovem, bem comunicativo, também despontou a desabafar que aprova. Entre os demais restaurantes populares que conheceu, afirmou que viu prédios que mais se assemelhavam a galpões, colocaram algumas cadeiras e por serem quase de graça nestes casos, aquilo já parecia ser bom. Contou que conheceu outra unidade que, ao entrar, nem dizia que era um restaurante popular. Sua análise é de que o espaço não precisa ser chique, glamoroso, ostensivo, basta ser confortável para que as pessoas possam comer, com frescor e tranquilidade. Aprovou a estrutura de Maringá.

Catarina mencionou comparações que seriam realizadas entre a comida que é servida na unidade com a "comida de hospital", e por isso vê a necessidade de divulgar mais sobre o trabalho. Confessa, ao término da conversa, ser difícil e cansativo mudar a opinião das pessoas que são contrárias ou preconceituosas com o restaurante popular.

A interlocutora demonstra a falta de um reforço positivo atrelado ao serviço prestado no programa do restaurante popular. Esta lógica o atinge como uma política ofertada pelo Estado, que executa uma responsabilidade básica e primordial à manutenção da vida com o oferecimento das refeições. O termo “popular”, assim como o termo “público” soa improdutivo para muitos cidadãos que se sentem menores por depender do programa público. E esta discussão é profícua sobre os possíveis elementos subjetivos e objetivos envolvidos nessa concepção da realidade. Interessa neste momento do trabalho reafirmar que a necessidade de um reforço positivo associada ao restaurante popular interfere na representação social formulada sobre ele, muitas vezes como um lugar simplório, insosso, asséptico – mais do que o seja, talvez, na prática, pois se é esta a representação social presente no imaginário da população, ela se concretiza e se materializa em realidade.

Outro conjunto de entrevistados foi composto por dona Joana e senhor Danilo, simpático casal de idosos moradores do Jardim Tropical, em Maringá. Ela, com 70 anos, disse que sua ocupação era o artesanato, fazia cachecol, colares, almofadas, cuidava do quintal, da casa e assim, trabalhava “o dia todinho”. Ele, com 69 anos, disse que fazia comida para ela e lavava a louça.

Quando ouviu falar em segurança alimentar e nutricional, Sr. Danilo examinou uma resposta sobre o que entendia e simplificou que para ele significava se precaver, no sentido de equilibrar a alimentação com itens saudáveis, tais como verduras, frutas, saladas, não ingerir muito óleo ou comer muita carne gordurosa, alimentar-se de peixe. Depois de esboçar a ideia de uma dieta controlada, ele confia porém, que não é tão regrado assim. No dia em que a conversa se desenrolou, o cardápio servido no “pop” foi feijoadado e ele se diverte contando que

comeu à altura. Dona Joana por sua vez, afirmou que o importante para ela é não comer fora de hora. Ao contrário de seu companheiro, ela não dá a mesma importância para a presença da carne nas refeições.

Refletindo sobre o que poderia ser feito para as pessoas comerem melhor, o primeiro fator apontado segundo a opinião de Sr. Danilo, foi o preço dos alimentos, que deveria “ser abaixado”. Para justificar, ele compartilhou com entusiasmo e indignação que morou durante 35 anos na capital de São Paulo trabalhando em restaurante, se aposentou por idade, aos 65 anos. Entendia o Paraná como um estado agrícola, dotado de grandes extensões de terras destinadas à plantação e também onde o custo para se alimentar “deveria ser mais em conta”. Na capital paulista, julgava ser mais fácil, pois comia de tudo o que a classe média também comia. Em Maringá não via essa possibilidade. Quando ia comer, o primeiro pedido que fazia, era “que não faltasse na mesa de ninguém”, incomodava-o saber que alguns podem comer e outros não.

O senhor continuou contando junto com Dona Joana iam ao restaurante popular porque fora dele, em nenhum outro lugar conseguiriam se alimentar por dois reais, trata-se da opção mais barata. Desabafou que tinha dias em que a comida servida não tinha muito sal, mas entendia que era justamente por ser destinada a idosos como eles. Descreveu ele que esses motivos os levavam diariamente a pegar ônibus “circular” e se deslocarem de seus bairros até o restaurante, já que também não pagavam mais a passagem⁷³. Assim era mais fácil para eles, concluíram.

O interlocutor calculou, porém a situação de outras pessoas, que não possuíam gratuidade no transporte. Elas precisariam pagar no mínimo dois ônibus, um de ida e outro de volta, no valor total de R\$ 7,00 das passagens, somado com R\$ 2,00 do valor cobrado no *ticket* da refeição. Sr. Danilo se escandalizou ao chegar no resultado de R\$ 9,00, enfatizando que daria quase R\$ 10,00, em apenas uma refeição. Transpôs esse raciocínio para demonstrar o quanto ficaria inviável que outro perfil de frequentadores, que não fossem idosos, aposentados, almoçassem como eles no restaurante popular diariamente.

Dá para notar entre o casal de idosos que eles se empoderaram da iniciativa do restaurante popular a partir da exposição de seus seguintes argumentos: consideraram que a comida servida era preparada especialmente para eles, atestada pela redução na utilização de sal para que não comprometesse suas saúdes, devido à idade avançada que possuíam; e também considerando o investimento necessário para que a população maringaense se

⁷³ Direito assegurado à gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, por meio da Lei Federal n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003.

deslocasse de diferentes bairros até a unidade do programa, concluíram que o programa facilita o perfil de frequentadores deles, aposentados.

Dona Joana, ao contrário, contesta a fala do companheiro com a expressão de seus valores, que não acha nada que seja destinado para a alimentação caro. O que a revoltava era que as pessoas comprassem “um maço de cigarro” pelo mesmo valor ou “uma garrafa de pinga”. Segundo ela, “para alimentar a saúde, o corpo físico das pessoas, não acho nada caro”.

Este tipo de pensamento expressado pela interlocutora trazem aspectos morais muito fortes e bem demarcados, e também de valores, como a rejeição aos vícios da nicotina e do álcool, equiparando-os ao mesmo tom de gastos que poderiam ser destinados à alimentação. Além disso, conversas informais com outros interlocutores deste mesmo recorte geracional, acionam, muitas vezes memórias de um passado de restrições de ordem orçamentária que comprometiam o consumo de determinados itens alimentares, ocasionando em privações no padrão de vida. Hoje o efeito desse passado faz com que haja uma brecha entre a oportunidade de acesso e a análise crítica do preço dos produtos.

Ansiosa para expressar sua opinião sobre o restaurante popular, a interlocutora enfatizou que o programa “ajuda muito a população”, e indicativo disto era que estava “sempre cheio”. Sr. Danilo reafirmou a utilidade do programa dizendo o quanto ele “ajudava os estudantes, que as vezes só faziam aquela refeição durante o dia inteiro”. Contaram que foram até o restaurante por indicação de parentes e vizinhos, e calcularam que frequentavam desde quando o preço cobrado ainda era R\$ 1,50, ou seja, desde antes de dezembro de 2012, quando o aumento no valor dos *tickets* subiu para R\$ 2,00.

Sobre a aprovação dos cardápios oferecidos, Sr. Danilo afirmou que apesar de o arroz, o feijão e a laranja, serem sempre os mesmos, julgava “legal que vai mudando a misturinha”. Tinha dias que eles gostavam e tinha dias que “não gostavam muito”. Mesmo assim não chegavam sequer a reclamar, por entenderem que o preço cobrado era de acordo, então em todos os cardápios eles demonstravam estar bom e agradável, aprovavam as opções servidas. Mesmo que houvesse dias que julgassem a comida “sem sal, sem tempero”, os interlocutores optavam pelo restaurante popular porque representava “uma saúde” para eles. Se fossem preparar o almoço em casa, preparariam um prato calórico, gorduroso e isso não seria bom, com reflexo inclusive em seu sono, disseram.

O casal afirmou ainda confiança na comida. Juntos frequentavam o restaurante popular diariamente já que não pagavam a circular, de segunda à sexta-feira, assim economizavam dinheiro, pois todos os almoços da semana saiam por apenas R\$ 10,00 para cada um deles. Apenas sábado e domingo, sem o expediente do restaurante popular, o casal

cozinha em casa. Consideravam o local apropriado, apesar de julgarem que se tivesse mais estacionamento para carros seria melhor para a população acessá-lo. Reclamaram das escadarias que a intermediação da rua do restaurante popular, pois elas dificultam o acesso de idosos.

Dona Joana em diversos momentos da conversa fez agradecimentos a Deus pela realização do programa do restaurante popular. O registro da gravação de áudio da conversa permite a análise da expressão de suas representações como um grande favor ter a unidade do “pop” à serviço da população maringaense. Na fala de Sr. Danilo é possível observar a mesma percepção, porém não vinculada ao plano sagrado, apenas como um favor, expresso, por exemplo, na seguinte fala:

Sr. Danilo: Não podia ser melhor... Não pode, né? Pra dar mil e quinhentas refeições em um almoço eu sei que não é fácil... eu trabalhei também com Buffet com festas aqui no Paraná, dez anos, e eu sei o tanto que é difícil, não é fácil não trabalhar com alimentação, nossa senhora... Você pode ver, sempre tem gente ali servindo porque eu acho que eles pegam extra, né? Então tem que avaliar... Você vai lá e não tem papel então não tem o que reclamar, já acabou...

Ao término do diálogo, perguntados de que forma achavam que a população via o restaurante popular, o senhor respondeu que via como um modo de gastar pouco e se sentir bem, deveria ter mais de um em Maringá, se fossem três unidades, todas elas seriam bem frequentadas. Atestou que o próprio casal já passou pela situação de chegar para almoçar, mas por ter muita fila, tiveram que aguardar. Supõem que se fossem funcionários empregados com horário de almoço demarcado, isso não seria possível.

A sétima conversa foi estabelecida com Raquel, uma simpática cozinheira, com 45 anos, casada, mãe de dois filhos. Suas falas expressaram as representações sociais sobre o restaurante popular, representou os frequentadores de outros municípios ao programa, pois ela era moradora de Sarandi, município vizinho de Maringá, declarou também ser uma compradora das verduras produzidas nos canteiros das hortas comunitárias e descreveu ainda o seu vínculo com o supracitado programa do “Banco de Alimentos” de Maringá. Essas inserções da interlocutora fizeram dela uma grata surpresa para a pesquisa.

A conversa estabelecida foi produtiva, iniciou contando que o seu vínculo com o Banco de Alimentos ocorria em função de sua participação semanal, às quintas-feiras, em Sarandi, da preparação de uma sopa destinado à população carente ou em situação de vulnerabilidade sarandiense. Detalhou ela que os ingredientes leguminosos utilizados no preparo do “sopão” eram obtidos junto ao banco, e os demais ingredientes, macarrão e temperos, eram obtidos até então junto à paróquia da catedral católica maringaense.

Raquel desabafou, porém, que devido a uma contenção de gastos por parte da

paróquia, a doação desses condimentos foi cortada e ela e as demais participantes voluntárias da iniciativa estavam buscando outras formas de não deixar o projeto da sopa esmorecer.

A interlocutora descreveu a organização do programa do Banco de Alimentos em Maringá: comerciantes dos *stands* de vendas da Ceasa concentram suas doações de alimentos que não seriam mais comercializados no banco, que consiste em um galpão onde trabalha uma equipe destinada a receber, avaliar e separar as verduras ainda em situação de consumo para doação às diversas entidades assistenciais de Maringá, tais como albergues, asilos, lares comunitários de crianças. As entidades, por sua vez, enviam seus representantes à Ceasa para buscar e levar quantidades desses alimentos doados proporcionalmente ao público que atendem.

Como o grupo de mulheres voluntárias que preparam a sopa, ao qual Raquel pertence, não se enquadra em uma "entidade", com registro de CNPJ, elas podem receber do banco apenas duas caixas de alimentos, que contém uma pequena quantidade de cada tipo de legume. Mesmo com o corte da pastoral, elas não deixaram de preparar a sopa, que rende cerca de trezentos litros a cada quinta-feira. Relata entusiasmada que não sobra nada, quando sobra, rateiam entre os próprios vizinhos, por serem moradoras de um bairro carente.

A luta travada por esse coletivo de mulheres para manter a iniciativa da sopa, mesmo depois do desapoio da paróquia, é sintetizada na seguinte fala da interlocutora:

RAQUEL: a Pastoral daqui [Maringá] fornecia os panelões, os pratinhos, o macarrão, o óleo, o gás, que foi pesado pra gente, porque a gente teve que ir atrás de doação do gás, e a miudeza: sal, *sazón*, caldo *knor*, a miudezinha, alho... E daí, eles simplesmente mandaram um ofício, dizendo que não ia, que era pra gente procurar a Paróquia de lá [Sarandi]... *Aí fomo* na Paróquia de lá da cidade, o padre falou que já tinha as doações no lugar certo, que não podia fazer mais uma despesa, que precisava fazer uma reunião com o povo, *ta ta ta*... A gente foi se virando da forma que deu, ainda tinha um pouco de macarrão daqui ainda e a gente foi atrás de algumas pessoas da cidade que conseguiu financiar em dinheiro algum, algumas doações e a gente comprou pra quinta-feira agora...

Esse depoimento dado por Raquel é rico de significado por demonstrar como que essas iniciativas de caráter público, não só p restaurante popular e as hortas comunitárias, prioritariamente enfocados aqui, como também o banco de alimentos e demais programas da Segurança Alimentar e Nutricional, se articulam na realidade cotidiana. Seu depoimento expressa como e de que forma tais iniciativas se entrelaçam com a vida das pessoas tão bem dispostas a fazer cumprir o propósito do DHAA e os entraves enfrentados por estas para fazer cumprir seus propósitos.

Uma rede de relações sociais é travada, envolvendo mulheres da sociedade civil, voluntárias, não organizadas em associação, os comerciantes doadores de alimentos ao banco, a equipe da Ceasa que trabalha nesta função, parcerias que travadas com demais agentes, tais

como os membros das pastorais e por fim, e não menos importante, aqueles que são o alvo de todo o esforço e mobilização, a população de rua em situação de vulnerabilidade.

É essa narrativa que expressa a real dimensão entre a política regulamentada e a política executada em âmbito local, que interessa ser enfatizada para valorizar a ideia da política Nacional de SAN. Após detalhar o trabalho desempenhado, Raquel iniciou a conversa sobre o restaurante popular. A narrativa sobre como conheceu o programa foi da seguinte forma:

Raquel: Ai, como, as outras pessoas contando, o meu cunhado mesmo, ele trabalha aqui perto, ele só come aqui, aí ele fala: Ah tem dia que não tá muito bom, mas tem dia que tá ótimo... Então, as pessoas, o boca a boca, várias pessoas que comem aqui, falam Nossa, eu comi lá, eu gostei, não é aquela coisa, assim, não é aquele prato que a gente está acostumado a fazer em casa, mas sustenta, né? Foi assim, pessoas comentando...

A interlocutora afirmou que por segurança alimentar entendia a necessidade de cuidados com a higienização dos alimentos e também que estes devem ser apropriados para o consumo da população. Ela confidenciou que apesar de ser cozinheira, não costumava comer “o famoso colorido” divulgado pela perspectiva nutricional, e se alimenta de muita besteira, diferente do marido, que preza mais pelo consumo de legumes e saladas.

Sobre o restaurante popular ela considerou “uma maravilha” a sua existência, e para atestar, imaginou como seria penoso caso tivesse que se deslocar de Sarandi à Maringá e ter que voltar para casa para almoçar, depois ir à Maringá novamente para terminar de resolver seus afazeres, ou então ter que pagar caro para se alimentar, ou mesmo ficar em jejum para não gastar. Em todas as hipóteses, concluiu que seria muito inviável e complicado, mesmo porque acontece de ela chegar até o centro maringaense apenas “com o dinheirinho da passagem pra voltar embora”, portanto considera muito bom pagar uma pequena quantia no “pop” para almoçar, sair satisfeita, ciente de estar bem alimentada e também confiante da refeição feita, pois sua preocupação é com a qualidade por parte do pessoal envolvido no preparo e oferecimento das refeições.

Raquel contou que foi por intermédio do cunhado que ouviu falar sobre o restaurante popular, por ele trabalhar nas proximidades e fazer lá diariamente diariamente as suas refeições. Ao convidá-la, o cunhado já externalizou a representação social mediana a respeito do programa, afirmando que haver dias em que o cardápio não era muito bom, mas haver dias também em que era ótimo. Depois de comprovar, a opinião de Raquel foi de aprovação, sem grandes entusiasmos, porém com a tranquilidade de sentir-se saciada e confiante na comida.

A frequência com que disse estar se alimentando no “pop” era rara, por estar sem desempregada, o que fazia com que não fosse muito à Maringá. No período em que estava

empregada, porém, ela se alimentava diariamente. Afirmou que nunca houve nenhum motivo que a descontentasse gravemente, mas sente a necessidade de mais organização e também de delicadeza para servir a população. Sentia agressiva a forma como a comida era colocada no bandeirão dos frequentadores, soava-lhe hostil. Chegou à afirmação de que "tá colocando comida pra pessoas comerem, não é pra porco não, então eu acho que deveria ser um pouquinho mais organizado aquela parte, ali".

Isto porque a equipe que trabalha no restaurante servindo a comida na bandeja da população tem uma demanda a atender na fila de frequentadores quase sempre extensa, além disso as comidas são servidas em um cálculo de porção por colheres, então mesmo que uma pessoa deseje comer grande quantidade, as colheres são colocadas rapidamente, de pouco em pouco. Assim como outros interlocutores reclamaram, ela também considerou a necessidade de melhorias nos bebedouros, banheiros e nas pias para higienização das mãos.

Fora esses incômodos, Raquel julgou "tranquilos" o ambiente, o espaço e a variedade do cardápio. Quanto ao preço, a interlocutora compreendia que dois reais era uma quantia "irrisória". Finalizando a conversa, considerou que a população no geral enxergava o restaurante popular como um lugar mais barato para comer e que gera satisfação, uma forma de economizar, sobretudo pensando nos estudantes frequentadores do programa.

O último interlocutor cujo diálogo roteirizado e gravado foi estabelecido, foi Douglas, um morador de Maringá, com 33 anos, casado e pai de 2 filhos. Sua profissão é eletricitista e encanador, mas também se ocupa como produtor rural, planta mandioca e vende para indústrias de fecularia.

Sobre sua dinâmica estabelecida para almoçar, ele contou que sua esposa almoçava na própria empresa onde trabalhava, ele então sozinho, para não fazer comida em casa, ia ao restaurante popular.

A compreensão sobre segurança alimentar e nutricional estava vagamente presente no entendimento desse interlocutor. Para defini-la, porém, ele relatou fatos e exemplos que se vinculavam diretamente ao conceito da SAN. Opinou que para as pessoas comerem melhor deveria haver distribuição de renda e ilustrou sua compreensão falando da obrigatoriedade que possuía enquanto produtor de mandioca, de certificar todo o processo da produção, desde a fogueira, o adubo, o transporte, até a fecularia, a fim de informar aos clientes finais que consumiriam o produto, qual era a sua procedência.

Concluiu que para todos os outros itens alimentares a obrigação de certificar, fiscalizar, informar, deveria ser exatamente a mesma e instruir a população, não apenas sobre a procedência, como também sobre a qualidade do produto. Isso evitaria certos equívocos que

ele exemplificou narrando a notícia de que uma transportadora foi barrada porque carregava diferentes tipos de produtos de uma só vez, sem o devido cuidado a respeito das especificidades no transporte, embalagem e conservação de cada item. Imaginava que esse tipo de atenção também envolva segurança alimentar, pois entendia que o transporte e o armazenamento são dois fatores importantes.

Sobre o restaurante popular ele afirmou ser “bom”, frequentar “bastante”, sempre que tem algum trabalho na região. Considerou a alimentação balanceada por não ter frituras, e parabenizou essa qualidade por parte da equipe. Porém, colocou em dúvida a exploração da quantidade de tempero, por entender que o preparo em grande quantidade poderia perder a qualidade e os atributos próprios da comida caseira. Apesar disso, mantém a opinião de ser balanceado, organizado e confia nas refeições servidas.

4.2. Representações sociais entre os produtores dos canteiros sobre as Hortas Comunitárias

4.2.1 Quem são os participantes envolvidos

Os participantes das hortas comunitárias são pessoas de singeleza aparente, revelada não apenas pela indumentária utilizada para execução do trabalho nos canteiros mas sobretudo, pela linguagem falada e gesticulada no entendimento do povo. Homens e mulheres que, no geral, não possuem outra forma de ocupação, são em sua maioria idosos, aposentados, pensionistas, apesar de abarcar também, minoritariamente, participantes que se dividem entre um emprego formal e a produção dos canteiros, assim como alguns trabalhadores autônomos.

Ao longo do percurso etnográfico, diversas foram as conversas estabelecidas com os produtores dos canteiros, tanto com aqueles presentes na horta desde a sua fundação, no início da implementação do projeto, quanto com aqueles que ingressaram posteriormente, iniciando suas atividades depois que as hortas já haviam sido inauguradas.

Os sujeitos costumam ser moradores do próprio bairro, ou conjunto de bairros, que localiza a horta e dá nome à ela. Logo de saída, isto faz com que eles compartilhem familiaridade com a região, fortaleçam o sentimento de pertencimento ao local, reconheçam e acostumem-se com as fisionomias que por ali circulam, com as referências e (re)formulem constantemente as representações sociais criadas a respeito daquele espaço.

Há grande diversidade na história de vida de cada um dos participantes das hortas.

Bem dispostos a conversar, diante do sinal de escuta, eles abrem o coração e fazem questão de narrar o percurso transcorrido de suas vidas até o momento da pesquisa. Muitos deles se confundem na história do próprio município, moradores há muitas décadas do mesmo local da cidade, ou, mesmo que residentes de bairros diversos, nascidos e crescidos maringenses, eles ajudam a reforçar o testemunho dos processos de transformações que a cidade sofreu. Há também as histórias de vida daqueles que são mais recentes em Maringá, chegaram de outras regiões, de municípios vizinhos ou de outros estados, não há tanto tempo como os anteriores, porém, sentem-se melhor acolhidos na cidade por meio horta.

Conhecendo no decorrer da pesquisa as trajetórias individuais percorridas, foi possível identificar que esses participantes guardam, em alguma medida, um passado de familiaridade com a atividade de plantio na terra. Contaram que trabalharam no sítio, foram criados na roça, cresceram entre plantações, os pais eram da lavoura, sobreviviam da produção da agricultura e outras histórias de vida que convergem.

Os desafios pretéritos enfrentados com a terra e as plantações, suas únicas fontes de sustento em um passado de amargura, abatido com a chuva, a geada, ou a seca, quando perdiam por completo seus esforços, deixando-os na miséria, são provações que parecem não mais assombrá-los nas condições atuais de atividade nas hortas comunitárias. É um trabalho, sério, dispendioso, mas que nesta altura de suas vidas não representa mais a única fonte de sustento, a única possibilidade de adquirir comida, e sim de somar a um orçamento que já dispõem, ainda que o parco valor da aposentadoria de um salário mínimo.

Vitor: E é uma maravilha pra gente, é um privilégio. Então a gente dá graças a Deus, na idade que eu to, tenho trabalhado bastante, sofri bastante com geada, com seca, muita coisa na roça, mas to até aqui enfrentando uma boa, graças a Deus. [riso] Que mais uns dias, né?

A atividade desempenhada pelos produtores nas hortas foi constantemente tomada enquanto “trabalho”, como uma categoria êmica. Dentre os diversos momentos dessas afirmações: ao mencionarem a beleza da horta depois de plantada e a dureza da agricultura embutida no trabalho para tal; no relato sobre o combate do alastramento da tiririca, uma praga da agricultura; no cálculo sobre os ganhos obtidos com os canteiros, quando afirmam que na ponta da caneta a atividade dá mais prejuízo devido a necessária dedicação de tempo e paciência, do que lucro propriamente; e etc.

Diferente, porém, da habitualidade, obrigatoriedade e subordinação que o “trabalho” formal aciona, compreende-se que o envolvimento com a atividade das hortas ocorre de maneira disposta, voluntária, espontânea. Os agricultores envolvidos na horta podem deixar o

programa a qualquer momento que se sintam insatisfeitos e descontentes, ou apenas caso queiram cessar suas atividades, sem qualquer tipo de ônus. Como compreender então a seguinte fala de um dos interlocutores:

Vinícius: Então a gente, que nem eu trabalho aqui, o que eu ganho é esse e as coisas assim, que é vendido, mas não é lá grande coisa, a gente faz porque gosta, né... A gente faz porque gosta e gosta de ver as coisas bonitas.

Alguns dos questionamentos que marcaram a pesquisa de campo foram: Se o ganho não é tão relevante assim, se o trabalho é grande, então Vinícius e os outros interlocutores gostam de quê, gostam da “beleza”? Apenas ela já seria suficientemente motivadora? Do que eles gostam? Se gostam, gostam por quê? A postura para a compreensão da fala do interlocutor Vinícius e demais colegas, foi de estranhamento e problematização, de imersão na cosmologia dos produtores a fim de apreender os elementos subjetivos desta ideia enfaticamente afirmada de que o trabalho ali é uma luta constante, da qual eles não se desvinculam. Estes trechos, entre outras conversas estabelecidas ao longo da pesquisa, revelam o valor atribuído à atividade como um comprometimento, do ponto de vista laboral, e ao mesmo tempo, uma ocupação, de caráter recreativo. O trabalho desempenhado nas hortas exige esforços, perseverança, coragem, paciência, dedicação, persistência, e por tudo isso ele é constantemente (re)afirmado, pois também oferece ao mesmo tempo a sua gratificação, alegria e prazer. É pela totalidade complexa, envolvida de um extremo a outro, que denominam “trabalho” e se mantêm ativos.

Com a chegada à velhice, a tendência para os indivíduos é que |reduzam paulatinamente o seu convívio em sociedade, afrouxam-se as relações com outros sujeitos, e esmorecem suas redes de interações sociais. Lógica aplicável também aos que se encontram afastados do mercado de trabalho, pensionistas, ou economicamente inativos, pois o afastamento do trabalho significa um espaço a menos de convivência para o indivíduo.

A fala dos interlocutores expressa que a inatividade trás desprazer, ociosidade, sensação de inutilidade. Mesmo porque, a prática do trabalho, eles afirmam, sempre foi um imperativo em suas vidas, de forma que a sua ausência causa agonia, desconforto, impaciência, inclusive após desvencilharem-se da obrigatoriedade do trabalho, uma vez adquirida a aposentadoria, reafirmam o desejo de permanecer na atividade, como forma de descanso e aproveitamento da última fase da vida, e ingresso à terceira idade, sentindo-se úteis e ativos.

Vitor: Olha eu sou do começo da horta, aqui. Desde 2010. Comecei no dia dez de

abril de dois mil e dez. Quatro anos já vai. Trabalhando aqui, no maior prazer, alegria que é. É um prazer grande, né, trabalhar! Agora aposentei, mas como eu fiquei um mês à toa, já estava ficando agoniado, porque a gente sempre gostou de trabalhar, NE, na lavoura. E apareceu essa horta pra mim, foi um privilégio, graças a Deus. E to aqui trabalhando até hoje, com a maior alegria, né, produzindo essas coisas lindas que a gente tem aqui, sem agrotóxico.

Vinícius: Agora se quase não preciso, depois que eu aposentar, menos que eu não preciso mesmo também! Aí eu vou trabalhar porque eu gosto. Não andar de bastante também porque aí eu não vou aguentar também, né? É, daí só por Deus que eu não vou ter aquele gás todo não, mas aqui dentro. Põe uns banquinho aí, prepara uma sombrinha e sento e fico tranquilo, numa boa... Tô ali, tal, sento, lavo as bandeja, deixo tudo no jeitinho, aí você vende.

Estes depoimentos, como outros trechos das conversas estabelecidas, revelam o valor atribuído à atividade como um comprometimento, do ponto de vista laboral, e ao mesmo tempo, uma ocupação, de caráter terapêutico e recreativo.

Perguntados sobre a mudança que as hortas comunitárias promoveram em suas vidas, os produtores reconhecem o impacto. O programa protege e garante a população em múltiplos quesitos, entre os principais pontos mencionados pelos interlocutores estão o aumento do consumo de legumes, verduras e raízes, como também a promoção da qualidade ingerida. O público assegurado é composto, primeiramente, pelos participantes envolvidos no trabalho de produção dos canteiros e a extensão familiar que possuem – incluindo conjugues, filhos, netos, primos, irmãos, sobrinhos – e também a população externa em geral, por meio da compra das hortaliças produzidas nos canteiros, já que a proximidade das hortas para a população local, dispondo de unidades localizadas em diversos bairros do município, também fomenta o consumo entre os compradores. A comestibilidade adotada por eles, expressa por uma perspectiva culinária as relações estabelecidas com a cultura, o meio ambiente e com o mundo. (SAHLINS, 1979).

A alimentação dos produtores melhora com o trabalho desenvolvido nas hortas, quantitativa e qualitativamente, pois consomem verduras e legumes de confiança, produzidos por eles, sem utilização de veneno agrotóxico, e também em diversidade, uma vez que eles obtêm acesso a uma variedade de produtos. Das hortas eles “tiram o de comer”, e isso ocasiona também diminuição dos gastos com comida no mercado, apontados em até R\$ 70,00 por semana, já que não pagam mais pelas hortaliças que comprariam se não fosse a horta.

A comercialização dos itens alimentares excedentes dos canteiros, depois de retirados os de consumo pessoal, proporciona ainda um complemento de renda que possuem, e entre os benefícios, soma-se ainda o próprio fato de oferecer uma atividade laborativa para os sujeitos envolvidos; uma forma de ocupação que é bem representada aos olhos da população, que devolve aos participantes envolvidos a sociabilidade em sua totalidade, além de ser

qualificadora das refeições de toda comunidade envolvida.

Antonio: Ah, mudou! Bem melhor! Sabe por quê? Como eu falei pra você agora pouco, a gente passou a comer mais legumes, né? Graças a Deus sempre comeu a comida necessária, carne, essas coisas, mas agora, minha mulher, a nutricionista falou pra ela comer bastante legume, que ela fez regime para emagrecer e nesse regime que ela fez ela emagreceu vinte kilos.

No envolvimento dos produtores com a horta comunitária, entre os prazeres promovidos, foram relatados momentos de relaxamento, tranquilidade e calma, quando encontram-se entre os canteiros, ou sentados embaixo de uma sombra, ou abrigados junto aos colegas vendo a chuva cair e aguardar a plantação, ou ainda, no banco da conversa improvisado com tocos de árvores e madeira rústica, exercitando o diálogo com os companheiros de trabalho. Uma série de satisfações foram descritas pelos interlocutores como a razão pela qual valorizam a realização do programa.

Além de complementar a renda e do caráter terapêutico, as hortas podem ser pensadas também como uma maneira de revisitar o passado, exercer novamente uma atividade de lavoura há muito tempo aprendida, porém, aqui, de forma harmoniosa, reforçando apenas aquilo que preserva de agradável. Permanece encarada pelos interlocutores como um trabalho sério, dispendioso, porém, que não representa mais a carga de privação, dificuldade financeira, restrição, exclusiva fonte de sustento, a única possibilidade de adquirir comida, como no passado, extremados pelas intempéries das lavouras.

Os interlocutores contam que a horta privilegia ao devolver-lhes a alegria da produção, de plantar, cultivar, colher, com “beleza”, “pureza” e a qualidade que eles conferem às verduras. Essa alegria afirmada por eles expressa que a horta restabelece o vínculo desses indivíduos com a sociedade, que ela interrompe o processo de esvaecimento social dos idosos e inativos economicamente, no sentido de mantê-los atuantes, participativos, produtivos, ocupados, respeitados em sua dignidade humana, enquanto cidadãos.

Na dinâmica de ocupação das atividades de produção nos canteiros, é possível que pessoas externas ao projeto, porém interessadas, consigam se integrar ao grupo, ou ainda, que participantes já envolvidos consigam aumentar a quantidade de canteiros sob sua responsabilidade. Para que isso aconteça, é necessário que famílias que ingressaram no projeto inicialmente deixem de participar, ou que a horta seja ampliada.

Apesar de ambas essas possibilidades, a inserção de novos produtores ou o repasse de mais canteiros para aqueles que já participam não ocorrem de maneira fortuita: os produtores alertam sobre a necessidade de selecionar, de “plantar com as pessoas boas, para dar reflexo

na horta, que fica bonita”. Julgamentos valorativos são tecidos sobre os colegas como critérios para o estabelecimento dessas negociações, que apenas chegam a se efetivar se a pessoa interessada for julgada "boa".

Tais julgamentos também ocorrem quando produtores de canteiros deixam de participar da horta comunitária, desistindo do programa, abandonando os trabalhos. Aqueles que permanecem atribuem o abandono dos antigos envolvidos por "não conseguirem tocar", sempre no sentido de valorização do trabalho, esforço e dedicação daqueles que se mantêm, como segue a fala de um participante a esse respeito, “não é qualquer um que dá conta”, apenas pessoas consideradas "boas".

Abordar o público assegurando pelo programa das Hortas Comunitárias é refletir sobre um amplo conjunto de pessoas. Aqui, tal conjunto foi subdividido em público “interno” e público “externo”. O primeiro é representado pelos trabalhadores propriamente envolvidos na produção dos canteiros, considerando também a extensão de suas famílias (cônjuge, filhos, netos, irmãos, cunhados, etc.), que também passam a ser mais garantidos com o consumo das hortaliças orgânicas oriundas do programa. Os produtores afirmam que para esses membros familiares eles não vendem, demonstrando o compartilhamento de suas produções.

O segundo grupo de protegidos, de pessoas externas, consiste em todos aqueles com quem os produtores estabelecem trocas monetárias, envolvendo principalmente os demais cidadãos que se deslocam até a horta, para adquirir as verduras. Para eles se vende. Vão até a horta, em geral com alguma verdura em mente, ao chegarem ao canteiro desejado, pedem ou escolhem o item de seu interesse. Este público demonstra suas preferências com relação às hortaliças, o que faz com que nem sempre comprem do mesmo produtor de canteiro.

Este público externo de consumidores das verduras são apontados pelos interlocutores como moradores do próprio bairro majoritariamente, porém não se restringe a ele. Frequentando a rotina de trabalho nas hortas, é possível conhecer pessoas de todos os tipos, do próprio bairro, fisionomias anônimas, idosos, crianças, famílias inteiras. Há aqueles que trabalham em lanchonetes, restaurantes ou donos de mercado na cidade, que compram em grandes quantidades, quando já não deixam feitas suas encomendas, para revender ou para utilizar no preparo das refeições comercializadas. Há também compradores que vêm de outros municípios e mesmo de outros estados, descobrem a horta, geralmente, em função da visita à casa de parentes nas proximidades, ou de passagem pelo local, atraídos pela organização, acabam conhecendo e comprando.

Os produtores sentem suas atividades enaltecidas com essa categoria de compradores que adquirem as verduras inclusive para levar à outras regiões, eventualmente pedem para

tirar foto da horta como recordação, perfazendo de aspectos positivos as representações sociais formuladas sobre as hortas, atribuindo confiança aos seus produtores participantes, legitimidade e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido nos canteiros. Esse exemplo emblemático expressa a boa representação que as hortas comunitárias possuem para a comunidade envolvida e para a população no geral.

Diversos são os tipos de ervas, verduras, raízes e legumes plantados nos pequenos canteiros das hortas comunitárias: alface, salsinha, cebolinha, almeirão, acelga, repolho, couve, couve-flor, agrião, beterraba, alecrim, chuchu, quiabo, alho, cenoura, jiló, berinjela, manjeriço, pimenta, rúcula, hortelã, boldo, camomila, erva-doce, brócolis, guaco, mandioca, repolho, coentro, rabanete, tomatinhos-cereja, babosa, milho. Com menor recorrência, é possível encontrar também flores e frutas.

A literatura atinente à antropologia da alimentação mostra que a desconfiança da procedência dos alimentos vem aumentando nessa era de globalização quanto aos produtos ultraprocessados e prontos para consumo (MENASCHE, 2003). Entre os prazeres mencionados pelos produtores das hortas, está o de ingerir as hortaliças que eles próprios plantaram porque não só vêm o resultado de seu trabalho frutificado, como também podem confiar em sua procedência, já que são os responsáveis por sua produção.

Agrega-se ainda outro importante fator de confiança, que versa sobre a proibição da utilização de veneno nas hortas, isso faz com que as hortaliças produzidas, além da credibilidade mencionada quanto ao conhecimento de sua procedência, levem também a qualidade de orgânicas. Os produtores retiram dos canteiros os itens de consumo próprio e da família, e é com orgulho que também comercializam as hortaliças excedentes, que serão adquiridas por clientes compradores de outras casas, qualificando também a dieta de outras famílias.

As hortaliças, no geral, são comercializadas por um preço distintamente mais acessível do que o proposto nos supermercados, sobretudo por serem orgânicas. Os grandes estabelecimentos comerciais vendem produtos com a utilização de veneno e por preços mais altos. Nas hortas comunitárias os interessados adquirem as hortaliças sem agrotóxico e com o mesmo valor que gastariam no mercado, podem levar uma quantidade maior dos produtos. Assim, os produtores conseguem fazer uma boa concorrência e chegam mesmo a firmar parcerias com alguns mercados que combinam de adquirir as verduras diretamente das hortas para serem revendidas ao público externo, no geral.

Durante a pesquisa presenciei que determinados canteiros já tinham o público-alvo consumidor de suas verduras fixo e pré-definido, ou seja, suas verduras são plantadas já de

saída direcionadas a eles. O caso exemplar é o de Vinícius, um dos interlocutores da horta comunitária do Jardim Tarumã. Há mais de um ano, o produtor cumpria semanalmente o compromisso de oferecer sua produção inteira de salsinha e cebolinha para três consumidores fixos: às sextas-feiras para os dois destinatários particulares e às segundas-feiras para o proprietário do mercadinho do bairro.

Segundo ele, este compromisso de plantar, colher e entregar revelou-se dispendioso, oneroso e cansativo, uma vez que é o próprio produtor quem corta as verduras da terra, apanhando-as, tem a preocupação de mantê-las e entregá-las frescas, é o responsável por levá-las até os seus compradores, sem a possibilidade de furar com a obrigação para não desfaltar sua renda e descontentar seus clientes fixos. Apesar do empenho neste trabalho, que exigia-lhe responsabilidade e dedicação, o produtor vinha cumprindo de bom-grado e anuência, prezando por manter o acordo com esses compradores permanentes, pois independente da esporadicidade dos visitantes que surgem na horta para adquirir as verduras, os clientes fixos asseguram aos produtores renda do trabalho na horta.

Sem perder de vista o tempo de dedicação ao trabalho empregado para a produção dos canteiros, nas representações sociais, os produtores julgam que o dinheiro aparece "fácil". Isto porque encontram-se ocupados na horta, produzindo suas próprias verduras, deixando de terem gastos no mercado e o comprador se desloca e vai até eles comprar as verduras excedentes. Neste contexto é reafirmado o caráter profissional de suas ocupações, dando ênfase ao trabalho executado. Além disso, é possível notar uma tentativa de fidelização do cliente comprador e mesmo uma tendência à generosidade por parte de alguns produtores, pois recorrentemente oferecem uma quantidade da hortaliça um pouco além do correspondente solicitado em dinheiro pelo comprador.

Muitas vezes as verduras chegam a passar do ponto, quando já cresceram/amadureceram além do suficiente para serem colhidas e consumidas. Os produtores comercializam-nas pelo mesmo valor, oferecendo-as em quantidade além do equivalente ao tamanho da verdura tradicionalmente vendido no ponto exato. Isso é motivo de contentamento para ambas as partes, para o comprador, que sente realizar uma boa aquisição, e para o produtor, que vê enaltecido o seu trabalho e evita perdas. A respeito da quantidade de verdura, do seu valor em dinheiro e do quanto isso é ajustável no momento da compra por um consumidor externo, segue em trecho ilustrativo:

Vinícius: Outro dia a mulher pediu cinco reais. Falei "Cinco reais? Se eu vender a um real o pé, são cinco pé! Cinco pé não vai caber no saco." Não coube mesmo. Aí falou, "Não vou levar cinco, não, vou levar só o tanto que caber". E foram quatro. Mas cada pé que tá a coisa mais linda, saiu lotado. O cara ficou satisfeito, né? Foi almeirão pra caramba, cada pezão. Tudo por um real, um real o pé, né? Quer dizer

que deu cinco reais, quatro, ele era pra levar cinco, eu ia cobrar um real. Mas como não coube mais e o pé tava grandão, eu achei que aí já era até passando de cinco reais mesmo... Então é assim.

Outros compradores costumam "chorar o preço das verduras" após o produtor do canteiro fazer o corte e colocar na sacola, reclamando que é pouco e pedindo mais. Quando isso ocorre, o produtor geralmente argumenta que no mercado o preço sai mais caro e a verdura ainda vai com veneno, no ímpeto de demarcar e valorizar o esforço e o trabalho empenhados na produção da horta. Eventualmente, eles desabafam que aos olhos desses compradores, parece não haver tido desgaste de tempo, paciência e energia, ao passo que os produtores ressaltam esse trabalho e esforço.

Um parâmetro de beleza é acionado com frequência entre os produtores dos canteiros para definir uma verdura como bonita ou feia, para classificar a horta e os trabalhos. Por isso também foi pauta de conversas ao longo da pesquisa. Segundo um dos interlocutores, as hortaliças das hortas comunitárias para alguns podem parecer mais feias em relação às do mercado por serem arrancadas do pé, com a terra, da mesma forma que cresceram, enquanto aquelas do mercado apresentam-se em geral com cores vivas, bem reveladas, mais higienizadas, transmitindo a idéia de que são compradas com assepsia e prontas para serem consumidas.

A idéia de que se lavar a verdura recém-colhida e suja ela muda a aparência e adquire frescor, foi expressa da seguinte forma:

Vinicius: Nem que te traga uma verdurinha mais feia, é o que eu pensava comigo, né... aqui eu penso a mesma coisa, trás mais feia, porque na hora que você tá arrancando ali ela tá feia mesmo, né, mas não tem veneno, não tem tóxico... Aí depois que arrancava, "Ah, mas tá feinha, mas aquela do mercado tá mais bonita", "Mas só que aquela do mercado tá mais bonita, mas tá cheia de tóxico...". Aí até que enfim eu entrei aqui...

Stefany: Ai o senhor passou a plantar mesmo...

Vinicius: Algum, né... mas não compro mais verdura no mercado não. Vem aqui, já sabe que tá perto aqui. Tem gente que vem de longe. Eu já falei

Bem estabelecida entre os trabalhadores de todas as unidades é a representação sobre a beleza intrínseca aos plantios na horta e a perspectiva de transformação do terreno cedido. É marcadamente gravada na narrativa dos sujeitos e na memória visual a passagem de um lugar onde antes só se via mato, entulhos, abandono, para um espaço onde encontram outra aparência, inversa à inicial, predominando no momento posterior a implementação do projeto a beleza dos verduras plantadas, com o zelo que os produtores empregam no cultivo dos alimentos.

Vinicius: Preparo os canteiros, tudo bonitinho, pra ficar bonito e tudo plantada aqui fora. Você olha, quem que entra aqui dentro aqui, chega na frente, tudo bonito, já entra aqui começa a ver a verdura ali.

Vitor: Antes as pessoas entravam aqui, só viam mato... Aí os cara chega lá, só vê mato! Então agora já tá dando pra ver uma aparência, né. Já tem verdura. Aí se ele entra aqui, que tem... Ele vai entrar pra cá, vai tá melhor ainda...

Ao entrar em voga, porém, a qualidade da verdura, no que tange à utilização de veneno "tóxico", segundo expressão êmica, a hortaliça do mercado, mesmo com sua beleza aparente, fica aquém daquela que é plantada nas unidades do programa das hortas, que prevalece no consumo alimentar dos produtores e atrai compradores inclusive longínquos que acessam as hortas devido a esta vantagem e qualidade.

Em "Pureza e Perigo", Mary Douglas (1966) explica que o conceito de impureza está intrinsecamente ligado ao valor de desordem. A pureza e a ordem se refletem nas representações sociais formuladas pelos participantes das hortas comunitárias, pois os argumentos que com maior ênfase externalizam para valorizar as hortaliças produzidas, giraram em torno da produção orgânica, sem veneno, em que poucas mãos passaram pelo alimento, maior durabilidade depois de colhidas. Ou seja, a ordem criada pelos produtores sobre o espaço físico dos canteiros é dada por seus domínios de saberes acerca das práticas da agricultura, pela confiança de que foram os únicos sujeitos envolvidos no processo de plantio, irrigação e colheita, e na certeza de que trabalharam apenas com elementos naturais, sem adição de insumos agrícolas fertilizantes causadores de desconfiança, etc. Todo esse conjunto de fatores está ligado aos valores simbólicos que estruturam o vínculo com o programa das hortas.

Mesmo nas hortas em que a iniciativa do programa não alcançou resultados duradouros, tendo funcionado bem apenas pelo período em que foram mais intimamente acompanhadas pela ação dos técnicos parceiros e da administração municipal, este curto período de ocupação bem aproveitada do terreno com as produções é acionado com saudosismo e serve de inspiração e anseio de a organização seja novamente alcançada, como presenciado na horta comunitária do Jardim Rebouças e do bairro Cidade Alta.

A implementação do programa é relativamente simples e barata para o poder público, como salienta um documento oficial⁷⁴, e o impacto causado na vida desses produtores participantes é significativo. Com pouco espaço de terra, conseguem produzir quantidades de hortaliça que retornam sob a forma de diversidade alimentar, sob uma quantia em dinheiro, o que complementa-lhes a renda, vêm render monetariamente o seu conhecimento sobre as práticas de plantio, e ainda contribui para a melhoria da qualidade de vida dos participantes.

⁷⁴ "O projeto Hortas Comunitárias no Município de Maringá". Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/d76dff2000c1.pdf>> Acesso em 16 de maio de 2015.

Nas representações sociais por formuladas pelos participantes sobre o programa, percebe-se a apropriação dessas benesses e a percepção de serem afortunados. Trabalhar nessas condições realmente lhes parece um privilégio pois permanecem também positivamente integrados à sociedade, que experimenta escalas planetárias de globalização, urbanização e outros efeitos de exclusão e preconceito do sistema capitalista, e justamente por isso fomenta espaço para iniciativas que integram e congregam esses sujeitos a uma vida social ativa.

4.2.2 Motivos de insatisfação e conflito

Em uma horta comunitária, entre os produtores dos canteiros, também se desenrolam conflitos. A interpretação sobre eles procurou repousar nas advertências de John Comerford (2005), quais sejam, “empreender a crítica à visão harmoniosa sobre comunidade e ver no conflito uma dimensão constitutiva das relações sociais”. (COMERFORD, 2005, p. 117)

A rotina diária na horta é de um produtor policiando o trabalho do outro e também de “julgamentos morais recíprocos por meio da circulação sistemática de informações no cotidiano (fofoca)”, como denomina Comerford (2005, p. 118). Não raras as vezes, esse policiamento eclode sob a forma de discussões carregadas de críticas ao modo de plantio do outro. A partir delas, porém, surgem diferentes ideias no sentido de sanar e inovar a questão que estava sendo pautada. Isso se evidencia por exemplo, no relato abaixo, a respeito da disputa entre dois participantes de uma mesma horta por escoras destinadas a conter a terra das leiras nos canteiros:

VINICIUS: Eu falei: “Ué, se ela arrancar?! Ela não tá doida, arrancar o que tá bom!”, eu falei põe outro lá, faz de madeira lá, põe dois e faz, e pronto, cabou o problema. Não precisa ficar conversando! Ué, ela disse que ia fazer pra plantar maracujá... Uai, faz lá e planta maracujá, usa os postinhos e finca! Aí ela deu uma quietada mais ou menos, eu falei, “Não é assim não, mulher, não é assim...”, eu falei numa boa, né... “Vamo ficar numa boa, pra que discutir?” Aí ela aparece que deu umas acalmada, aí...

Os conflitos dos quais se tomou ciência durante a pesquisa são constitutivos das relações sociais humanas, intrínsecos à convivência entre pessoas com histórias de vida, interesses e subjetividades distintas. Tais conflitos promovem a manutenção dos trabalhos desempenhados e dos próprios laços afetivos e de solidariedade estabelecidos.

Entre os problemas técnicos e infraestruturais relatados pelos interlocutores nas hortas, foram enumeradas demandas diversas. Entre elas, a instalação de corrimão na entrada da horta

devido à ingremidade de um dos terrenos, desde o portão central até o corredor principal de canteiros a fim de evitar que se repetissem acidentes com alguns idosos como já havia ocorrido; Resolução da erosão causada pela chuva, e como consequência o deslocamento de terra, encobrendo os canteiros já cultivados; Aterramento do solo realizado de maneira inadequada; Dificuldade de aquisição de caixa d'água para auxiliar na irrigação dos canteiros; Reforma no alambrado ao longo de todo o limite do terreno da horta comunitária.

Outra queixa recorrente nas hortas refere-se também à falta de manutenção por parte dos gestores locais, os produtores chegam a expressar que se sentem “abandonados” pela administração municipal; reclamam a maior necessidade de conhecimento sobre técnicas orgânicas para cuidar de suas plantações, pois realizam experimentações por conta própria na tentativa de manter o modelo da produção orgânica no combate das pragas da agricultura, como exemplo, a ferrugem e pulgões, demanda esta que incide também sobre a necessidade de apoio da equipe técnica responsável, da prefeitura e também da parceria com a universidade, para assistir os produtores mais estreitamente.

VINICIUS: Tá bom? Tá bom. Só que tem que melhorar. Se pode melhorar, tem que melhorar, né? Tentar melhor mais na parte de... uma coisa melhor que você passa que não seja toxico, que passa além dele sentir na folha, que nem eu passei, que seria bom.

Cada horta comunitária geralmente possui um caixa, que significa recolher mensalidades em dinheiro, estabelecidas pelos próprios produtores, fixas e pré-determinadas, referentes a cada canteiro trabalhado, como se fosse um aluguel mensal daquelas leiras utilizadas em suas atividades. Trata-se de um valor simbólico, entre R\$ 1,00 e R\$ 5,00 por canteiro, cobrado pelo(a) tesoureiro(a) de cada horta. O dinheiro que cada produtor destina ao pagamento desse caixa resulta da venda das hortaliças. Mas mesmo sendo relativamente baixo o valor estabelecido, a cobrança do mesmo pode ser alvo de discussão e polêmica entre os produtores. O caixa que geralmente é formado dessa cobrança e pagamento é utilizado para a manutenção e mesmo investimento na própria horta.

A horta Tarumã ilustrou este conflito, depois de reclamações realizadas em uma reunião ordinária entre os sujeitos envolvidos, o valor anteriormente cobrado de R\$ 3,00 passou a ser de apenas R\$ 1,00, trazendo descontentamento para aqueles que julgavam apropriado que a horta tivesse um caixa forte para suporte e apoio, caso precisassem investir no espaço e mesmo dispor para a manutenção. Ao defender o recolhimento do caixa, isso se comprova, por exemplo, na fala de um dos interlocutores:

Vinicius: Parece que não é nada (o valor estipulado). Mas se *ponha* certinho bem na caneta, certinho, ele devolve. Ele (o produtor) paga cinco reais do canteiro, e mesmo

que ele não venda, mais saiu pra ele, ele não precisa comprar lá no mercado.

Entre os temas pautados nas conversas com os produtores houve a divagação sobre ideias para que a população passasse a comer melhor. Um deles questionou, porém, que algumas pessoas simplesmente "não gostam de comer verdura", o que em sua concepção é o significado de comer melhor. Segue a descrição de um diálogo travado com um dos interlocutores:

Vinicius: O duro é que... que tem pessoa que não gosta (de plantar), né? E nem gosta de comer também, né? Tem gente que não gosta. Mas eu acho aquela pessoa que gosta mesmo, é, logicamente ele vai vir, né... desde que ele sabe que tem a horta ele vai vir. Eu mesmo, mesmo que eu não tivesse, na época que eu não tinha antes, eu vinha. Aqui não tinha, mas lá na Cidade Alta, lá naquele sinaleiro, eu ia lá comprar.

Sobre esse “gostar” palatal, Bourdieu (2008) discorre o gosto consiste em uma construção social solidamente estabelecida e sujeita aos significados culturais, capaz de selecionar o saboroso e o dessaboroso em conformidade ao período histórico, aos interesses econômicos, influências políticas. (CANESQUI, GARCIA, 2005).

Em consonância com a cultura, a ciência nutricional e as diretrizes da SAN são precisas quanto à relevância e benefícios metabólicos de uma alimentação saudável, adequada, proveniente do consumo regular de alimentos como as frutas, legumes, verduras e raízes, ao contrário do consumo excessivo de ultraprocessados. Como afirma Buritiy et al (2010):

A formação dos hábitos alimentares inicia-se logo durante a primeira infância. Isso exige que hábitos saudáveis de alimentação sejam estimulados precocemente. A alimentação saudável é um componente fundamental para a saúde durante todo o curso da vida. Portanto, uma das estratégias fundamentais para a promoção da saúde, da nutrição e para assegurar a SAN e o DHAA é a promoção da alimentação saudável durante todo o curso da vida. (BURITY et al, 2010, p. 158).

Isso aponta para um alcance apenas parcial com relação à todo o potencial que o programa das hortas comunitárias apresenta. Caso não haja a internalização cultural da relevância de hábitos alimentares de qualidade, entre os diferentes grupos comensais existentes no meio urbano, as iniciativas políticas serão insuficientes. Por isso a necessidade concomitante de investimento em campanhas permanentes e de qualidade em reeducação alimentar. Independente, porém, do pleno cumprimento da abrangência do programa das hortas, é possível observar que sua existência, por si, atrai e atende o público interessado que tem, em diversas medidas, o Direito Humano à Alimentação Adequada protegido.

4.2.3 Trocas, solidariedade, doação e comprometimento

Atitudes solidárias, de doação e comprometimento envolvem os produtores de canteiros no cotidiano das hortas comunitárias. Entre elas, como exemplo, aquela em que compradores vão até a horta desejando hortaliças, dirigem-se ao canteiro interessado, mas o produtor, responsável pelo canteiro escolhido, deixa de cobrar o preço das verduras, oferecendo-as sem realizar um cálculo monetário sobre o valor das mesmas. A primeira situação emblemática de um dos interlocutores da pesquisa, ocorreu com pessoas do bairro que passaram em frente à horta na rua e elogiaram as hortaliças plantadas, afirmando o desejo de comê-las, porém a privação de dinheiro para adquiri-las, ao ímpeto que o produtor responde, “Oh, dona... pode vir e encher a sacola pra você comer!”.

Foi possível também experienciar e ser alvo de tal solidariedade entre os produtores quando em diversas ocasiões, após a realização do trabalho de campo, o retorno para casa ocorria com sacolas cheias de verduras e legumes doadas pelos produtores. Quando eu insistia para que recebessem o pagamento em dinheiro pelo que eu adquiria, eventualmente eles aceitavam, porém ou cobrando metade do valor ou redobrando a quantidade de hortaliça que colocavam dentro das sacolas.

A troca, e ao mesmo tempo doação, pode ser presenciada também mesmo quando os produtores cooperavam com a venda de hortaliças dos canteiros vizinhos, cuidados por outro produtor, quando de sua ausência. Então, aqueles que estão presentes, às vezes, vendem a hortaliça desejada pelo consumidor, recebem o dinheiro e repassam-no, posteriormente, ao responsável do canteiro por onde a hortaliça estava plantada. Tal prática depende, porém, de diversos fatores. Entre eles, da afinidade e confiança que possui com o vizinho ausente.

Esta(s) prática(s) de oferecer as hortaliças à determinados consumidores sem cobrar por seu valor monetário, bem como a de comercialização da hortaliça na ausência do responsável, por mais que possuam motivação altruísta dos produtores das hortas, de doação de um pouco de si próprio e preocupação com o outro, não são totalmente gratuitos, não são gratuitas, não são ações que correm em um único sentido.

Em contrapartida, o produtor adquire junto aos colegas de trabalho dos canteiros e também à comunidade onde a horta comunitária está localizada. Um dos próprios interlocutores descreve que estas ações aparentemente desinteressadas, retornam depois em momentos específicos, tornando-os alvos também da solidariedade e doação alheias.

Há uma interação própria existente entre os produtores das hortas que se revela, por exemplo, quanto aos horários de funcionamento, ou na negociação da compra coletiva de mudas das hortaliças a serem plantada, ou mesmo na situação descrita, quando na ausência dos vizinhos, trabalhadores de canteiros ao lado, aquele produtor que está presente na horta

ganha lugar para tomar conta dos canteiros alheios, vender e repassar o dinheiro posteriormente.

A partir da dinâmica e regras simbólicas travadas entre os produtores, é possível rememorar à etnografia de Evans-Pritchard (1937) entre os Zande, quando descreve:

Nessa rede de crenças, cada fio depende dos outros fios e um Zande não pode deixar esse esquema, porque este é o único mundo que ele conhece. A rede não é uma estrutura externa em que ele está preso. Ela é a textura de seu pensamento e ele não pode pensar que seu pensamento esteja errado. (EVANS-PRITCHARD, 1937, p. 194).

Assim como Pritchard (1937) fala do pertencimento de um Zande a uma rede de crenças que constituem elas próprias a textura de seu pensamento, e não uma estrutura externa, também a horta tornou-se o espaço que reinsere os seus participantes em uma rotina de atividades laborais, apesar de alguns conhecerem outros espaços de sociabilidade. A horta comunitária e a familiaridade que os produtores possuem com o programa remetem-nos ao mundo sob o qual foram apresentados em seu passado de vivências na roça, no sítio, em contato com a terra, vivendo dos recursos que a natureza oferecia, de forma que mesmo em situação de agricultura peri-urbana eles se sentem pertencentes àquela antiga rede de crenças.

Moscovici (2007) auxilia nesta compreensão:

Sob muitos aspectos, o passado é mais real que o presente. O poder e a clareza peculiares das representações – isto é, das representações sociais – deriva do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe. (MOSCOVICI, 2007, p. 38).

A narrativa sobre a pesquisa remete à análise de Pritchard, pois as representações sociais formuladas pelos interlocutores participantes sobre as hortas não poderiam ser incondizentes com os sistemas aos quais foram condicionados, daí se confirma a representação valorativa positiva sobre o programa.

Este pertencimento parece ligar os sujeitos às suas participações no programa. Eles não pensam que o programa esteja errado, ainda que apresente lacunas a serem aperfeiçoadas sob a perspectiva de uma política pública. É esta experiência das hortas que os sujeitos envolvidos possuem para vivenciar seu cotidiano de forma totalizante. É a experiência em si e as representações sociais que formulam sobre a experiência que definem o que eles fazem e também o que eles são.

A interpretação das representações sociais formuladas pelos interlocutores a respeito das hortas comunitárias perpassa a compreensão sobre o compartilhamento de uma realidade social que é aprovada e aceita entre: a) os colegas de trabalho, que atuam nos canteiros

vizinhos; b) os familiares, que convivem com a atividade de produção de seu(s) membro(s) e por conseguinte, na maioria dos casos, tornam-se consumidores das verduras oriundas das hortas; c) os compradores da vizinhança e região, que chegam até as hortas, param e adquirem as verduras por sua facilidade de acesso e reconhecida qualidade; d) entre visitantes externos esporádicos e curiosos, que chegam às hortas para conhecer ou acompanhar o trabalho que ali é desenvolvido, fotografar e registrar a iniciativa, levar a ideia desenvolvida para outras localidades; e) consigo próprio, o produtor se vê realizado e satisfeito pessoalmente, por sentir-se envolvido na atividade, na concretização do programa.

Assim, a partir da ideia expressa de Lewin (1948, p. 57), “a realidade é, para a pessoa, em grande parte, determinada por aquilo que é socialmente aceito como realidade”, e as representações sociais formuladas sobre os programa pelos seus participantes são oriundas desse compartilhamento de uma realidade social que é (re)afirmada positivamente, constantemente.

4.2.4 A hierarquização de hortas

As representações sociais formuladas pelos produtores e titulares de direitos sobre o programa municipal das hortas comunitárias são engendradas na vida cotidiana, na experiência de sua totalidade, em sua complexidade, heterogeneidade e flutuação. Nas interações que os sujeitos estabelecem entre si e com os outros, as ideias pensadas e imaginadas passam a compor a própria realidade.

Um dos aspectos interessantes é uma classificação hierárquica tecida pelos interlocutores participantes sobre as diferentes unidades de hortas comunitárias existentes no município. Eles elaboram critérios valorativos de comparação sobre as demais unidades para posicionar a própria horta, e, conseqüentemente, o próprio trabalho, tais como organizada ou desorganizada, assistida ou abandonada, autônoma ou dependente da gestão, unidas ou desunidas, etc.

Percorrendo as unidades do programa ao longo do trabalho etnográfico, a experiência da horta comunitária “Cidade Alta e Santa Felicidade”, que contempla moradores de ambos os bairros, contrastou com a prerrogativa adotada nas demais. De todas as visitas realizadas, esta surpreendeu. Foram duas as tentativas necessárias para conseguir um encontro com algum de seus produtores na horta. As pessoas envolvidas, paralelamente, eram envolvidas também em outras atividades remuneradas, como moto-taxistas, guardas noturnos, ocupação doméstica,

etc., o que impedia dedicação plena à atividade, foi o que relatou uma interlocutora da horta..

A divisão padrão dos canteiros não era seguida, no lugar dos retângulos de terra medidos com a mesma largura, divididos em leiras iguais e distribuídos simetricamente para todos os vizinhos, ganhava lugar a “quiçação”, expressão êmica para se referir ao abandono da horta, mal cuidada e de pouco zelo. O espaço era irregular, sem distribuição uniforme, onde as hortaliças cresciam misturadas ao mato, espalhando-se sem distinção ao longo do terreno.

O respeito ao princípio de produção orgânica, também foi descumprido, em dois momentos distintos foi relatada a utilização de agrotóxico para o controle de pragas e fertilização. Primeiramente, a própria interlocutora contou sua tentativa malograda de plantar feijão e a investida com o veneno para que alcançasse seu objetivo. Posteriormente, quando a mesma interlocutora discorreu sobre o método de plantio do vizinho em seu canteiro. Além desses critérios, o fato de a horta pertencer ao bairro Santa Felicidade, além do Conjunto Cidade Alta, carrega consigo um estigma incutido pelo primeiro, quando uma negatividade é acionada ao relacionar a horta a um bairro estigmatizado tal. (ARAÚJO, 2004; RODRIGUES, 2004).

O estigma se reafirma e se institucionaliza também no depoimento de um dos gestores vinculados à SAN no Paraná. Em entrevista realizada como complemento de dados para a pesquisa, este interlocutor, referiu-se a ela mencionando que as hortas comunitárias implementadas nas regiões mais carentes, com as famílias mais necessitadas do município, eram as que menos iam para frente, a “nata podre do ser humano”, segundo expressão do próprio entrevistado.

Isso reforça a necessidade de que a abordagem e intervenção empreendidas na região devem possuir caráter sistêmico, intersetorial e articulado. Pois apesar de todas as dificuldades, há moradores que persistem na tentativa de plantio e produção dos ‘canteiros’, continuando a fazê-lo de forma autônoma baseando-se no modelo preconizado pela iniciativa da agricultura Peri-urbana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações sociais formuladas pelos trabalhadores envolvidos no programa das hortas comunitárias a respeito de suas ocupações são plenas de aspectos positivos mas também fazem seus cálculos sobre aspectos negativos. Ao longo da observação participante, por meio do discurso dos interlocutores, foi possível apreender que as hortas aparecem positiva e enfaticamente associadas com a promoção da qualidade de vida no cotidiano dos produtores dos canteiros e também da população no geral, que se alimentam das verduras. A respeito dos aspectos negativos os interlocutores versam sobre as dificuldades e desafios envolvidos no trabalho.

Tais representações são construídas e reconstruídas constantemente em um discurso complexo, permeado de simbolismos, expressos ora pela reafirmação do caráter terapêutico da atividade, ora pelo questionamento dos esforços dispendidos por parte dos produtores na execução da atividade, motivados pelo valor ao trabalho, pela beleza de seus resultados nas verduras e horta bem plantadas, em oposição, porém, ao baixo retorno financeiro e excessiva necessidade de dedicação. Prevaecem entre tais argumentos, porém, na cosmovisão êmica dos interlocutores, as benesses relativas ao programa, por meio de representações que eminentemente os mantêm vinculados à atividade, apesar dos pesares.

No programa das hortas comunitárias é a ocupação em si, o contato com a terra, o envolvimento com a produção e crescimento das verduras, a interação com o espaço físico, a rede de relações que os sujeitos estabelecem com os outros produtores para execução da atividade, as “prosas” que travam diariamente, que promovem o contentamento e a satisfação dos produtores. Por essa combinação de fatores, é comum que eles atribuam às atividades o caráter terapêutico.

Tanto a narrativa que enfatiza o esforço do trabalho desempenhado, quanto a narrativa em que enfatiza o entretenimento da atividade, com vistas ao esparecimento e ocupação da mente, são verdadeiras e se prestam a descrever os (des)ânimos envolvidos no trabalho. Tais depoimentos nos reposicionam na interação com a sociedade, experienciando a existência humana em sua plenitude, completa por positivities e negatividades, benesses e prejuízos.

As representações sociais formuladas pelos interlocutores do restaurante popular sobre o programa também é rica de significado. Pode ser sintetizada por meio também das falas de Thiago e Catarina, pois quando eles expressam que não se surpreendem com a comida do restaurante popular, eles estão dizendo que os frequentadores podem esperar o comum de uma comida caseira, porém sem um tempero acentuado, preparada com poucos

condimentos apuradores de sabor, como geralmente o casal, e a maioria da população brasileira, estão acostumados a comer em estabelecimentos comerciais. Ao externalizarem esta opinião, descrevendo uma comida com característica insossa, dessaborida, eles promovem uma forte associação com o preço simbólico cobrado pelas refeições e também com o estabelecimento físico em que elas são servidas. A representação formulada gira em torno da proposta original presente nas diretrizes da política pública do restaurante popular, cujo objetivo a ser cumprido é o oferecimento de refeições saudáveis e acessíveis. Depura-se desta análise que ele atinge a proposta pela qual foi criado, pois apesar de o preço pelas refeições ser maior do que em outros municípios, em Maringá o programa não condiz com com a venda de uma aparência de luxo e status.

A antropologia da alimentação reitera que além de boa pra comer, a comida também é boa para simbolizar, significar, constitui um mecanismo de demarcação identitária, de expressão de status, característica que no restaurante popular também é passível de reflexão.

O que se compra com o valor simbólico cobrado pelas refeições no “pop” é o cumprimento de sua utilidade, a sua funcionalidade de satisfazer a uma demanda fisiológica, com uma refeição que não seja prejudicial ao corpo, em detrimento de outras opções que poderiam ser feitas na rua por um valor maior e sem apresentar o quesito nutricional, que o restaurante popular apresenta.

Joana: eu oro, peço pra Deus pra não deixar fechar. Pra que Deus *cuida* dos funcionários, dos donos, da saúde deles, pra justamente *continua*, porque serve pra muita gente. A gente vê que todo dia que a gente vem tá cheio de jovem, de estudante... Isso aí ajuda muito a população.

Na representação social formulada por alguns dos interlocutores sobre o programa, a menção a Deus como agradecimento pelo restaurante popular permite interpretar sua realização como uma dádiva, um ato de compaixão dos governantes locais agraciado à população maringaense.

Sobre o preço, a interlocutora Raquel faz outra declaração, também emblemática, que confirma o cumprimento dos objetivos do programa:

Raquel: Não o preço tá bacana, o preço tá bom... Eu acho assim, não paga nem a água que lava a mão da gente ali... Porque pela qualidade da comida, eu acho muito barato, muito, muito mesmo! É quantia assim, eu acho que dois reais é uma quantia bem irrisória

A maioria da população entrevistada enxerga essas iniciativas de caráter público vinculadas à SAN, não como uma obrigação por parte do Estado, em sua responsabilidade de assegurar a alimentação a toda população em quantidade suficiente, em qualidade e de forma

permanente. Não se trata de adotar uma pretensão ingênua de que a população tivesse essa mesma e compreensão sobre o dever do Estado, ou subestimar sua capacidade de entendimento. Cada um a seu modo, com muitas convergências, percebe-se que eles teorizam e refletem sobre a existência do programa. Tais teorizações muitas vezes não passam pela noção de que são formas de ver assegurado o DHAA. Associam o programa a um benefício concedido pelos gestores e o baixo preço a um serviço tipicamente concedido para favorecer a população.

A utilidade do restaurante popular também foi enfatizada por estar à serviço da classe universitária. A expressão dita por um dos interlocutores "bem simples" para descrever a estrutura física do restaurante popular demonstra não só a singeleza do prédio, mas também da atração do convite que ele oferece à população maringaense. Como um município de médio-porte que exporta uma imagem de cidade-modelo, o prédio do restaurante popular não desperta entusiasmo e impulso da comunidade de frequentá-lo, conhecê-lo, como um lugar refinado. Ele atrai por outros qualificativos. O atrativo maior ocorre do restaurante popular se concentra na qualidade da comida e no preço cobrado de seus frequentadores, isto é, no atendimento da segurança alimentar e nutricional por um baixo preço, de acordo como preconiza seus manuais de implementação.

Com isso, as pessoas que frequentam o local assiduamente possuem o mesmo tipo de afinidade que o espaço oferece, com a sua dinâmica e organização. Isso dá a dimensão da idéia global do programa. A iniciativa, que busca um padrão em todas as unidades onde é implementada, cumpre o objetivo ao qual se presta. Há diversas ressalvas levantadas pelos interlocutores quanto a necessidade de melhorias, mas é interessante lembrar ainda que eles finalizam os diálogos com elogios a sua localização, por ser central, e reivindicam pela implementação de mais unidades, localizadas em outros pontos da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira., SANTOS, Maria de Fátima de Souza., e TRINDADE, Zeidi Araujo. **Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas**. In: *Temas em Psicologia da SBP*. Vol. 8, n. 3, 2000.

ANDRADE, Simon; VICENTE, Ângela; NOVO, Inês. **A Fome**. Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~pmmsc/git/fome_2.pdf>. Acessado em: 18 de outubro de 2012, às 18:45

Avanços e Desafios da Implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. **Relatório Técnico**. Brasília, Rio de Janeiro: ABRANDH; CERESAN; CONSEA; FAO-RLC/ ALCSH, março de 2009.

ARAÚJO, Marivânia Conceição de. **Construção do espaço urbano e representação social: um estudo de caso em Maringá**, Tese de Doutorado, UNESP, Araraquara, 2004.

ARAÚJO, Marivância Conceição de. **A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica**. In: *Revista Hospitalidade*, ano V, número 2, dezembro de 2008.

ÁVILA, Milene Peixoto. **O Bolsa Família e a pobreza no Brasil: 'detalhes' que fazem a diferença**. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2013.

BAINES, Stephen Grant. **Antropologia do desenvolvimento e povos indígenas**. Brasília, UNB, 2004. (Série Antropologia, 361).

BELIK, Walter. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil**. In: *Saúde e Sociedade*. V. 12, n. 1, p. 12-20, jan-jun/2003.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008 [1979].

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 591, de 06 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Brasília, 07 jul. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm> Acesso em: 22 de junho de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.079**, de 12 de maio de 2004. Dispõe sobre a composição estruturação competência e funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências. Diário Oficial da União, 13 de maio de 2004 a.

BRASIL. **Decreto nº 5.209**, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 20 de setembro de 2004 b.

BRASIL. **Lei nº 10.683**, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da presidência

da república e dos Ministérios e dá outras providências. Diário Oficial da União, 29 de maio de 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.836**, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Diário Oficial da União, 12 de janeiro de 2004 c.

BRASIL, Ministério Do Desenvolvimento Social. **Cartilha Fome Zero: Balanço dos Programas e Ações**: Brasília, out. 2005.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Brasília: MDS, 2006^a. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm> Acesso em 18 de setembro de 2015.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Departamento de Promoção de Sistemas Descentralizados, Coordenação Geral de Promoção de Programas de Alimentação e Nutrição. **Manual de implementação de restaurantes populares**. Brasília: MDS, 2006b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de alimentação e nutrição**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – 2. ed. rev. 48 p. – Série B. Textos Básicos de Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2007a

BRASIL. **Decreto nº 5.749**, de 11 de abril de 2006. Atualiza os valores referenciais para caracterização das situações de pobreza e extrema pobreza, no âmbito do Programa Bolsa Família. Brasília, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 6.273**, de 23 de novembro de 2007. Cria no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN – a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Diário Oficial da União, 26 de novembro de 2007 b.

BRASIL. Lei nº 8.981, de 27 de julho de 2011.

BRASIL. **Relatório Nacional Brasileiro** – Cúpula Mundial da Alimentação. Brasília (DF), Ministério das Relações Exteriores, 1996, 66 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2^a edição. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.

BRUGUÉ, Quim. **Modernizar lá administración desde la izquierda: burocracia, nueva gestión pública y administración deliberativa**. In: *Reforma y Democracia*. CLAD, n. 29, jun. 2004. Caracas.

BURITY, Valéria. [et al]. **Direito Humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

BURLANDY, Luciene. **Comunidade Solidária: engenharia institucional, focalização e**

parcerias no combate à fome, à pobreza e à desnutrição [tese]. Rio de Janeiro (RJ): Escola Nacional de Saúde Pública/ Fundação Oswaldo Cruz; 2003.

BURLANDY, Luciene. **A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo**. In: *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 14, n 3, Rio de Janeiro, maio/junho 2009.

BURLANDY, Luciene; BOCCA, Cláudia; MATTOS, Ruben Araujo de. **Mediações entre conceitos, conhecimento e políticas de alimentação, nutrição e segurança alimentar e nutricional**. In: *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 25, n. 1, Feb. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732012000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 de março de 2015.

CANESQUI, Ana Maria. **Comentários sobre os Estudos Antropológicos da Alimentação**. In: *Antropologia e Nutrição: um diálogo possível*. CANESQUI, Ana Maria. GARCIA, Rosa Wanda Diez. (orgs.). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

CANESQUI, Ana Maria. GARCIA, Rosa Manda Diez. **Uma introdução à reflexão sobre a abordagem sociocultural da alimentação**. In: *Antropologia e Nutrição: um diálogo possível*. CANESQUI, Ana Maria. GARCIA, Rosa Manda Diez. (orgs.) Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

CARVALHO, Maria Cláudia; MARTINS, André. **A obesidade como objeto complexo: uma abordagem filosófico-conceitual**. In: *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, Dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000400021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edição Antares, 1984 [10ª edição].

CASTRO, Josué. **O livro negro da fome**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968 [3ª edição].

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2003.

COMERFORD, John. **Comunidade Rural**. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. I Conferência Nacional de Segurança Alimentar. **Relatório Final**. Brasília: CONSEA: 1994.

CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. **O projeto urbano como propaganda: a construção da imagem da cidade de Maringá**. In: MACEDO, O.; REGO, R., CORDOVIL, F. (org.). *Pensar Maringá: 60 anos de plano*. Maringá: Massoni, 2007.

COSTA, Christiane. PASQUAL, Mariana. **Participação e Políticas Públicas na Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. In: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (Org.). *Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira*. São Paulo: Instituto Pólis, 2006.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Planejamento Estratégico Governamental**. Florianópolis:

Departamento de Ciências da Administração – UFSC, 2012.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, ONU, 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm> Acesso em 18 de outubro de 2012, às 19:00hs.

DURKHEIM, Emile. **Representações individuais e representações coletivas**. In: *Sociologia e Filosofia*. (Tradução: Fernando Dias Andrade. São Paulo: Martin Claret, 2009.

DUVEEN, Gerard. **Introdução**. In: MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RG: Vozes, 2007.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. Lisboa: Edições 70, 1966.

EVANS-PRITCHARD, Edward. **Witchcraft, oracles and magic among the Azande**. Oxford: Oxford University Press. 1937

FAO. **O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil – Um retrato multidimensional**. Relatório 2014. Brasília, agosto de 2014. Disponível em: <https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf> Acesso em 03 de maio de 2015.

FERREIRA, Vanessa Alves. **Desigualdades sociais, pobreza e obesidade**. [Tese] Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://bvssp.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=3872>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. Declaração do fórum mundial sobre soberania alimentar. 2001. Disponível em: <<http://cecaneparana.blogspot.com.br/2010/01/declaracao-do-forum-sobre-soberania.html>>. Acesso em 22 de junho de 2015.

FREITAS, Lorena Karen Paiva e et al . **Obesidade em adolescentes e as políticas públicas de nutrição**. In: *Ciência saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, jun. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000601755&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 de fevereiro de 2015.

FROZI, Daniela Sanches. **Pobreza extrema e insegurança alimentar: uma abordagem sobre o excesso de peso e a fome**. 2010. [Tese de Doutorado em Ciências da Nutrição], Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GALEAZI, Maria Antonia Martins. (Org.) **Segurança Alimentar e Cidadania**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

GARUTI, Alberto. **Fome no Mundo: um problema sem solução**. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/mundoemissao/fomesolucao.htm>>. Acesso em: 18 de outubro de 2012, às 14:00hs.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Representações sociais: avanços teóricos e epistemológicos**. In: *Temas em Psicologia da SBP*. Vol. 8, n. 3, 2000.

HIRAI, Wanda Griep. ANJOS, Flávio Sacco. **Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil**. In: *Revista Textos e Contextos*. Porto Alegre: v. 6, n. 2, p. 335-353. Jul-dez/2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 – Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE; 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2008_2009_encaa/pof_20082009_encaa.pdf>. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

INOJOSA, Rose Marie; JUNQUEIRA, Luciano A. P.; KOMATSU, Suely. **Descentralização e Intersetorialidade na Gestão Pública Municipal no Brasil: A experiência de Fortaleza**. São Paulo: FUNDAP, 1997. Disponível em: <http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/junqueira_inojosa_komatsu_1997.pdf> Acesso em 27 de março de 2015.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. Cadernos Comunidade Solidária. Brasília: IPEA, 1996.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC, 2012.

KAPFERER, Bruce. 2003. **It's a small world after all, or, consultancy and the disneyfication of thought**. *Social Analysis*, Volume 47 (1):145-151.

LAMEIRAS, Maria Stela Torres Barros. **Entre os contos de uma posse e o poder da palavra: “ligações perigosas” entre a mídia, a palavra e o poder político**. 2006. [Tese de Doutorado em Letras e Linguística], Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

LEWIN, K. **Resolving Social Conflicts**. Nova York: Harper & How. 1948.

MACEDO, Dione Chaves. [et al]. **A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil**. In: *Revista Simbio-logias*, v. 2, n. 1, maio/2009.

MALUF, Renato Sergio Jamil. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. a

_____. **Política Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. b

MAUSS, Marcel. (1923-24) **Essai sur le Don – Forme et Raison de l’Echange dans les Sociétés Archaiques**. In: *Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF. pp. 145-171, 1991

MENASCHE, Renata. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa : um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul**. 2003. 279 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3647>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

MESSIAS, Samireille Silvano et al. **Implantação do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (CERAUP) em Maringá, Paraná.** In: *Revista Brasileira de Agroecologia*, vol. 4, nº. 2., novembro 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Abordagem antropológica para avaliação de políticas sociais.** *Cadernos de Saúde Publica*. 25(3):233-38. 1991.

MOONEN, Francisco. *Antropologia aplicada*. São Paulo: Ática, 1988. 71p

MORA-ALFARO, Jorge. **El sinuoso camino a la descentralización y el necesario fortalecimiento del gobierno local.** *MPRA Paper*, Munich Personal RePEc Archive, 2009.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Petrópolis, RG: Vozes, 2007.

MOTA, L. T.; NOELLI, F. S. **A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná.** In: DIAS, B. R.; GONÇALVES, J. H. R. (Org.). *Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional*, Maringá: EDUEM, 1999. p. 5-20.

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores. Disponível em: <<http://www.mpabrasil.org.br/soberania>> Acesso em 26 de março de 2015.

O'DONNELL, Guillermo. **Acerca del Estado en América Latina contemporánea: Diez tesis para discusión.** In: *PNUD. La democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos, contribuciones para el debate*. Buenos Aires: Alfaguara, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso De. **O Trabalho do Antropólogo.** Brasília: São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico.** In: *Estudos Avançados.*, São Paulo, v. 14, n. 40, Dec. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 de abril de 2015.

_____. Algumas reflexiones acerca la democracia, el Estado y sus múltiples caras. Conferencia Plenaria en el XIII Congreso del CLAD, Buenos Aires, 4-7, nov. 2008.

PESSANHA, Lavínia Davis Rangel. **Segurança alimentar como um princípio orientador de políticas públicas: implicações e conexões para o caso brasileiro** [tese]. Rio de Janeiro (RJ): CPDA/UFRRJ, 1998.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira. **Reflexões sobre o Processo Histórico / Político de Construção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.** In: *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, 15(2): 1-15, 2008.

PIRES, Flávia Pereira. REGO, Walquíria Domingues Leão. **10 ANOS DE PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: apresentação do dossiê.** In: *Revista de Ciências Sociais*, n. 38, Abril de 2013, pp. 13-19.

PROJETO Fome Zero. Instituto Cidadania 3ª versão, 2002.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Da prefeitura ao Banco Mundial: para uma metodologia de ação política com relação aos grandes projetos.** In: *Série Antropologia*, No.97, Brasília: Departamento de Antropologia, UnB. 1990

RODRIGUES, Ana Lucia. **A pobreza mora ao lado:** segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá. 2004. 258 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RODRIGUES, Lea Carvalho; ORTOLAN, Maria Helena; GONÇALVES, Alícia Ferreira. **Antropologia e políticas públicas: dos encontros históricos ao diálogo teórico e metodológico.** In: RODRIGUES, L.C.; SILVA, I. B. P. (orgs.) *Saberes locais, experiências transnacionais: interfaces do fazer antropológico.* Fortaleza: ABA Publicações, 2014.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática.** R.J., Zahar, 1979, p. 190-199.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os problemas contemporâneos.** 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC, 2012.

SEIXAS, Paulo Castro. **Antropologia e Intervenção Humanitária e para o Desenvolvimento. A Humanidade que o Humanitário construiu: reconceptualização e Ação. Trabalho apresentado em Jornadas de Antropologia Aplicada “Antropologia e Intervenção,** In: *Textos de Antropologia Aplicada. Actas das Jornadas de Antropologia Aplicada “Antropologia e Intervenção”*, Miranda do Douro. 2001

SILVA, Alberto Carvalho da. **De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição.** In: *Estudos Avançados.* São Paulo, v. 9, n. 23, abril de 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de fevereiro de 2015, às 18:47.

SILVA, Diego Augusto S. **Sobrepeso e obesidade em crianças de cinco a dez anos de idade beneficiárias do Programa Bolsa Família no estado de Sergipe, Brasil.** In: *Revista paulista pediatria,* São Paulo, v. 29, n. 4, Dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822011000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

STAVENHAGEM, Rodolfo. **Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista.** Anuário Antropológico/84, 1985, p. 11-44.

THWAITES, Mabel. **¿Qué Estado tras el experimento neoliberal?** In: *Revista del CLAD Reforma y Democracia,* n. 41, jun. 2008.

VALENTE, Flavio Luiz Schieck. **O Direito à Alimentação.** In: *Extrema Pobreza no Brasil: a situação do direito à alimentação e à moradia adequada.* LIMA Jr, Jayme Benvenuto. ZETTERSTRÖM, Lena. (Orgs.) São Paulo: Edições Loyola, 2002.

VILLANUEVA, Luis Aguilar. **Problemas públicos y agenda de gobierno.** 2. Ed. México: Grupo Editorial Porrúa, 1996.

WEBER, Max. **A “Objetividade” do Conhecimento nas Ciências Sociais.** In: *Max Weber: Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais. 1997.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fome Zero: Uma política social em questão.** In: *Saúde e Sociedade*, v. 12, n. 1, p. 43-50, jan-jun 2003.

ZALUAR, Alba. **Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas.** In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.12, nº 35, São Paulo, Fevereiro/1997.

APÊNDICE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada **MONITORANDO A FOME: POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MARINGÁ/PR**, que faz parte do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Maringá (PGC-UEM), cuja responsável é a mestranda **Stefany Ferreira Feniman**, sob orientação da Prof^{ra} Dr^a Marivânia Conceição de Araújo, também da Universidade Estadual de Maringá. O **objetivo** da pesquisa é a realização de entrevistas junto a titulares de direitos e gestores dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional: Hortas Comunitárias e Restaurante Popular, tendo em vista a obtenção de dados sobre as representações sociais formuladas sobre tais políticas. Sobre **riscos**, informamos que poderão ocorrer apenas desconfortos com sua inibição caso, a seu interesse, venha relatar problemas muito pessoais. Informamos que em decorrência desta pesquisa não haverá nenhuma interferência sobre a inclusão e o atendimento dos programas e sob nenhuma hipótese a sua suspensão. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente **voluntária**, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo a você ou seus familiares. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto **sigilo** e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Suas informações, registradas na entrevista ou gravados em fita, serão utilizados estritamente para fins de pesquisa. Sua identidade será **oculta** para fins de constituir análise sobre questões vinculadas ao recebimento de benefícios. Caso você tenha mais **dúvidas** ou necessite de maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereço abaixo a qualquer momento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada, entregue a você.

Eu,....., declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar **VOLUNTARIAMENTE** da pesquisa sob responsabilidade da mestranda **Stefany Ferreira Feniman**

_____ Data:.....
Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu, Stefany Ferreira Feniman, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

_____ Data:.....
Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com a pesquisadora, conforme o endereço abaixo:

Nome: Stefany Ferreira Feniman
Endereço: Av. Colombo, 5790 – Campus Sede da UEM.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PGC-UEM
(telefone/e-mail)- 9892-2423 / 3011-8905
E-mail: stefanyffeniman@hotmail.com

ANEXOS

Anexo 1. ROTEIRO DE ENTREVISTA – HORTAS COMUNITÁRIAS

MONITORANDO A FOME:

POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MARINGÁ/PR

Stefany Ferreira Feniman

Público alvo:

- 1) Principais participantes do programas de SAN de Maringá: Hortas Comunitárias

ROTEIRO de ENTREVISTA

- 1) Nome: _____
- 2) Idade: _____
- 3) Escolaridade: _____
- 4) Estado civil: _____
- 5) Tem filhos? _____
- 6) Em que bairro você mora? _____
- 7) Qual a sua ocupação?
- 8) Demais programas:
 - () Está inscrito no Programa Saúde da Família?
 - () Recebe, ou já recebeu, o Programa Leite das Crianças?
 - () Tem Bolsa Família?
 - () Seus filhos, ou netos, comem a merenda Escolar?
 - () Conhece as Hortas Comunitárias?
 - () Já comeu no Restaurante Popular?
 - () Já foi no Banco de Alimentos, do Ceasa?
 - () Já vendeu produtos para a prefeitura?
- 9) Me conta um pouco sobre como que começou a horta comunitária aqui.
- 10) Qual é a extensão desse terreno?
- 11) Quantas famílias participam hoje?
- 12) E como que você começou aqui?
- 13) Quando falamos “Segurança Alimentar”, o que você entende?
- 14) Como costuma ser sua alimentação?
- 15) A alimentação da sua família também costuma ser assim?

- 16) O que você acha de ter a horta comunitária?
- 17) Você conversa com alguém sobre o jeito de trabalhar aqui?
- 18) Quem é o público que consome as verduras?
- 19) Como que ficou a renda depois de trabalhar nas hortas?
- 20) Depois da horta comunitária a alimentação da sua família mudou?
- 21) Tem algo que te deixa insatisfeito na horta?
- 22) Como você acha que a população vê as hortas comunitárias?
- 23) Você tem alguma ideia do que poderia ser feito para as pessoas comerem melhor?

/

Anexo 2. ROTEIRO DE ENTREVISTA – RESTAURANTE POPULAR**MONITORANDO A FOME:
POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MARINGÁ/PR****Stefany Ferreira Feniman****Público alvo:**

1) Principais titulares de direitos do programas de SAN de Maringá: Restaurante Popular

ROTEIRO de ENTREVISTA

- 1) Nome: _____
- 2) Idade: _____
- 3) Escolaridade: _____
- 4) Estado civil: _____
- 5) Tem filhos? _____
- 6) Em que bairro você mora? _____

- 7) Qual a sua ocupação?

- 8) Demais programas:
 - () Está inscrito no Programa Saúde da Família?
 - () Recebe, ou já recebeu, o Programa Leite das Crianças?
 - () Tem Bolsa Família?
 - () Seus filhos, ou netos, comem a merenda Escolar?
 - () Conhece as Hortas Comunitárias?
 - () Já comeu no Restaurante Popular?
 - () Já foi no Banco de Alimentos, do Ceasa?
 - () Já vendeu produtos para a prefeitura?

- 9) Me conta um pouco sobre como foi frequentar o restaurante popular.

- 10) Quando falamos em Segurança Alimentar, o que você entende?

- 11) Como costuma ser sua alimentação?

- 12) A alimentação da sua família também costuma ser assim?

- 13) Com que frequência você come no restaurante popular?

- 14) Você confia na comida que é servida aqui?

- 15) O que você acha dos cardápios, da localização e do preço?

- 16) O que você acha do ambiente?

- 17) O que você acha de ter o restaurante popular?
- 18) Tem algo que te deixa insatisfeito no restaurante popular?
- 19) Como você acha que a população vê o restaurante popular?
- 20) Você tem alguma ideia do que poderia ser feito para as pessoas comerem melhor?